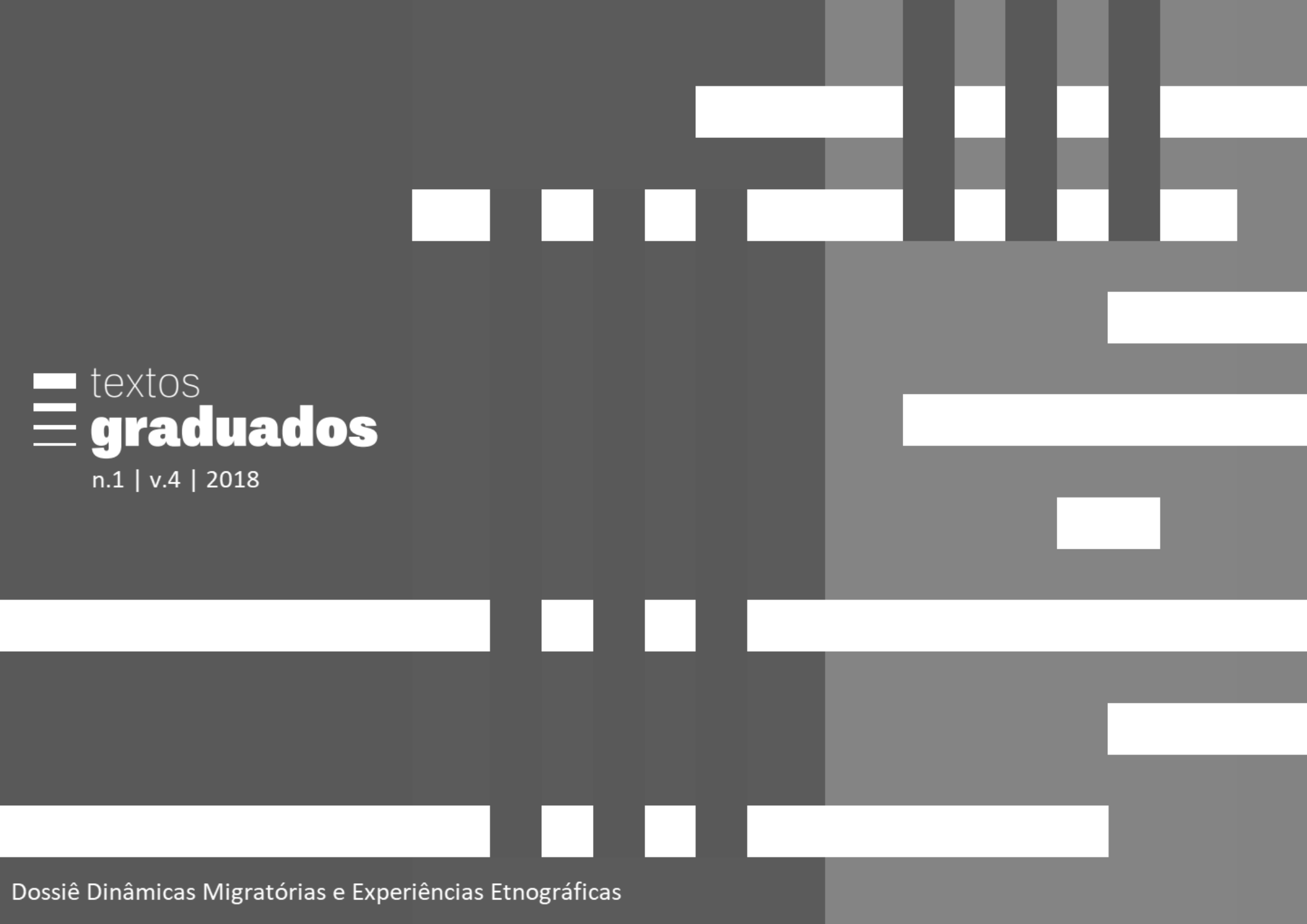




textos
graduados
n.1 | v.4 | 2018



Textos Graduados

Número 1 | Volume 4

Copyright © 2018
by Revista Textos Graduados
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christane Girard Ferreira Nunes

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição

Antônio Cecílio Barboni Júnior

Cesar Augusto Aspiazu da Silva

Flávio Borges Faria

Isabela Livingstone dos Santos

Isabella de Sá Félix

Larissa Gabrielle Vieira de Sousa

Lucas Aroucha Costa Muniz

Luiz Nonato de Santana Pereira

Mariana Alves Simões

Sofia Guimarães Carvalho Campos

Vitor Astavros Ferreira Lopes

Revisão

Flávio Borges Faria

Isabella de Sá Félix

Larissa Gabrielle Vieira de Sousa

Mariana Alves Simões

Diagramação e capa

Mariana Alves Simões

Homepage: <http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

E-mail: textosgraduados@gmail.com

[facebook.com/revistatextosgraduados/](https://www.facebook.com/revistatextosgraduados/)

Bases de dados:

SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

Textos Graduados/Instituto de Ciências Sociais/Revista da
Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília

v. 4 n. 1 (2015-) — Brasília

Anual - a partir de 2015

ISSN 2447-7044 (eletrônico)

EQUIPE EDITORIAL

Alane Beatriz da Nóbrega Martins
Antônio Cecílio Barboni Júnior
Cesar Augusto Aspiazu da Silva
Flávio Borges Faria
Isabela Livingstone dos Santos
Isabella de Sá Félix
Larissa Gabrielle Vieira de Sousa
Lucas Aroucha Costa Muniz
Luiz Nonato de Santana Pereira
Mariana Alves Simões
Sofia Guimarães Carvalho Campos
Vitor Astavros Ferreira Lopes

CONSELHO EDITORIAL

Professora Ana Cristina Murta Collares
(Universidade de Brasília)

Professora Andréa de Souza Lobo
(Universidade de Brasília)

Professor Fabrício Monteiro Neves
(Universidade de Brasília)

Professor Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion
(Universidade de Brasília)

Professora Soraya Resende Fleischer
(Universidade de Brasília)

Professor Stefan Fornos Klein
(Universidade de Brasília)

CONSELHO CONSULTIVO

Professor Alexandro Henrique Paixão
(Universidade Estadual de Campinas)

Professora Andrea Carolina Jiménez Martín
(Universidad Nacional de Colombia)

Professor Camilo Braz
(Universidade Federal de Goiás)

Professor Dmitri Cerboncini Fernandes
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professora Elaine Meire Vilela
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Professora Elisete Schwade
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Professor Fernando Correia Prado
(Universidade Federal da Integração
Latinoamericana)

Professor Helio Afonso de Aguiar Filho
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Isabel Cristina Naranjo Noreña
(Universidad de Cordoba - Argentina)

Professor José Veríssimo Romão Neto
(Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de
São Paulo)

Professora Márcia Regina Calderipe Farias
Rufino
(Universidade Federal do Amazonas)

Professor Mario Ayala
(Universidad de Buenos Aires)

Professora Martha Célia Ramírez-Gálvez
(Universidade Estadual de Londrina)

Professor Ricardo Mayer
(Universidade Federal de Santa Maria)

Professora Silvana de Souza Nascimento
(Universidade de São Paulo)

PARECERISTAS DO VOLUME

Professora Andréa de Souza Lobo
(Universidade de Brasília)



Textos Graduados

Número 1 | Volume 4

Dossiê Dinâmicas Migratórias e Experiências Etnográficas

Revista Textos Graduados – Número 1, Volume 4, Agosto 2018



Sumário

Mobilidades e etnografias possíveis: entre migrações, refúgios e trânsitos diversos <i>Andréa Lobo</i>	08
Artigos	19
Memórias em fluxo: Vivências e perspectivas da imigração sob o olhar de descendentes coreanos em Brasília <i>Bárbara Barreto de Carvalho</i>	20
“A melhor e a pior coisa que fará na vida”: A imigração a partir do olhar de um refugiado sírio em Brasília <i>Nathália Barcelos Ubialli</i>	32
O refúgio em pauta: Uma análise do filme “Monsieur Lazhar. O que traz boas novas” <i>Daniel Praciano Marinho</i>	44
“Lesbos, a ilha da solidariedade”: A mídia como uma ferramenta para compreender a crise dos refugiados na Europa <i>Bárbara Cruchello</i>	56
A mulher indígena em contexto urbano: O associativismo na construção de um espaço social migrante <i>Beatriz Lima Ribeiro</i>	69

A força da diáspora cabo-verdiana:
Dos fluxos emigratórios ao comércio transnacional
Vinícius Venancio



Mobilidades e etnografias possíveis: entre migrações, refúgios e trânsitos diversos

Andréa Lobo
Universidade de Brasília

O presente dossiê reúne trabalhos de estudantes de graduação que desenvolveram análises de eventos sociais a partir da perspectiva dos fluxos e das circulações de pessoas. Os movimentos que são foco dos artigos que seguem se inserem nos debates sobre dinâmicas migratórias e nascem dos diálogos estabelecidos ao longo do segundo semestre de 2017, no contexto do curso intitulado Antropologia das Migrações. O curso abordou discussões clássicas e contemporâneas referentes aos fluxos migratórios por meio da leitura e debates sobre artigos, ensaios e etnografias. O enfoque temático foi no movimento diversificado de pessoas e nos consequentes processos de circulações de coisas, informações, ideias, símbolos e valores que o acompanham. Tais fluxos foram observados em diferentes escalas – local, nacional,

global – por meio de discussões que nos possibilitaram perceber e dar conta da profundidade histórica das experiências de circulação e de provocar um novo olhar sobre a articulação entre esses movimentos e a delimitação de limites socioculturais de tipos variados.

Conforme será visto nas contribuições que seguem, partimos da perspectiva de que pensar realidades sociais pela via dos trânsitos pode se constituir como ferramenta profícua para colocar questões antropológicas diferenciadas à determinados contextos aos quais nos debruçamos para empreender nossas análises. Explorar e desenvolver essa dimensão é o objetivo de meu artigo e, de modo geral, foi a proposta que orientou todos os trabalhos reunidos neste dossiê. Desde já alerto que não pretendo

desenvolver uma reflexão em torno dos princípios epistemológicos ou dos fundamentos teóricos e históricos de nossa disciplina em sua relação com perspectivas que incorporam ou não as dimensões de movimentos e circulações. Meu interesse recai nas potencialidades metodológicas (entendidas de forma ampla) que o renovado interesse de antropólogos pelos múltiplos movimentos na atualidade nos trouxe. Em outras palavras, meu objetivo é refletir sobre os desafios, problemas e indagações que, a partir de agora, seremos capazes de levar para a pesquisa de campo.

Meu argumento se origina em duas questões: será que passamos para uma nova etapa de organização intra-social ou intersocial na qual a circulação de coisas, pessoas, valores desempenha um papel mais crucial? No que concerne aos debates específicos sobre migrações, tal categoria social seria traduzível enquanto um conceito sociológico capaz de lidar com a diversidades inerentes a tais fluxos?

Enfrentando a primeira questão, podemos sinalizar que sim, a sociedade contemporânea poderia ser definida pelos ditos fluxos globais de diversas ordens e em escalas que impressionam. Considero ser uma suposição plausível a de que estamos numa etapa do “capitalismo”, da “industrialização” ou da

“modernidade” suficientemente nova e distintiva para justificar novos conceitos e categorias que reorientem nossa atenção (HANNERZ, 1997). Mas me aproximo de Featherstone (1990) quando se vê obrigado a enfrentar a possibilidade de que não foi a “realidade” que mudou, mas sim a nossa percepção dela. Como dizia Weber “cada qual vê o que está no seu próprio coração”. Uma mirada diacrônica em nossa disciplina pode ajudar a considerar esta possibilidade, esse é o objetivo da próxima sessão.

Tal contexto mais geral sobre o lugar dos fluxos nos possibilitará refletir sobre minha segunda provocação, que tem a ver com vocabulário: os conceitos, seus limites e possibilidades. A categoria migrações, quando utilizada como ferramenta analítica e transformada em conceito sociológico, tem sido alvo de reflexões de estudiosos desde os finais dos anos 1990. Meu objetivo é resgatar brevemente o debate e as saídas possíveis, bem como pensar possibilidades analíticas que deem conta da complexidade que tal conceito pretende abarcar. Quais os limites e possibilidades de um conceito, essa é uma questão que deve estar sempre em nosso horizonte.

Sobre os fluxos e suas novidades¹

Um olhar sobre alguns trabalhos considerados emblemáticos em nossa disciplina permite notar que os movimentos de pessoas, coisas e valores sempre foram questões concretas para a antropologia. Se recuamos no tempo temos a corrente difusionista, basicamente assentada na perspectiva de fluxos, trocas e circulações; se lembramos de etnografias clássicas que também lidam com realidades de troca e circulações, impossível não lembrar do circuito do kula (MALINOWSKI, 1976); seguindo para ensaios teóricos que inspiram nossas análises até os dias de hoje, a leitura do Ensaio sobre a Dádiva (MAUSS, 2003) é obrigatória. Ou seja, sem grandes esforços sistemáticos de mapeamento do campo, percebemos que dinâmicas de trocas e circulações estiveram presentes no olhar analítico de estudiosos que se debruçavam sobre realidades sociais desde os primórdios de nossa disciplina, ainda que não tenham se convertido em modelos teóricos, ou mesmo incorporadas nestes.

Se começo minha reflexão resgatando o diálogo com autores de um período considerado clássico, o faço por duas

questões básicas. A primeira é pedagógica, ou seja, aprender com eles. Defendo que se queremos levar a sério o desenvolvimento e a transformação de nossa disciplina, deveríamos fazer mais do que tratar o passado como repositório de erros; ao invés disso, deveríamos nos engajar naquilo que é notável na genealogia de nossas ideias. Isto faz conexão com meu segundo ponto, aquilo que Trajano Filho (2012) chama de o “abuso do presentismo”, ou a suposição compartilhada por muitos estudos atuais de que o nosso tempo seria marcado pelos fluxos de gente, capital, mercadorias, símbolos e valores que nos libertam das teias locais de interação em oposição a um tempo passado que seria caracterizado pela quase total ausência de fluxos de longo alcance, pela repetição tediosa e pelo ritmo lento dos afetos face a face (:25-26).

Trajano Filho prossegue com seu argumento trazendo exemplos históricos para demonstrar que os movimentos têm uma existência muito mais longa do que a dos tempos atuais marcados pela globalização. Acrescento que um breve, porém cuidadoso, olhar sobre as análises feitas por antropólogos do passado nos auxiliam a colocar as coisas em perspectiva e a perceber que fluxos e circulações locais, regionais e globais não passaram despercebidos de nossos antecessores.

¹ Uma versão mais completa das reflexões aqui apresentadas foi previamente publicada em Lobo, 2012.

Por outro lado, não há como negar que as abordagens de hoje vêm ganhando novos tons. Parece que estamos diante de uma diferença de ênfase. Portanto, se o leitor concorda que o movimento foi incorporado ou percebido nos estudos clássicos aqui citados, também poderá observar que ele não constituiu o centro do debate (BRAZ DIAS & LOBO, 2012). Voltamos, assim, à minha primeira questão, sinalizando que talvez não tenhamos que responder por uma via ou por outra. Se, por um lado, as realidades sociais de hoje guardam suas especificidades e dinâmicas próprias, o olhar antropológico também se deslocou trazendo novas ênfases e novos aspectos sociais para o centro dos debates.

Caminhando para um tempo mais próximo de nós, a década de 1990 foi marcada por um conjunto de reflexões a respeito da nova era global. No que se refere à antropologia, alguns autores influentes nos estudos da globalização explicitam a percepção de que os fluxos de pessoas, capital, objetos materiais e valores não são exclusividade do mundo atual. Hannerz (1987), ainda na década de 1980, nos fala do mundo em crioulização e propõe, a partir da metáfora das culturas crioulas, pensar o movimento e a interação como aspectos estruturantes dos sistemas. Apresenta uma visão otimista em relação ao perigo da

homogeneização ao afirmar que o sistema mundial, ao invés de criar uma massiva cultura homogênea em escala global, está substituindo uma diversidade por outra, e a nova diversidade está baseada mais em inter-relações do que em autonomia.

No ano de 1997, dez anos depois da discussão de Hannerz, vimos a tensão entre homogeneização e diversificação reaparecer pela voz de Marshall Sahlins (1997) quando nos apresentou a noção de “indigenização da modernidade” – um jogo entre a integração global e a diferenciação local. Com esta noção, ele buscou refletir sobre a complexidade dos processos das sociedades que souberam extrair da sorte madrasta suas presentes condições de existência (:53). O autor é crítico quanto à versão moderna do mal de origem da antropologia – a tal disciplina dos objetos findos, agora sinalizando que a vida dos outros povos estaria desmoronando em função das visões globais da hegemonia ocidental.

Nesse mesmo ano, Hannerz (1997) publicou novo artigo com o objetivo de questionar o lugar da globalização na história das ideias antropológicas, e se pergunta sobre o que há de realmente novo em tudo isso. Suas preocupações recaem no vocabulário, no conjunto de termos que se pretendem conceitos, em distintos graus e intensidades, ou seja, ambicionam se tornar

ferramentas analíticas para pensar a modernidade com suas características intrínsecas. Termos como fluxos, limites, híbridos compõem este vocabulário que abrange o século XX e que liga continentes. Para o autor, o final dos anos de 1990 teria sido o período em que ocorreram mudanças profundas em nossa disciplina. Dando sequência a um forte contraste entre estabilidade e movimento, os estudos voltam-se para a urgência de captar a ação, a relação e a mudança e, mais recentemente, observamos a reconstrução do lugar do outro e a necessidade (justificada pelas “transformações do mundo”) de dar conta dos fluxos, das grandes escalas, dos múltiplos atores, das interconexões e dos atores diversos.

Percebo dois temas que perpassam as obras dos autores acima e que são de meu interesse aqui: 1. o desenvolvimento de uma reflexão que traça historicamente o nascimento e o desenvolvimento disto que virou um dos focos em nossa disciplina – dar conta de fluxos, circulações, dispersões e multiplicidades; 2. a elaboração de como a perplexidade diante do “mundo em mudança” ainda é a nossa. Cada um a seu modo questiona se o encantamento diante dessa mudança de “lugar” do outro (construída internamente à disciplina) nos acompanha e pauta nossos interesses de pesquisa ainda hoje. Em outras

palavras, estaríamos essencializando nossas realidades de pesquisa e “produzindo” fluxos? Esta é uma questão que não me precipito em responder, mas que nos leva para um dos meus objetivos aqui, pensar os desafios que esta mudança de ênfase apresenta ao nosso ofício quando estamos diante de contextos migratórios.

Migrações... seus prefixos, sufixos e adjetivações

O conjunto de estudos que podemos reunir sob a temática das migrações, podem ser divididos em diferentes fases ou formas de abordar tal fenômeno. Para sistematizar o desenvolvimento do campo brevemente ao leitor, ainda que correndo o risco de simplificar a diversidade das análises, sigo uma tendência mais ampla e sistematizo as três abordagens que marcariam o desenvolvimento dos estudos migratórios nas ciências sociais.

Temos um primeiro momento, com um recorte essencialmente utilitarista, que salientava a natureza dos fatores de atração e expulsão no contexto do desenvolvimento nacional. O processo migratório era isolado das causas estruturais que produzem a desigualdade entre o lugar de origem e de chegada colocando as causas, motivações e consequências do deslocamento no sujeito (*marginal man*). Além disso, as

dinâmicas de imigração nos contextos de recepção de imigrantes eram preponderantes e isoladas das dinâmicas de emigração. O foco era do imigrante como um problema.

Posteriormente, e como consequência desse enfoque, vemos o crescente interesse nas migrações laborais e fluxos de refugiados que se inserem na relação estrutural entre centros e periferias da economia capitalista mundial. Países emissores são os pós-coloniais e os receptores ocupam os graus mais altos na hierarquia político-econômica mundial. Essa visão tem a vantagem de considerar o fluxo inserido no contexto mais amplo da economia mundial, mas, em contrapartida, sofre a perda da dimensão dos sujeitos e suas possibilidades de manejar seu próprio destino dentro dessas determinantes. Migração como um problema tanto para a sociedade de destino, em que a nova população resiste a ser integrada, quanto para o país emissor que se vê impossibilitado de reter seus recursos humanos. O migrante figura como sujeito importante no fluxo de capitais para os países emissores, isso graças às remessas financeiras.

Como salienta Bálsamo (2012), apesar dos avanços², as duas perspectivas veem o processo fragmentado, ou do imigrante ou do emigrante – visão dual de um processo unidirecional e

hierárquico. Como crítica a essa desconexão na dinâmica migratória, surge como noção básica o conceito de espaço social transnacional e a percepção de que os movimentos transnacionais não se reduzem a uma viagem de partida e outra de regresso, mas em múltiplos fluxos e conexões. Nesse sentido, a partir dos anos 1990 os estudiosos tentam dar conta dos movimentos de circulação que incluem não só pessoas, mas bens culturais, informações e ideias. Além disso, há todo um acúmulo de reflexões que dão ênfase nos sujeitos, nas relações de gênero e poder e na capacidade dos sujeitos reinventarem os processos migratórios.

O sentido aqui é de romper com as imagens do imigrante como aquele que realiza permanentes rupturas, sendo sua dupla experiência a do abandono de velhos padrões de vida e o doloroso aprendizado de uma nova cultura e língua. Para estudiosos que partilham de uma perspectiva transnacional, os migrantes desenvolvem redes, atividades e padrões de vida e ideologias que extrapolam sua casa e sua sociedade de destino. No livro *Nations Unbound* (1994), Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc se perguntam sobre como dar conta das trajetórias de migrantes que seriam “pessoas com os pés nas duas sociedades”. Nesse sentido as autoras tomam como tarefa o

² Destaque aqui para o estudo clássico de Sayad (1998)

desenvolvimento de uma estrutura analítica transnacional que englobe estes novos imigrantes cuja identificação de pertencimento é fugidia – com envolvimento simultâneos na vida social e política de mais de um estado-nação. A ideia é mapear a formação de um único campo social transnacional para dar conta dessa experiência social interconectada.

Seguindo uma crítica iniciada por Sayad (1998) ainda nos anos 70, essa nova perspectiva se pretende atenta às dinâmicas das práticas e representações dos imigrantes em relação com sua casa. Movimento que até então não se incorporava às análises que predominavam nos estudos de migração, uma vez que eram estudos muito focados na incorporação de imigrantes nas sociedades de chegada. Para as autoras, era chegada a hora de repensar as concepções do processo de migração, da incorporação de imigrantes e sua identidade.

A noção que embasa o movimento que passa do imigrante para o transmigrante (SCHILLER et al., 1995) é a de transnacionalismo, entendido como o processo pelo qual os imigrantes forjam e sustentam relações sociais múltiplas que ligam suas sociedades de origem e de destino. Para as autoras, a perspectiva do transnacionalismo permite enfatizar que muitos imigrantes constroem campos sociais que cruzam fronteiras e

limites geográficos, culturais e políticos. Imigrantes que desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que extrapolam as fronteiras passam a ser, portanto, chamados de transmigrantes.

O elemento essencial é a multiplicidade de envolvimento que tais transmigrantes sustentam nas duas sociedades – estão envolvidos em redes de relações que os conectam simultaneamente a dois ou mais estados-nações (BASCH et al., 1994; SCHILLER et al., 1995; LEVITT & SCHILLER, 2004; FELDMAN-BIANCO, 2009). Tal definição permitiria analisar a experiência vivida e fluida de indivíduos que agem de formas que desafiam classificações prévias de espaço e identidade social. Nos permitiria ver as formas como eles são transformados por suas práticas transnacionais e como tais práticas afetam os estados-nações envolvidos nessa relação.

Nesse sentido, como corrente analítica contrária à definição de estados-nações em termos das pessoas partilhando uma mesma cultura num território limitado, surge uma nova concepção de estado-nação que inclui cidadãos que vivem fisicamente dispersos nos limites de outros estados-nações, mas que permanecem política, cultural e economicamente como parte

do estado-nação de seus ancestrais (BASCH et al., 1994; SCHILLER et al., 1995; LEVITT & SCHILLER, 2004; FELDMAN-BIANCO, 2009). E aí chegamos à segunda noção central para esta perspectiva teórica, a noção de desterritorialização. Segundo a perspectiva transnacional, a tal questão do pertencimento fugidio, ora aqui ora lá, ou do pertencimento múltiplo que caracterizaria a experiência transmigrante nos levaria a um campo social desterritorializado, transnacional.

E é nesse momento que volto às questões que me mobilizam no presente artigo, a questão do vocabulário. Uma concepção já antiga na antropologia é a do lugar como representação coletiva, sendo os nomes (como atos de fala de identificação) veículos importantes entre lugares e seus significados sociais – tal como nos lembra Trajano Filho (2010), lugares não são um dado, mas algo construído no seio das interações sociais. Sendo assim, sua espacialidade não deve ser confundida com territorialidade física e sim como um campo comunicativo.

Retomando o argumento do autor, o que dizer da desterritorialização se vemos os lugares e os pertencimentos como construções que são mobilizadas, mantidas, modificadas e

que não precisam ter concretude? Mais do que pontos fixos no espaço, lugares são redes imaginadas sob a forma de campos comunicativos cujo alcance é limitado pelas tecnologias de comunicação disponíveis, pelos valores da cultura e por constrangimentos da estrutura social (TRAJANO FILHO, 2010). Vendo assim, parece que nos livramos da ideia de que os grupos estudados por antropólogos estão necessariamente ligados a localidades circunscritas A ou B, mesmo as comunidades de diáspora mantêm, pela memória ou ação cotidiana, vínculos com um lugar a despeito dos deslocamentos (2010:17).

O que pretendo deixar como reflexão, a partir da discussão acima é que, ainda que reconhecendo os avanços da perspectiva transnacional, precisamos estar atentos aos processos de adjetivação do conceito de migrante, bem como a inserção de morfemas que se juntam às palavras a fim de formar novas palavras, os prefixos e os sufixos. Tais procedimentos analíticos, mascarados por novas roupagens, podem acabar por produzir um sentido de novidade que, se por um lado nos faz avançar por outro pode nos dar um conforto ilusório de estar apreendendo a complexidade do real. No caso dos estudos migratórios, saímos de uma perspectiva utilitarista e dual para perceber as multiplicidades que o fluxo migratório abarca. Na minha opinião,

resta ainda nos desacorrentarmos do conceito de migração com seus adjetivos, prefixos e sufixos e buscar novas alternativas analíticas para dar conta da complexidade interna a este fenômeno – intuo que o melhor caminho é o da etnografia densa.

É nesse sentido que a proposta que dá contorno aos trabalhos que integram esse dossiê é a de considerarmos os fluxos de pessoas menos como características essenciais das realidades que estudamos e mais como ferramentas metodológicas para pensar tais realidades, dito de outra forma, acessar contextos empíricos pela via da circulação permite uma entrada diferenciada na pesquisa, novas questões e, quem sabe, a superação de dualidades típicas das análises correntes. Por fim, defendo que esta via de acesso não coloca em questão a importância da etnografia. O que os bons estudos no campo dos fluxos e das circulações têm demonstrado é que o caminho não mudou: ainda é pelo trabalho de campo prolongado e pela formulação de etnografias densas que conseguimos dar conta da complexidade dos encontros e das inter-relações neste mundo em fluxos. Felizmente, não há atalhos.

O Dossiê

Os artigos aqui reunidos são fruto do empenho de jovens estudantes de graduação que buscaram construir um olhar sobre situações diversas a partir de categorias transversais como fluxos, circulação, migrações, refúgio. O desafio de olhar para realidades em que pessoas estão em circulação é o que dá unidade aos trabalhos em sua diversidade de focos empíricos. Reinterpretando material etnográfico já coletado, empreendendo novas pesquisas de campo ou se debruçando em material fílmico estes graduandos do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, sob minha orientação no curso “Tópicos Especiais: Antropologia das migrações”, no segundo semestre de 2017, produziram trabalhos cuja qualidade da análise e cadência dos universos investigados os tornaram de interesse para um público maior.

Os seis artigos que compõem o dossiê se dividem em exercícios analíticos a partir de pesquisas próprias (Bárbara Carvalho, Nathália Ubiali, Beatriz Ribeiro e Vinícius Venancio) e reflexões inspiradas nas imagens sobre migrações e refúgio produzidas pelo cinema (Daniel Marinho e Bárbara Cruchello). Refletindo a diversidade das dinâmicas dos fluxos de pessoas, temos estudos sobre descendentes de coreanos e refugiados sírios em Brasília, mulheres indígenas em Manaus e diáspora cabo-

verdiana. A temática do refúgio é analisada também a partir dos filmes “Monsieur Lazhar. O que traz boas novas” e “Lesbos, a ilha da solidariedade”. Abdelmalek Sayad (1998) foi o autor que fortemente inspirou estes jovens pesquisadores a se aventurar pela difícil e deliciosa aventura de fazer etnografia, ou seja, acessar realidades empíricas e lê-las pelas lentes dos diálogos teóricos. Fica ao leitor, o convite para se aventurar juntamente conosco.

Agradeço às turmas de graduação e pós-graduação da disciplina de migrações, que toparam o desafio de construir diálogos a partir da proposta do curso, se dedicaram às leituras e à produção de ricos trabalhos ao final. O espaço da sala de aula é, sem dúvida, um dos mais profícuos para pensar sobre nossas pesquisas e possibilidades analíticas, pois é um momento de diálogo que, se encarado horizontalmente, ensina a todos, professores e estudantes. Finalmente, agradeço à equipe da Revista Textos Graduados por abrigar tal projeto que torna possível que as experiências em sala de aula, seus diálogos e as consequentes produções de pesquisadores-estudantes ganhem o mundo!

Referências bibliográficas

BÁLSAMO, Pilar. Diáspora africana e navios de carga na modernidade: um estudo das migrações irregulares desde a África Ocidental ao Cone Sul In: BRAZ DIAS, J. e LOBO, A. (orgs.) *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações. 2012. p. 209-234.

BASCH, Linda; Schiller, Nina Glick & Blanc, Cristina Szanton. *Nations Unbound. Transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states*. Langhorne: Gordon & Breach, 1994.

BRAZ DIAS, Juliana & LOBO, Andréa. Sobre fluxos e(m) contextos africanos. In: DIAS, Juliana & LOBO, Andréa (orgs.). *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 09-22.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1990.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Reinventando a Localidade: Globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15(31): 19-50. 2009.

HANNERZ, Ulf. The world in creolisation. *Africa*, v. 57, n. 4, p. 546-59, 1987.

_____. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 7-49, 1997.

LEVITT, Peggy and SCHILLER, Nina Glick. Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society, *International Migration Review*, Vol. 38, No. 3, (pages 1002–1039). 2004.

LOBO, Andréa. Fluxos, desafios ao fazer antropológico? In: ____ (org.) *Entre Fluxos*. Brasília: EdUnB, 2012. p. 09-28.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1976 [1922].

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1925]. p. 183-314.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *Mana*, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. 1998. A Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp.

SCHILLER, Nina G., BASCH, Linda & BLANC, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing migration. *Anthropological quarterly*, 68(01): 48-63. 1995.

TRAJANO FILHO, Wilson. Introdução. In: ____ (org.) *Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010. p. 07-27.

_____. A África e o Movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos. In: BRAZ DIAS, Juliana & LOBO, Andréa

(orgs.). *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 23-45.



Artigos



Memórias em fluxo:

Vivências e perspectivas da imigração sob o olhar de descendentes coreanos em Brasília

*Bárbara Barreto de Carvalho**

* Graduada em Ciências Sociais (Habilitação em Licenciatura e Bacharel), pela Universidade de Brasília (UnB).

Resumo: O presente estudo busca resgatar a memória imigrante presente nos discursos e vivências dos descendentes coreanos em Brasília e seus impactos na concepção do que se pode entender como comunidade coreana, para além da noção de territorialidade. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com descendentes, apreciação dos discursos e imersão nos estudos teóricos sobre imigração e constituição dos sujeitos imigrantes.

Palavras-chave: Descendentes coreanos; comunidade coreana; Brasília; imigração coreana.

Introdução

A partir do resgate memorial das vivências e perspectivas da imigração entre os descendentes coreanos, este estudo objetiva compreender como se constituiu a comunidade coreana em Brasília e como seus membros a interpretam e vivenciam.

Considerando que as lacunas e hiatos ainda são elementos presentes quando falamos de registros institucionais e memoriais sobre o movimento migratório coreano no Brasil e suas nuances, se estabelece aqui um esforço de tradução dessas subjetividades no círculo de discussões sobre migração no Brasil, e que no estudo em caso, terão Brasília como principal recorte.

Os dados do Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia³ apontam que o Brasil abriga legalmente cerca de 50.000 pessoas de origem coreana, que residem em grande parte nos estados de São Paulo, Ceará, Amazonas, Paraná e Distrito Federal. Em contrapartida os dados disponibilizados pela Polícia Federal brasileira em dezembro de 2017, com base no registro do SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros evidenciam uma discrepância desse registro, onde 37.096 coreanos de origem do sul e do norte residem no país. Entretanto, é consenso em ambas as bases de dados, que o estado de São Paulo se destaca como a porta de entrada destes coreanos, e onde se concentra também a maior comunidade coreana do Brasil. Sendo o Bom Retiro - recentemente intitulado como Little Seul (Pequena Seul – capital da Coreia do Sul) - o principal bairro de sua localização, seguido do Brás, Aclimação e Higienópolis.

Essa presença em crescente evidência é fruto dos fluxos migratórios motivados pelas mais diversas razões, desde políticas laborais, mas que se tornaram efetivas a partir dos vínculos

diplomáticos estabelecidos entre Brasil e Coreia desde 1959, marco este recente, considerando os primeiros acordos firmados no período de imigração oficial, que foram e tem sido responsáveis por ampliar as atuações de ambos os países, apesar de combinarem distintos traços de segmento político, econômico, social e cultural.

Em Brasília, os dados disponibilizados pela Embaixada da República da Coreia no Brasil, mostram que hoje a comunidade coreana está reunida em cerca de 60 famílias, e, apesar de representar um contingente relativamente tímido em comparação a outras capitais, busca-se, através desse recorte de estudo, levantar questões a respeito da memória imigrante, da formação identitária dos coreanos residentes em Brasília, de sua organização e constituição enquanto comunidade étnica e de seus diálogos culturais e representativos, que vem refletindo também no meio institucional, através da criação de órgãos, associações, comércios e cursos.

Assim, compreendida num universo de grupos étnicos no espaço brasiliense, a comunidade coreana, permite-nos adentrar em importantes discussões a respeito de sua constituição, que está definida para além da noção de territorialidade, tendo em vista

³ Dados disponíveis em:

<http://www.mofa.go.kr/travel/overseascitizen/index.jsp?mofat=001&menu=m_10_40>

suas particularidades em relação às demais comunidades coreanas distribuídas pelo Brasil que tem concentrado imigrantes e descendentes em bairros étnicos como Bom Retiro e Cumbuco, bem como no constante processo de constituição e manutenção da identidade cultural que se dá a partir das vivências e trocas partilhadas pelos indivíduos, que estão não só em contato com as memórias e redes de transmissão de uma bagagem de tradições de mais de cinco mil anos, como também em contato com novas relações interculturais, que permitem uma complexificação de subjetividades.

Esse processo, que em diferentes momentos tem a si atribuídas determinadas especificidades considerando as gerações dos imigrantes, suas sociabilidades e os contextos ao qual estão inseridos, aponta para a importância compreensiva dos fluxos migratórios, não mais como fenômenos rígidos, mas de múltiplo caráter, que serão permeados por uma série de mediações identitárias e políticas, como nos permitirá entender Seyferth (2010) através das discussões sobre memória e identidade imigrante e as noções de comunidade étnica, e Hall (2009) ao se debruçar sobre o processo de identificação associativa, onde a cultura de origem reflete na constituição dos indivíduos das

gerações seguintes de imigrantes. O papel do imigrante como agente reflexivo de mobilização e transformação no espaço abordado por Feldman-Bianco (2009), também aparecerá aqui como ferramenta para compreensão desse recente fluxo migratório de coreanos e por isso, também será lançado mão das contribuições de Yang (2011), Choi (1991) e Kim (2008 e 2013) para pensar a imigração em seu contexto mais particular no Brasil, onde à luz das entrevistas realizadas pela autora deste artigo com descendentes coreanos residentes em Brasília, será possível constituir uma compreensão da própria comunidade a partir da memória imigrante.

Reconstituindo a imigração coreana no Brasil

Antes de adentrarmos ao processo de estabelecimento dos coreanos no país, julgo importante para a reconstrução desse movimento, trazer para discussão as particularidades do que se compreende como as fases da imigração coreana no Brasil. Três delas ganham destaque aqui a partir dos respectivos períodos ao qual se deram, ou seja, 1950, 1960 e 1970.

Os primeiros registros presentes nas literaturas e estudos sobre imigração coreana no Brasil, apontam um grupo de

imigrantes pré-guerra de origem coreana com passaporte japonês, como os primeiros a se estabelecerem no país em meados de 1923 e 1926. Cerca de trinta anos depois, por intermédio da ONU sob o contexto pós-guerra da Coreia, o Brasil recebeu 50 prisioneiros coreanos. Esses dois grupos, se tornaram mais a frente importantes no que se refere a criação de uma rede de solidariedade e cooperação no processo de instalação no Brasil.

Feldman-Bianco (2009, 2010, p.12 e p.18) nos mostra que tais “redes de parentesco e comunidade” convergem em relações de ajuda mútua e mobilização étnica bem como o estabelecimento e manutenção das “relações bilaterais entre os estados nacionais” serão também fundamentais para negociar a situação migratória. Vide o contexto entre Brasil e Coreia, onde só a partir de 1959, quando ambos países estabelecem relações diplomáticas, que os diálogos, marcados por idas e vindas passam a convergir num projeto estruturado sobre a imigração coreana, permitindo assim, que em 1961 fosse criada uma associação de imigração coreana e em 1962, ano tido como da imigração semi-oficial, viabilizada a vinda de uma delegação cultural para o país, a fim de mapear as condições de vida e negociar em que termos se daria a imigração.

O cenário nacional da época em questão era marcado pelo projeto de colonização agrícola, e, foi sob os termos de demanda apresentados por ele, que se deu a negociação da imigração coreana. Assim, a imigração que acontece em 1960 é principalmente uma Migração Agrícola. Os coreanos que se destinam ao Brasil neste período pertencem a uma classe média e média alta e vêm em busca de melhores condições econômicas, dispostos a trabalhar nas lavouras a despeito de não terem qualquer experiência com este mundo do trabalho. Outra parcela vem ainda de modo estratégico a fim de não ser recrutada para a guerra do Vietnã.

Em 12 de fevereiro de 1963 ocorre a Imigração Oficial com a chegada de 103 imigrantes coreanos ao porto de Santos, em São Paulo, e os anos seguintes, não diferentemente acabaram sendo marcados pela chegada de cada vez mais imigrantes em estados como Espírito Santo e Paraná. Essas famílias que desembarcavam no país dispendo de alguma quantia de dinheiro para investir na atividade agropecuária, logo se viram frustradas no setor, já que em maioria, as terras negociadas e cedidas por parte do governo brasileiro, eram inférteis. Assim, se fixam em grandes cidades como São Paulo a fim de encontrar outras

oportunidades de trabalho, principalmente ligadas ao comércio e as confecções.

Jung, uma de minhas interlocutoras, remonta a trajetória de dois fluxos migratórios vividos por seus familiares neste cenário. Tanto seus avós, como seus pais, migraram para o Brasil, a despeito dos contextos e períodos que marcaram seus movimentos terem se dado de modo diferente. Seus avós por parte de mãe tiveram certa participação já ao final da Guerra das Coreias e o primeiro contato com o Brasil foi por intermédio de uma missão evangelística. Tendo se surpreendido com o país, decidiram imigrar junto com toda a família e se estabelecer aqui, depois de alguns anos reemigraram para os Estados Unidos, sendo que alguns permaneceram no Brasil e outros voltaram para a Coreia. Sua mãe foi uma das que permaneceu no país se fixando primeiramente em São Paulo. Já os avós paternos, vieram motivados por intermédio das chamadas de recrutamento de mão de obra no Brasil que haviam sido feitas na Coreia. Seu pai, entretanto, só veio após ter se formado e servido no exército coreano, incentivado pelos pais e irmãos que já haviam se estabelecido aqui.

Um fator interessante que surge na fala de Jung está relacionado ao papel da religião neste processo, coadunando com Kim (2013) ao reconhecer o espaço da religião no estabelecimento do movimento migratório coreano no Brasil, para além de motivações como o refúgio de guerra. As redes intermediadas pelas vias religiosas na figura das igrejas, articulavam desde recursos como alimentação, provimento de abrigos a encaminhamentos para oportunidades de trabalho, reforçando ainda intercâmbios simbólicos no que se refere a solidificação das relações sociais e a criação de espaços sociais em que a língua de origem pudesse ser livremente falada. Não obstante, parte dos coreanos que vieram nos navios, já haviam recebido missionários na Coreia e tinham um conhecimento cristão, resultando posteriormente numa expressiva comunidade coreana cristã em São Paulo, tendo Brasília se inserido também nesse contexto:

“Da parte da minha mãe, meu avô veio como missionário [...], já tinha alguns coreanos que tinham vindo aqui para Brasília, então eles vieram para cá com o intuito de fundar igreja, tanto que tem aquela igreja coreana lá na 913 sul, foi meu avô juntamente com outros missionários que fundou [...] para atingir a comunidade coreana que tinha aqui em Brasília.” [JUNG, 2016].

Os avós que após fundarem a igreja retornaram para São Paulo, constantemente visitavam Brasília para acompanhar a comunidade que aqui havia se fixado. Já seus pais que se conheceram e casaram em São Paulo por intermédio da apresentação de famílias coreanas, tiveram Jung e sua irmã e só então em 1995 é que vieram morar em Brasília, motivados pela proposta do irmão paterno - que já residia na cidade - em criar um restaurante coreano.

Um parêntese importante a ser feito quanto ao estabelecimento de coreanos em Brasília, é que não há dados oficiais registrados da vinda dos primeiros imigrantes, apenas a menção através de relatos coletados e registrados por Choi (1991) em sua dissertação, sobre a “Fazenda Exemplar” criada em 1969, sob administração de Sang Jin Kim e que até 2008 permanecia ativa, conforme afirma Kim (2008, pag.55). Em 1991, os dados apresentados ainda por Choi, mostravam que 35 famílias, ou seja, 150 imigrantes coreanos já residiam em Brasília. Hoje, o contingente de famílias quase duplicou, possuindo cerca de 60 famílias, dentre imigrantes e descendentes.

Com o término da imigração oficial, deu-se início em 1970 a uma fase de imigração técnica. A expansão da indústria

brasileira e a demanda por mão-de-obra qualificada atraiu imigrantes de diversas nacionalidades, inclusive de origem coreana. Entretanto, como assinala Yang (2011), a imigração que outrora caminhava pelas vias legais e era de caráter coletivo, passou a ganhar contornos clandestinos e de caráter individual com a vinda em 1966 de imigrantes coreanos com visto boliviano de turismo, desencadeando assim, uma série de conflitos e por consequência, a proibição da entrada do grupo no país. O efeito replicou sobre os imigrantes que dispunham de mão-de-obra qualificada e se destinavam ao Brasil, passando a ter sua entrada restringida. É apenas alguns anos depois, com a anistia concedida pelo governo brasileiro, que imigrantes que se encontravam em situação clandestina, passaram a ser reconhecidos legalmente pelo estado.

De 1980 aos anos 2000, o Brasil continuou a receber imigrantes coreanos. Era a chamada “imigração em cadeia”, motivada pelas redes de oportunidade ou ainda pelo espelho na figura dos familiares e amigos que haviam imigrado e incentivado a vinda de outros. Deixando este, portanto, de ser um fluxo realizado por grandes grupos, para dar vez as jornadas de imigração individualizadas. Augusto Kwon Myung Ho afirma em

entrevista cedida para o livro “Brasil e Coreia: 50 anos de amizade” (2013), que a clássica imigração foi superada, dando espaço a uma imigração “em busca de oportunidades com conhecimento e informação”.⁴

Descendentes em vivência

“Eu sei que tem famílias que desde criança, fazem questão de educar os filhos na língua nativa deles né, coreano, mas pelo menos na minha família, a grande geração de filhos que nasceram aqui no Brasil, fora da Coreia, nossos pais se preocuparam mais em fazer a gente se adaptar aqui, para não sofrer nas vivências como eles sofreram, pra se adaptar, aprender a língua, essas coisas.” [JUNG, 2016].

Se por um lado é conferido ao imigrante a responsabilidade pela manutenção da “honra nacional” e da cultura de origem quando migra, como nos mostra Sayad (1998), por outro, espera-se que ele incorpore uma capacidade adaptativa à nova realidade. O ser imigrante, portanto, se centra entre esses e outros conflitos, num campo de negociação. No caso de Jung, os pais imigrantes tomaram como primordial o incentivo ao aprendizado da língua portuguesa entre eles e os filhos, a fim de que os desafios perpassados no processo de socialização fossem

amenizados, o que não representa que a prática do idioma de origem não fosse incentivada. Jung relata que em casa, apesar do diálogo cotidiano se dar em português, muitas coisas eram discutidas em coreano a fim de não perder o contato com a língua nativa de seus pais. Assim, observa-se como o idioma de origem é tido não só como uma estratégia para preservar a identidade do grupo (Im et al, 2009), como também pode se converter em um estigma dentro da comunidade entre aqueles ao longo das gerações que não se apropriam.

O caso das irmãs Woo nos permite entender algumas dessas características. Filhas e netas de imigrantes coreanos tiveram sua vinda para Brasília motivada por razões acadêmicas. Os pais imigrantes se separaram antes de chegar ao Brasil, e este foi um fator de impacto na socialização das filhas. Naturais de São Paulo, seus primeiros anos de vida foram marcados pelas vivências com a família paterna e a comunidade coreana lá situada. A escola e a igreja estimulavam o contato cotidiano com a língua coreana e os costumes partilhados pela comunidade. A virada apontada por elas se dá no processo de mudança para Anápolis, onde passam a viver com a mãe e a avô e “os desafios para se adequar socialmente frente os contrastes geográficos e

⁴ A entrevista completa se encontra disponível na publicação Brasil e Coreia: 50 anos de amizade, página 72.

relacionais se tornaram presentes”. Como única família coreana na cidade, e sem a presença de qualquer instituição ou espaço informal de partilha de suas referências culturais, se familiarizar com o novo cenário foi um processo complexo.

A não fluência no idioma de seus ancestrais, a exemplo, fez com que sua família criasse um estigma em relação a elas. Um de seus relatos menciona que os familiares e amigos maternos da comunidade coreana na Califórnia, onde mora hoje sua mãe, responsabilizavam-na por não ter ensinado e incentivado o aprendizado do idioma entre as filhas, e por isso, uma das motivações de visitar a Coreia e passar a fazer aulas na UnB Idiomas, partiram como uma forma de responder a essa cobrança social presente na comunidade para com elas. Seyferth (2010) nos mostra que a manutenção de elementos e símbolos culturais se traduzem enquanto um pano de fundo que compõe as identidades étnicas, a própria comunidade e a relação entre seus membros.

As concepções de tradição, portanto, vão ganhando múltiplas compreensividades a partir das vivências experienciadas por cada imigrante e descendente. Da reafirmação de uma identidade de origem como sentido de pertença à identidade como status, que se estrutura num modelo de

concepção familiar, de apreensão da linguagem e de manutenção de uma vida social. Esse movimento foi concebido por Hall (2009) enquanto uma “tradução cultural”, que coloca em diálogo as tradições com as formas de novo mundo, dado que as “fontes de identificação” já não se dão em um único lugar e de um único modo. No caso dos coreanos, Hong (2011, p. 25) observa que os imigrantes constroem uma “coreanidade” que não necessariamente representa a “Coreia”, mas é carregada de traços culturais e identitários partilhados junto a elementos culturais brasileiros e que, portanto vão os constituir enquanto coreano-brasileiros.

Os espaços de sociabilidade da comunidade se colocam como fontes vivas desse processo, onde não só as famílias se reúnem e partilham memórias, como novos membros se achegam criando vínculos a partir de redes que se constituem entre os imigrantes e descendentes. Jung destaca o fato de muitos descendentes estarem se casando com brasileiros, e assim, os espaços relacionais da comunidade se resignificarem através dessas dinâmicas. Por outro lado, aponta como esses vínculos são fruto não só de uma comunidade que se disseminou e “perdeu a

identidade” por estar focada em viver aqui, como também um retrato da própria imigração:

“Eu sei que tem alguns coreanos casados com brasileiras que o que eles têm dessa memória? Chamar os pais em coreano, **omma** e **appa**, tem algumas comidas coreanas que eles comiam na infância, mas é só isso também. E não que isso seja uma coisa negativa, é uma consequência da imigração. Você imigra para um país pra continuar a mesma coisa que você vivia lá? Não. [...] Com certeza meus hábitos vão mudar em alguma coisa, tudo muda, e isso é uma consequência da imigração.” [JUNG, 2016]

Em Brasília, as particularidades da imigração coreana, refletidas através do modo como a comunidade se organizou social, institucional e geograficamente, convergem para o discurso de Jung. Se em São Paulo pode-se falar de uma presença massiva de coreanos, bairros étnicos como o Bom Retiro, espaços de socialização e disposição de uma diversidade de instituições representativas, que vão desde a organização política e cultural, mantendo ativa a relação e a vivência cotidiana entre os pares, em Brasília, esses fatores se dão em outras dinâmicas.

“Aqui tem pouco coreano, então não tem essa convivência coreana, e também não são todos coreanos que moram aqui em Brasília que são cristãos, então já não tem aquele encontro total na igreja, tem uns que são ateus, outros que são budistas, tem uns que são católicos, e também não moram perto. Os coreanos daqui não moram perto um do outro, então a gente

tem mais relação com os brasileiros e as brasileiras. Então se você for comparar com a comunidade lá de São Paulo, você vê que os coreanos só andam com coreanos, lá o estranho é você ver por incrível que pareça, um coreano andando com brasileiro, existe claro, mas é muito estranho, ou então, tá num grupo assim de coreanos e de repente tem um brasileiro no meio, isso não é estranho, mas é um pouco diferente, porque é mais fácil você ver um grupo de coreanos entre coreanos do que ver alguém assim. Hoje em dia eu já vejo bastante, mas assim, no caso daqui, tá perdendo um pouco a identidade dessa cultura coreana entre os coreanos de Brasília”. [JUNG, 2016]

Comunidades em contraste

Conforme adentrava o campo a fim de compreender e dialogar com as memórias dos filhos de imigrantes coreanos residentes em Brasília, percebia a presença de São Paulo, como uma variável importante no circuito de história da comunidade. Destarte, reconstituir este percurso desde os processos fundantes da estruturação de ambas as cidades como receptoras de imigrantes e aqui em evidência a comunidade coreana, para então identificar suas distintas dinâmicas, modos de se organizar e seus impactos, parecem fundamentais.

De acordo com Feldman (2013, p. 2 apud Chi, 2016, p.29), o Bairro do Bom Retiro se configurou para além de São

Paulo com uma dinâmica bastante particular, que está associada muito mais à “sucessão de enclaves étnicos” do que à diversidade étnica e o contingente populacional que tem a si atribuído. Nesse sentido, parte da razão de sua constituição enquanto um bairro em distinção estaria expresso na sua localização, que marcou o trajeto de imigrantes que aportavam em Santos e perpassavam a região, como também pelo acionamento da malha ferroviária como fonte de transporte que cruzava o bairro do Bom Retiro, o tornando num primeiro momento em uma zona de trânsito, e depois, numa zona de permanência, apesar deste não ter sido um espaço de formação das primeiras memórias imigrantes coreanas. De italianos, portugueses, sírios, turcos até judeus, estes últimos tendo marcado a transição do reconhecimento do bairro de operário à comercial, e que posteriormente passou a ter participação intensa dos coreanos, chegando a ser responsáveis, na década de 1990, por 40% do faturamento no setor comercial e atacadista de São Paulo, conforme aponta Freitas (2008). Tais dinâmicas moldadas por intermédio das comunidades étnicas, permitiram que não só a economia do bairro ganhasse fluxo próprio e tivesse suas fronteiras alargadas a partir das transformações espaciais, como também espaços de convivência e socialização se consolidassem.

Por outro lado, quando nos debruçamos sobre o cenário brasileiro, em primeira instância é importante apontar para a carência de pesquisas e base de dados relativos à migração estrangeira e o mapeamento das comunidades étnicas aqui instaladas, reverberando por consequência na escassez de registros da comunidade coreana. Todavia, entre relatos, dados coletados e estudos anteriormente publicados sobre a Imigração Coreana no Brasil, é possível estimar que entre 1969 e 1971, já se evidenciava a presença de uma população de imigrantes coreanos e instituições formais e informais como a Fazenda Exemplar e a Igreja Holiness Coreana em Brasília. As motivações, entretanto, são difusas, por vezes relacionadas à possibilidade de mobilidade social e econômica. De todo modo, diferentemente de como a comunidade de imigrantes coreanos se fixou no Bairro do Bom Retiro e desenvolveu relações sociais, culturais, políticas e econômicas sob um modelo de territorialização étnica, em Brasília, não é possível falar de um modelo de economia étnica, nem mesmo de um enclave entre os coreanos, que se alocaram com suas famílias em diferentes cidades e se inseriram em distintas dinâmicas de trabalho.

Nesse sentido, observamos o papel que uma herança cultural e comercial étnica no bairro do Bom Retiro obteve no processo de estabelecimento da comunidade coreana em sua diversidade, enquanto enclave. Ciente de que ainda muitas outras razões são responsáveis pelo modo como a comunidade se estabeleceu em cada região, a possível ausência de um contexto sucedido de interposições culturais imigrantes, podem apontar para uma das razões ao qual em Brasília, os desdobramentos do estabelecimento da comunidade coreana, tenham se dado de modo tão particular e diverso.

Considerações Finais

Ao lançar um olhar sobre a imigração coreana no Brasil a partir das perspectivas dos descendentes, foi possível compreender não só como esses fluxos se deram, mas como eles impactaram direta e indiretamente as sociabilidades e a forma com se colocam no mundo. Quando então contextualizadas em Brasília, tais dinâmicas se mostram em constante via de questionamento, através desses agentes que em partilha com suas coreanidades, construíram ao longo da história suas próprias trajetórias.

Se para os imigrantes os desafios se centravam no estabelecimento no país, entre os descendentes, está o reconhecimento de sua identidade e o despertar de novos papéis que podem vir a desempenhar enquanto “intermediadores culturais”, a fim de desenvolver novas redes de diálogo entre ambas as culturas (Feldman-Bianco, 2009), pautadas a partir das realidades locais ao qual estão inseridos, já que vimos que este não é um processo homogêneo nem se dá única e exclusivamente de uma forma. Em tempo, é importante considerar que a despeito das particularidades de cada comunidade coreana, as redes que são articuladas de uma para a outra, permanecem em atividade desde o período inicial da imigração até o presente, mesmo que de modo difuso, tendo em vista que se para os mais velhos estes espaços permitem um reavivar da sua identidade e história, entre os membros das gerações seguintes, há o questionamento do lugar ocupado nessa comunidade e em que medida a “tradição” e a “herança cultural” de seu povo serão transmitidas.

Referências Bibliográficas

CHI, Jung Yun. O Bom Retiro dos Coreanos. Descrição de um enclave étnico. 2016.245f. Dissertação (Mestrado – Área de

Concentração: Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHOI, Keum Joa. Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil. 1991.244f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

COREIA DO SUL. Ministério das Relações Exteriores. *Statistics on overseas koreans*. 2013. Disponível em: <http://www.mofa.go.kr/travel/overseascitizen/index.jsp?mofat=001&menu=m_10_40>

FELDMAN-BIANCO, Bela. 2009. Reinventando a Localidade: Globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15(31): 321-330.

_____. 2010. “O Brasil como país de emigração: mobilizações e políticas” In Ferreira, Ademir et. Al (Orgs.). *A experiência migrante. Entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 293-304.

FREITAS, Patrícia. Imigração e empreendimentos econômicos – o circuito de confecção e comercialização de roupas em torno de imigrantes coreanos e bolivianos na cidade de São Paulo. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt25-15/2541-patriciafreitas-imigracao/file>>.

HALL, Stuart. 2009. “Da Diáspora. Identidades e mediações culturais,” Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 25-48.

HONG, Mirian Lee. Exploring literary negotiations of culture and identity from the journal, *Cultura Tropical* (열대 문화) and how Korean Brazilians construct a hybrid cultural identity. 2011. 80 f. Tese (Doutorado- Filosofia em Língua e Literatura Latino-americana). University of California, Berkeley, 2011.

IM, Yun Jung. et al. *The Second Generation of Koreans in Brazil: A Portrait*. 2009. Disponível em: <<http://international.ucla.edu/korea/article/112638>>

KIM, Yoo Na. *A Jovem Coreia: um almanaque sobre uma das imigrações mais recentes do Brasil*. São Paulo: SSUA Editora, 2008.

_____. *Brasil e Coreia: 50 anos de amizade: em comemoração ao aniversário da imigração coreana no Brasil*. São Paulo: Editora Dawon, 2013.

SEYFERTH, Giralda. 2010. “Comemoração, identidade e memória da imigração”. In Ferreira, Ademir et. Al (Orgs.). *A experiência migrante. Entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 103-122.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo. Edusp, 1998.

SINCERE - Polícia Federal. *Imigrantes coreanos permanentes no Brasil*, Brasília, p.1, dez. 2017.

YANG, Eun Min. *A “Geração 1.5” dos imigrantes coreanos em São Paulo: identidade, alteridade e educação*. 2011. 506 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.



A melhor e a pior coisa que fará na vida:

A imigração a partir do olhar de um refugiado sírio em Brasília

*Nathália Barcelos Ubiali**

* Graduanda em Ciências Sociais (habilitação em Antropologia),
Universidade de Brasília (UnB). naathalia.b@hotmail.com

Resumo: A proposta deste artigo é refletir acerca da subjetividade dos migrantes a partir da análise etnográfica de um caso específico de um jovem sírio refugiado em Brasília, George Al Nemeh. Para isso, buscarei tratar de algumas questões que envolvem a migração no Brasil e na Síria. Posteriormente pretendo refletir sobre a conceitualização da imigração de uma forma mais específica, trazendo algumas ideias iniciais sobre o tema.

Palavras-chave: Refugiado. Migrações. Subjetividade. Brasília. Síria.

Abstract: The purpose of this article is to reflect on the subjectivity of migrants based on the ethnographic analysis of a specific case of a young Syrian refugee in Brasília, George Al Nemeh. To that end, I will try to address some migration issues in Brazil and Syria. Later I intend to reflect on the conceptualization of immigration in a more specific way, bringing some initial ideas on the subject.

Keywords: Refugee. Migrations. Subjectivity. Brasília. Syria.

Considerações iniciais

Deixar tudo para trás, trabalho, família, amigos e embarcar em uma grande aventura por causa da guerra, que é uma opção que não foi planejada e viver no exterior, poderá ser a melhor e a pior coisa que fará na vida. Toda aquela mistura de sentimentos, alegria, tristeza, ansiedade e curiosidade tudo junto e misturado no dia do embarque se transforma com o tempo em coisas boas e ruins. Uma hora a gente se habitua ao lugar e tudo começa a se encaixar, mas antes disso acontecer passamos por algumas fases⁵.

Conheci George, antes de sequer pensar em escrever esse artigo, no restaurante de comidas árabes onde ele trabalha e que fundou junto com seu primo Bashar, Yalla Falafel. Quando o artigo começou a ser escrito, além de trabalhar, George cursava o primeiro semestre de Relações Internacionais na Universidade de Brasília, dividindo seu tempo entre as rotinas exaustivas do trabalho e da vida

⁵ Recorte de um documento disponibilizado pelo interlocutor, George, que será contextualizado posteriormente. Fiz uma opção metodológica de transcrever os documentos exatamente como ele escreveu por acreditar que mesmo os considerados “erros” gramaticais possam transmitir algo.

universitária. No entanto, apesar de estabelecido no Brasil desde 2014, e com sua rotina similar a dos demais brasileiros, George é um refugiado Sírio e assim é percebido pela maior parte das pessoas com as quais interage.

Quando se fala de migrantes, normalmente os pensam pelos vieses jurídicos, objetivos e estruturais. Não desmerecendo esta análise, creio ser também muito relevante buscarmos pensar aspectos que envolvam não só a objetividade destes sujeitos, mas sua subjetividade. Joelma Carmo de Melo Barbosa (2010) fala sobre como pode-se abordar o imigrante a partir desses dois aspectos, e como esses são paradigmáticos. O aspecto objetivo se daria a partir do fator estrutural, em uma perspectiva de deslocamento para um processo de acumulação de capital e o subjetivo que abordaria questões não circunscritas ao aspecto econômico, que “dizem respeito à trajetória pessoal e o modo de articulação do migrante com o movimento do mundo e dos lugares” (BECKER, 1997; FERREIRA, 2007, apud BARBOSA, 2010, p. 19). É no segundo aspecto que iremos focar.

E por conta disso, é a partir de relatos de George que o texto será estruturado. Primeiramente trazendo alguns aspectos a respeito

do contexto, no que tange a perspectiva migratória no Brasil e das motivações da vinda dos sírios ao Brasil. Em um segundo momento, apresentando os dados coletados com a pesquisa, que se deu em três momentos – o primeiro, uma entrevista inicial, em um segundo momento a leitura de uma palestra que foi por ele enviada, e um terceiro, uma nova entrevista para sanar eventuais lacunas –, dados estes que já representam bem as perspectivas subjetivas do migrante que buscarei mostrar aqui. E por fim, proponho analisar as abordagens de teóricos clássicos e autores contemporâneos.

Pensando no contexto

É importante entender o contexto tanto do país receptor quanto do emissor, levando em conta considerações de Sayad que o “imigrante, antes de ‘nascer’ para a imigração, é primeiro um emigrante” (1998, p. 18). Raramente o fluxo migratório internacional vem isolado, ele se dá por um processo complexo, e por isso a importância da contextualização. No entanto, ao ser considerada a brevidade do texto, a contextualização se dará de forma sucinta, mas com o cuidado de não simplificar esses processos. Sendo assim, inicio trazendo enfoques mais gerais sobre o

histórico de imigração no Brasil, para em um segundo momento falar da migração Síria, focando no processo mais atual.

A imagem do Brasil foi historicamente construída sob uma perspectiva de acolhimento e receptividade aos imigrantes. No entanto, temos que ter em mente que a visão do senso comum de que este seria um país receptivo com os imigrantes pode ser desmitificada, ou, utilizando o conceito de Sonia Hamid (2012), desnaturalizada. A autora busca desnaturalizar o discurso humanitário brasileiro, de que este proporcionaria uma boa convivência e respeito à diversidade na sua história como um todo, pois, segundo ela, quando se analisa o histórico da constituição, o que observamos é a construção de uma postura seletiva e restritiva no relacionamento histórico do Brasil com as populações imigrantes.

De acordo com Miriam de Oliveira Santos (2010), até 1845 a imigração era vinculada à colonização, mas essa configuração começa a mudar no contexto pós Primeira Guerra Mundial, quando começam a surgir os fluxos de apátridas. Já no período entre guerras e pós-Segunda Guerra Mundial o fluxo de refugiados cresce – sendo os judeus os representantes do maior número do contingente imigrante

do período –, número que tem crescido mais e mais, e mudando de face diversas vezes desde então.

Na atualidade, a configuração da imigração brasileira pode ser analisada através dos dados disponibilizados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Por exemplo, até o final de 2016 o Brasil reconheceu 9.552 refugiados de 82 nacionalidades, e deste número, 326 tinham como origem a Síria. A Venezuela foi o país com maior número de solicitações de refúgio no período analisado (33%), no entanto a Síria aparece com mais solicitações deferidas (35%) (ACNUR, 2016).

O processo de imigração Síria ao Brasil após os períodos de conflito fica nítido quando analisamos números: em 2011 se tinha registro de apenas 6 refugiados sírios em território nacional, enquanto no ano de 2014 o Brasil reconheceu 1.047 refugiados, somando um total de 1.385 sírios, passando a ser a nacionalidade com maior número de imigrantes em território brasileiro.

Esse fluxo é um reflexo da onda atual de violência Síria que teve início em meados de 2011, por conta de sua divisão política e

religiosa, desde então a situação da guerra civil lá instaurada só vêm se mostrando mais e mais tensa, sendo uma das maiores crises humanitárias já registradas.

Os dados demonstraram que, desde o início do conflito até janeiro de 2014, mais de 2,39 milhões de pessoas fugiram do território sírio. Estimou-se que, devido ao adensamento da crise, o número de refugiados sírios no mundo alcançaria a provável cifra de 3,590 milhões de refugiados ao final de 2014 (GODOY, 2016, p. 85).

A maior parte dos sírios que deixa seu país em busca de refúgio se aloca nos países vizinhos, sendo que onde se apresentam registros do maior número deles são o Líbano (1,14 milhão de pessoas), Turquia (815 mil) e Jordânia (608 mil) (Ibidem, 2016, p. 87). As regiões mais afetadas pela crise, compostas por alguns desses países vizinhos, são historicamente responsáveis pelo acolhimento de refugiados palestinos, e o agravamento da guerra na Síria “tem testado a capacidade de resposta dos países vizinhos e do próprio sistema humanitário global” (Ibidem, 2016, p. 85).

E a resposta do Brasil tem sido um atrativo para os sírios, já que os preços do deslocamento para cá costumam ser menores, uma maior segurança quando comparada à Europa, além da resolução receptiva por parte do Conare instaurada em 2014, que facilitou a

concessão de vistos aos sírios – além da grande comunidade sírio-libanesa instaurada no Brasil ao longo da história.

Migrar – Melhor e pior coisa⁶

Dei início à pesquisa deixando o campo me levar, buscando ouvir o que ele tinha a me dizer, para depois desenvolver questões específicas as quais eu sentisse que seriam pertinentes. Para isso, George e eu tivemos uma primeira conversa, pedi que ele me contasse casos de sua vida e sobre o tema da migração, para por fim, falar do restaurante.

É interessante apresentar mais elementos do nosso personagem além do anteriormente relatado. George é um jovem de 22 anos, nascido em Damasco, na Síria. E que por conta da guerra em seu país, se viu obrigado a deixá-lo. Na mudança, George teve que deixar sua mãe e seus dois irmãos, com 12 e 15 anos – com os quais relatou não conseguir ter muito contato por conta da

⁶ Utilizei aqui termos cunhados pelo próprio George, “embarcar em uma grande aventura por causa da guerra que é uma opção não foi planejada e viver no exterior, poderá ser a melhor e a pior coisa que fará na vida” (grifo meu).

instabilidade da internet de lá, além dos agravantes da falta de tempo, do fuso horário e da correria do dia a dia.

Então, a história de migração foi por causa da guerra, né? Tem gente que não queria mais matar pessoas, não queriam entrar no exército para voltar pra casa morto daqui um mês, igual a minha mãe, ela vendeu um ouro que ela tinha, que valia uns dois mil e oitocentos dólares. Aí fui para o Líbano, a primeira coisa que gastei foi mil dólares pro ticket para o Brasil, lá gastei outros mil e fiquei com oitocentos dólares, para eu gastar aqui. O dinheiro do Líbano é muito caro, eu trabalhei no Líbano por quatro meses... depois ganhei o visto, tipo, isso que eu queria, só ganhar o visto brasileiro... Porque na Síria, eu “fugia”, tipo, três noites, eu saí da faculdade porque começaram a jogar bombas. Eu fazia ciência política, aí não tem três dias, deram um tempo para colocar meu nome em um papel para a fronteira, depois desse tempo não pode mais sair da Síria, sabe...

Este relato traz aspectos das motivações e do contexto de sua migração. Em um primeiro momento ainda não tinha me atentado para questões como, a vital pergunta de qual parte da Síria ele vem, já que ele vir de uma região mais conservadora, ou não, teria reflexos em sua adaptação e sua forma de enxergar esse processo, além de questões como classe, escolaridade, por exemplo. Ele me contou que vem de Damasco que seria uma região – usando analogia feita pelo próprio George – análoga a São Paulo, uma grande metrópole, e por conta disso, é bem menos conservadora que algumas outras regiões. O que certamente tem a ver com ele dizer

coisas como “eu sou muito ocidental antes de sair de lá, sabe. Tipo, cara, eu vim de cultura fechada, mas não sou fechado.”

George falou também de como foi o processo de se estabelecer em Brasília, e como foi abrir o restaurante no qual nos conhecemos, o “meu primo, Bashar, ele arrumou o dinheiro, e a gente aprendeu a fazer a comida em casa e estava tipo ‘o George faz assim, o George faz assim’, eu fiz o projeto todo, eu sei cada real que entrou e saiu no Yalla, até a hora de abrir até a hora de agora”.

A princípio, a ideia era, de alguma forma, fazer a pesquisa dialogando entre a questão do restaurante com a do trabalho, perspectiva tão atrelada aos imigrantes, especialmente no primeiro momento dos estudos migratórios, que considera a migração exclusivamente em seu aspecto econômico. No entanto, se antes de nossa primeira conversa eu acreditava que esses seriam os pontos mais interessantes de se abordar, depois de receber um documento, intitulado “George importante reunião dia 28 de setembro atualizado”, que fora escrito por ele para apresentar em uma palestra da Semana Universitária de Brasília sobre saúde mental, minhas perspectivas de pesquisa mudaram.

Nesse documento havia quatro perguntas estruturadas para ser a base do que ele falaria. Perguntas como quais eram suas maiores dificuldades – no âmbito universidade e Brasília como um todo – como ele achava que essas dificuldades poderiam ser resolvidas, como elas afetavam sua saúde mental e qual era sua relação com elas. E, conforme a citação que dá início ao artigo, George separa essas experiências em algumas fases.

Fases estas que buscarei trazer com alguns detalhes, algumas transcrevendo por inteiro, por acreditar serem relatos muito sensíveis e ricos. Começando pelo o que ele classifica como a questão das dificuldades de aprender um novo idioma, “nossa língua árabe é linda e que você consegue entender e se expressar corretamente, sem ter que pensar em formar frases antes de falar mais aqui não serve (...) ter que ouvir um idioma que não dominamos o dia inteiro, todos os dias da semana não é fácil, chega uma hora que você não vai mais suportar e não terá mais vontade de falar”.

Fala também da questão da integração, sobre como “deixamos nosso país para trás, mas muitas vezes não estamos abertos a vivenciar uma nova cultura, não aceitamos o diferente e demoramos mais tempo para nos habituar”, além de falar da questão paradoxal da

adaptação social ao dizer que “é preciso grande esforço para compreender os hábitos e as regras sociais do país de destino e mesmo assim preservar nossas origens”.

O terceiro ponto o qual ele aborda é o aspecto da vida social, “morar aqui no Brasil ou qualquer país é conviver quase que diariamente com a solidão” e narra em seguida, em um relato doído, esse aspecto.

Tudo no início é difícil, mas chega um tempo que você realmente precisa de tomar aquela coragem e se apresentar em todos os lugares só pra saber se você serve pra ser um amigo de alguém! E você tenta uma vez, dez vezes, talvez consiga. Mas, aí como você é refugiado as pessoas ficam conversando com você só pra saber a situação no seu país que você jamais quer falar sobre esse assunto porque você fala e lembra, e depois da conversa não adianta nada porque tudo já morreu depois da conversa e ninguém mais fala contigo... Cansei dessa forma de me apresentar como refugiado... Cansei mesmo, quero me apresentar como pessoa normal⁷, falar sobre outros assuntos, sobre a vida mesmo, a vida é muito linda. A vida que vocês mesmos estão vivendo, que é cada um de vocês construindo a vida, como está conseguindo utilizar o tempo em estudar e trabalhar, sair com os amigos, falar fofoca sobre todo mundo, a vida de 21 anos. Eu não vivi essa vida, minha vida cresceu dentro da guerra como todo mundo que estava e está lá ainda sofrendo e tem medo de morrer em qualquer momento. Vocês vivem em muita paz. Até eu paro muitas vezes e me pergunto eu preciso de fazer o que pra lavar meu cérebro daquele

⁷ “Há um desejo de se aproximar dos brasileiros, de tornar suas diferenças semelhantes, para que possam ser vistos como seres humanos dignos e não como aberrações” (LEVI-STRAUSS, 2013, 260-263, apud, JACOB, 2014, p.29).

sangue que já vi durante cinco anos...⁸ É preciso de entrar no subconsciente e trocar o cartão de memória⁹.

Ainda sobre esse aspecto da vida social, em nossa entrevista, quase um ano depois de ter escrito esse relato, ele me contou como se sentia a respeito de fazer amizades,

Muito ruim, já cansei de história, sou refugiado da síria, falar tudo de novo, sabe? Difícil fazer amizades num país diferente, sabe? É... História vai só repetindo, só repetindo... Ai, sou estudante cara, não sou mais refugiado, não quero mais repetir esse assunto, porque já, ah... a moda, refúgio, a minha situação não é mais de refugiado.

Já no quarto, e último, fala da saudade¹⁰, “ela chega, sempre chega, pode ser no início para te fazer pensar em desistir, pode ser depois de algum tempo de adaptação... E nos perguntamos se é isso

mesmo que queremos, mas *como lidar com a vontade de estar lá e querer continuar aqui?*” (grifo meu).

Depois de nossa primeira entrevista, de ele me mandar o arquivo da palestra sobre saúde mental, ainda tivemos algumas conversas, e ao indaga-lo se ao longo da construção do artigo algumas coisas mudaram, sua resposta fora que sim,

Eu sinto que mudou muita coisa também que... principalmente a adaptação com o país, aprender mais tradições. Os costumes que o brasileiro faz que a gente também precisa aprender porque muita coisa que talvez a gente... tipo, solta muitas palavras que é acostumado a falar lá e quer aplicar aqui no brasil, aí não dá. Também aprendi a ser mais feminista no brasil (risos).

A vivência na teoria

São todos, aparentemente, relatos muito difusos e que deixam espaço para abirmos diversas janelas de questionamentos, mas que, no entanto, de alguma forma, se encaixam e ilustram bem como a vivência do imigrante é cheia de subjetividades.

Os lugares, suas diferenças e semelhanças, a partida e a chegada, o trabalho, o estranhamento e o pertencimento, a saudade e a amizade, os familiares que ficaram e os familiares que permanecem próximos, as comparações entre aqui e lá, entre o antes e o depois, as lembranças e a memória, as representações dos lugares e das gentes, as tendências e possibilidades de uma nova migração, o retorno ou o avançar adiante... São alguns componentes de quem migra e dos lugares da migração, que

⁸ Para o antropólogo francês Michel Agier, os refugiados são “em primeiro lugar, sobreviventes”: pessoas que conheceram os horrores da morte em todas as suas formas; que perderam seus bens, famílias e referências; que têm experimentado dor física e psicológica e que muitas vezes sofrem transtornos mentais e, principalmente, da perda de identidade (AGIER, 2002, apud BARBOSA, 2010, p. 28).

⁹ Essa passagem me remeteu ao relato coletado por Sayad no qual seu interlocutor diz que “Há coisas que não se esquecem, tudo o que gostaríamos de esquecer” (SAYAD, 1998, p. 119).

¹⁰ Na língua brasileira, a saudade é um termo que “define um estado d’alma e um sentimento de dor, de angústia, de nostalgia provocado pela distância, pela ausência, pelo desejo de estar num outro tempo e lugar” (OLIVEIRA, 1997, p.8, apud MENEZES, 2015, p. 6).

convergem para o entendimento e a complexidade da mobilidade (GOETTERT, 2008, p. 267).

A imigração se institui enquanto categoria de identificação para quem migra, e é ela quem cria essa sensação de pertencimento a dois lugares, segundo Simmel (1979), mas ao mesmo tempo os torna estrangeiros tanto no local de chegada quanto no de origem. No ato de migrar, o sujeito abandonaria suas referências, já que estaria deixando um espaço no qual ele pertence e de coletividades conhecidas para um espaço no qual estas referências já não se fariam presentes.

Essas problemáticas nos remetem à teoria cunhada por Sayad, autor central do segundo momento dos estudos migratórios que pensa a migração a partir de perspectivas mais amplas do que as que se tinham até então, já que no primeiro momento se pensava as migrações como processos isolados, e as causas e consequências da migração eram analisadas exclusivamente a partir do viés econômico.

Com Sayad o termo migrante já não era o utilizado, pensava em (e/i)migrante, levando em conta, como supracitado, que antes de ser imigrante o sujeito é um emigrante (1998). É essa perspectiva

que molda como a sociedade de chegada o entenderá, já que será interpretado de acordo com o local de origem. Vemos isso no caso de George, que mesmo buscando uma adaptação onde se estabeleceu, continua sendo enxergado enquanto um sujeito vindo de outro lugar, em uma posição “liminar”, “transitória” e “inclassificável”, (MALKKI, 1995, p. 6-7, apud HAMID, 2012, p. 4).

Na perspectiva de Sayad o (e/i)migrante é sempre visto enquanto força de trabalho provisória, temporária e em trânsito, como alguém de fora e deslocado. Pensa a migração como movimento unilateral, sempre no sentido centro-periferia, e desconsidera os imigrantes como atores, apagando-os enquanto sujeitos. Esses pontos mostram que alguns apontamentos de Sayad acabam sendo insuficientes para nossa análise.

No entanto, mesmo reconhecendo tais limitações em sua teoria, ela ainda nos é muito útil para pensarmos a partir do viés melancólico de quem migra. Segundo o autor, a imigração fundaria um paradoxo de um múltiplo movimento e de uma dupla ficção. Além disso, de uma volta e a de uma naturalização que não seriam

possíveis e assim, os migrantes viveriam o drama do ausente que está presente e do presente que está ausente.

Esse é um dos numerosos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente – efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá – o imigrante teria uma vida dupla, que ultrapassa e que é diversa da oposição tradicional entre vida pública e vida íntima: uma vida presente, banal, cotidiana, vida que pesa e enreda, vida segunda, ao mesmo tempo cronológica e essencialmente secundária; uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltará a sê-lo um dia (SAYAD, 2000, p.20).

O sentimento da ausência se apresenta como constituinte central da experiência do migrante, pois segundo Sayad (1998) o movimento de partir evocaria sentimentos de perda, abandono, solidão e culpa. Porém, por conta de suas limitações teóricas, para o que buscamos refletir sobre, aqui beberemos também das fontes do terceiro momento dos estudos migratórios, no qual os teóricos tratam a perspectiva da migração por um viés transnacional.

Neste outro momento dos estudos migratórios, as trajetórias e fluxos não seriam mais entendidos de forma fragmentada e unilateral, e sim integrada – aqui o imigrante passa de um indivíduo

“sem lugar” para ser entendido como pertencente a múltiplos lugares.

A condição de transitividade migratória é de *ligação* e não de separação, por mais paradoxal que possa parecer: o “transitório” parece não pressupor a passagem de um estado a outro ou de uma condição a outra (na migração, de um lugar para outro) porque “passa”, é “passageiro” e “efêmero”; na perspectiva da transitividade migratória, o que se pressupõe não é apenas a passagem de um estado a outro ou de uma condição à outra (ou, na migração, de um lugar para outro), mas no amálgama entre dois ou mais estados ou entre duas ou mais condições, no (des)encontro entre dois ou mais lugares: o migrante *é e não é, está e não está, é presente e ausente, é ausente e presente*, simultaneamente. (GOETTERT, 2009, p. 58).

Com isso, nota-se que há uma diferença entre estar em um lugar, e ser do lugar. O que se dá a partir da não existência de parâmetros temporais para pensar universalmente a condição de transitividade migratória, “como construção subjetiva, tende a variar dependendo de cada sujeito e de como cada um lida com as mudanças, com as permanências, com as distâncias tanto espaciais como temporais” (GOETTERT, 2009, p. 59).

Mesmo a memória e a identidade são aspectos mais subjetivos que objetivos, já que são representações e construções da realidade, e não coisas fixas (GILLIS, 1994, p. 3, apud, SEYFERTH, 2010, p. 104). Ou seja, quando pensamos a migração por uma

perspectiva subjetiva precisamos levar em conta que o entendimento dessa experiência de um determinado migrante, como George por exemplo, pode ter várias particularidades quando comparada com a de outros migrantes.

O conceito de memória, conjuntamente com a identidade (étnica) é o que "implica a construção de fronteiras associadas a pertencimento comunitário ou grupal" (SEYFERTH, 2010, p. 104), sendo assim,

Basta reter que a memória é individual e coletiva, supõe temporalidade - passado/presente -, é uma construção, assim como a identidade e etnicidade, cujos enunciados ideológicos ou representações dependem dela, sem esquecer que rememorar é um exercício seletivo (tanto quanto o esquecimento), seja do indivíduo ou da coletividade (SEYFERTH, 2010, p. 104).

Além disso, superar as diferenças culturais se mostra como um dos grandes desafios de quem migra. As experiências interculturais “começam no encontro com o ‘outro’ e evoluem para o encontro com o ‘eu’” (MAMMAN, RICHARDS, 1996, apud BARBOSA, 2010, p. 19). E por isso a importância de dar visibilidade aos fatores culturais da construção, ou reconstrução, de uma nova identidade desses sujeitos quando se pensa em seu ajustamento e inserção, e que são imprescindíveis ao processo de

socialização no local de chegada (CASTELLS, 2002, apud BARBOSA, 2010, p. 19).

Conclusão

Tendo em vista as abordagens dos diferentes momentos dos estudos migratórios e a forma como cada uma delas interpreta tais movimentos, sendo, no primeiro momento a perspectiva de Sayad, que trata o (i/e)migrante enquanto um sem lugar, e a abordagem transnacional, que traz uma perspectiva de múltiplos pertencimentos. Pode parecer contraditório aplica-las conjuntamente para a análise de um mesmo caso, mas a brecha para esta contradição é proposital. Justamente por acreditar que todos os ângulos são relevantes para pensar o migrante em sua subjetividade, por crer que trazer esses diferentes olhares pode servir para reforçar isto.

Dos relatos de George, apresentados anteriormente, podem ser feitas diversas considerações para pensar questões subjetivas do migrante. Apesar de narrarem as motivações da migração, as dificuldades desse deslocamento, e mesmo a relação trabalhista – e outros aspectos que poderiam ser considerados mais objetivos –,

isso, em conjunto com o relato de suas experiências e sensações, nos aspectos de idioma, integração, vida social, e algumas questões que englobam esse aspecto, como a angústia para pertencer, e até mesmo da saudade, mostra questões estruturais do migrante, mas a partir de suas vivências particulares.

O objetivo aqui foi, a partir de um exercício de aproximação com a realidade de um imigrante sírio em Brasília, apontar reflexões acerca da migração para além de seu viés econômico e objetivo. Achei interessante trazer para a reflexão os diversos aspectos que definem a experiência de migrar e, além disso, retomar as várias óticas que permeiam esses movimentos, como uma espécie de emaranhado de elementos que convergem e criam a realidade subjetiva de quem migra. Tal movimento nos permite falar de afetos, angústias, dores e experiências que escapam às estatísticas e às análises estruturais, mas que são constituintes do ser migrante.

Sofremos muito e nos questionamos, mas sabemos que fizemos a escolha certa¹¹.

¹¹ Frase que encerra o arquivo enviado por George e por conta disso achei coerente utiliza-la como frase final aqui também.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Joelma Carmo de Melo. Reassentamentos urbanos de imigrantes palestinos no Brasil: um estudo de caso do “campo” de Brasília. Joelma Carmo de Melo Barbosa; orientadora: Maria Alice Rezende de Carvalho. Dissertação (Mestrado) em Sociologia e Política Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GOETTERT, Jones Dari. Gentes, migração e transividade migratória. Espaço Plural. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, Brasil. vol. X, núm. 20, enero-junio, 2009, pp. 53-62.

_____. O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. - Doutorado, MS: Editora da UFGD, 2008, pp. 488.

HAMID, Sônia C. (Des)Integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil. Tese de Doutorado, PPGAS/UnB, 2012.

JACOB, Jamila Miguel. Sírios e libaneses: árabes diferentes, brasileiros iguais ou de como a identidade étnica se transforma e se mantém. 61 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, Miriam. “Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil”. In Ferreira, Ademir et. Al (Orgs.). A experiência migrante. Entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, pp. 99-103.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, v. 13, n. esp., jan. 2000.

_____. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. “Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil”. In: FERREIRA, Ademir et. Al (Orgs.). *A experiência migrante. Entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, pp. 103-122.

SIMMEL, G. O Estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp.11-25.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Dados sobre refúgio no Brasil. In: www.acnur/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil <acesso em 03 de dezembro de 2017>.



O refúgio em pauta:

Uma análise do filme “Monsieur Lazhar. O que traz boas novas”

*Daniel Praciano Marinho**

* Graduando em Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB).

daniel.pmarinho@gmail.com.

Resumo: O presente artigo toma como base de análise o filme “Monsieur Lazhar – O que traz boas novas”, empreendendo uma leitura das vivências do personagem-título da obra, um argelino em busca de refúgio no Canadá, a partir da produção acadêmica a respeito das questões de migração e refúgio. Assim, após apresentar a história do filme destaco questões como a indefinição da situação do refugiado, o múltiplo pertencimento cultural por ele vivida e as burocracias envolvidas no processo de busca de refúgio, utilizando momentos específicos da película em análise como exemplos e buscando relacionar a experiências do personagem com aquelas vividas, na realidade, por refugiados.

Palavras-chave: migrações; refugiados; Canadá.

Abstract: The present article takes as a basis of analysis the movie “Monsieur Lazhar”, observing the experiences of the central character of the picture, an algerian looking for refuge in Canada, utilizing the academic production about the matters of migration and refuge. Therefore, after presenting the story of the film, I highlight matters such as the indefinition of the situation of a refugee, the multiple cultural belonging lived by them and the bureaucracies involved in the process of search for refuge, making use of specific moments of the movie as examples and trying to relate the experiences of the character with those lived, in reality, by refugees.

Keywords: migration; refugees; Canada.

Introdução

O presente artigo busca fazer uma análise do filme “O que traz boas novas” (“Monsieur Lazhar”, no título original), lançado no ano de 2011, produzido no Canadá, dirigido por Philippe Falardeau e indicado ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 2012. Baseado na peça de teatro “Bashir Lazhar”, a película se passa em Montreal e conta a história de um refugiado argelino chamado Bashir Lazhar (interpretado por Mohamed Said Fellag), que finge ser professor em uma escola para substituir a professora anterior, que havia cometido suicídio. Desenvolve-se, assim, ao longo do filme, sua relação com os alunos durante seu processo de lidar com o que aconteceu com a professora e a própria história anterior de Bashir, que o forçou a ir para o Canadá como refugiado.

O artigo tem como objetivo, portanto, seguir a trajetória do personagem Bashir Lazhar, buscando, na sua história, fatos e vivências que possam ser relacionados com textos acadêmicos relacionados à temática

das migrações, e, em especial, com teorias relacionadas à questão do refúgio, procurando utilizar a narrativa do filme como uma forma de ilustrar aquilo que já foi bem descrito textualmente. Será empreendida, assim, uma observação das nuances e questões que nos são dadas pela posição do senhor Lazhar como refugiado no Canadá, as quais tornam sua experiência como professor daquelas crianças única e totalmente diferente daquela que viveria um professor ou professora de origem canadense.

Neste sentido, o artigo se estrutura da seguinte forma: primeiro será apresentada a história do filme como forma de contextualizar a discussão e relatar os acontecimentos e fatos que aparecem na película e serão utilizados no desenvolvimento do trabalho. Em seguida, o artigo passará a focar, especificamente, no personagem título do filme, evidenciando as relações existentes entre sua experiência como refugiado e os estudos teóricos sobre o tema. Concluindo, as informações expostas serão analisadas no sentido de conectar o filme apresentado com reflexões teóricas sobre o tema das migrações e refúgio.

História do filme

O filme nos apresenta o personagem de Bashir Lazhar (cujo nome significa “aquele que traz boas novas”) quando ele se oferece para substituir a professora Martine (Hélène Laliberté), que acabou de cometer

suicídio dentro de uma sala de aula, em um colégio em Montreal. Inicialmente relutante, a diretora do colégio o aceita para o cargo. Os primeiros dias do senhor Lazhar no emprego são difíceis, pois ele se mostra relativamente despreparado para a função, se utilizando de métodos educacionais mais tradicionais (como organizar as bancas em fileiras, diferentemente da professora anterior) e trabalhando textos que desagradam aos alunos. Tal descompasso se mostra como um obstáculo inicial para discipliná-los, se somando ao impacto causado pela morte da professora anterior, que ainda é sentido pelas crianças.

As primeiras dificuldades vividas pelo professor são causadas, em grande parte, pelas diferenças culturais existentes entre sua cultura de origem e a cultura de uma população canadense que fala francês. Um momento do filme que retrata isso, destacado pelo diretor (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2012), ocorre quando Lazhar lê um trecho de *La peau de chagrin*, de Honoré de Balzac e, em seguida, afirma “tenho certeza que vocês o conhecem muito bem”, sendo respondido com descrença e resmungos pelos alunos.

Segundo o diretor, tal momento faz referência a uma reclamação comum de canadenses francófonos: o fato deles, frequentemente, serem levados a se sentirem como forasteiros dentro do Canadá. Assim, Lazhar supõe que, por eles possuírem uma língua em comum, ele irá agradar ao ler

um trecho de um clássico francês, quando o efeito, na verdade, é contrário. Segundo o diretor, ao dar uma entrevista a respeito da obra:

A linguagem sempre foi uma questão de sobrevivência lá [no Canadá]. Nós somos apenas 7 milhões de pessoas falando francês em um oceano de, não sei, mais de 350 milhões que falam inglês. Então lidar com a qualidade da nossa linguagem, e como nós a falamos, e como nós a ensinamos, e como nós a transmitimos é sempre uma questão para nós. Então também foi uma parte do filme. (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2012)

No entanto, apesar dos percalços iniciais, aos poucos Lazhar se aproxima dos alunos, principalmente da pequena Alice (Sophie Nélisse), e os ajuda a lidar com o suicídio de Martine, que parece injustificado e faz algumas das crianças se sentirem culpadas, inclusive. Em dado momento do filme, Alice chega a escrever, em uma atividade escolar, uma redação sobre a morte da professora, evidenciando os sentimentos confusos que dominavam as crianças.

Com o desenrolar do filme, além da relação de Bashir com as crianças, também é desenvolvida sua relação com a professora Claire (Brigitte Poupart), que parece caminhar para vias românticas mas encontra como barreira os traumas do professor com o fim trágico de seu último casamento e a barreira cultural entre o que a professora entende como a vivência de um migrante e o que o próprio migrante (no caso, Bashir) sente.

Paralelamente ao aprofundamento das relações do professor com os alunos e os outros professores, vemos ser desenvolvida a história pregressa dele: Bashir é, na verdade, argelino e está passando por um processo judicial para aprovar seu pedido de refúgio no Canadá (embora tenha afirmado para a diretora do colégio que já era residente oficial do país).

Descobrimos, assim, que Bashir nunca trabalhou como professor em seu país de origem, onde era dono de um restaurante, e que sua família (mulher e filhos) foi, segundo ele, toda assassinada em um incêndio ocorrido porque sua mulher, que era professora e escritora, teria escrito um livro onde criticava os responsáveis pela reconciliação do país, que teria causado a libertação de diversos criminosos. Assim, tendo recebido ameaças de morte, a família tentou buscar refúgio no Canadá, sendo que Bashir foi primeiro e o restante de sua família não conseguiu ir a tempo.

Caminhando para o final do filme, também é aprofundada a relação dos alunos com a professora Martine, e descobrimos que Simon, um dos melhores amigos de Alice, se sente extremamente culpado pelo suicídio da professora, pois, certa vez, ela teria tentado ajudá-lo e conversado com ele sobre sua relação difícil com sua família, e, como forma de vingança, por não querer que a professora “se metesse em sua vida”, o garoto teria afirmado para outros professores que Martine teria tentado ter, de alguma forma, um contato mais íntimo com o aluno.

Tal ponto, juntamente com a relação do professor Lazhar com seus alunos, evidencia outro tema que é trabalhado no filme: as regras criadas no ambiente escolar, que são problematizadas pela presença de um forasteiro daquela cultura, que causa um estranhamento dele em relação à escola e, também, o contrário. Assim, a ideia de que não se pode tocar nos alunos, que não se deve tratar certos temas na sala de aula, que não se devem utilizar determinadas palavras fazem parte essencial de uma educação canadense que é abalada com a chegada do Monsieur Lazhar e ocasionam episódios como os que ocorreram com a professora Martine, por ter tentando se “aproximar demais” de um dos alunos.

O episódio ocorrido com Simon fundamenta o fato de alguns alunos (incluindo Alice) culparem Simon pelo suicídio de Martine, o que é evidenciado pelo fato de Simon carregar uma foto da professora com o desenho de asas de anjo atrás dela, demonstrando o carinho que ele tinha por Martine e o arrependimento que sentia pelo ocorrido. A forma como professores e alunos são mostrados no filme, portanto, não é maniqueísta nem reducionista, sendo, na verdade, bastante complexa, uma vez que nunca fica realmente claro quais foram os motivos que levaram Martine a cometer o suicídio.

Em um momento de ápice do filme, Bashir consegue fazer Simon falar em sala de aula sobre os seus sentimentos de culpa, gerando um momento de catarse emocional entre todos os alunos, uma vez que todos

falam sobre a morte de Martine abertamente, de forma que Bashir acaba, no final das contas, cumprindo um papel essencial na vida das crianças.

Conforme Bashir se aproxima dos alunos e os ajuda a lidar com a morte da professora anterior, no entanto, ele passa a incomodar alguns pais por seus métodos “diferentes” de intervir na relação com os alunos (retomando o estranhamento citado anteriormente), o que faz com que as famílias descubram a origem e a irregularidade da posição dele como professor, levando-o a ser demitido da escola.

Em sua última aula, Bashir Lazhar faz, mais uma vez, um exercício com os alunos, em que ele lê um texto e pede para que eles corrijam possíveis erros gramaticais. A fábula que ele lê, no entanto, é uma metáfora sobre seu passado trágico e a perda de sua família em um incêndio. A última cena do filme mostra, assim, Alice, em lágrimas, dando um abraço de despedida no senhor Lazhar, que a considerava sua aluna favorita.

O grande foco do filme é o desenvolvimento da relação do professor com os alunos, ficando a sua vivência como imigrante em um plano mais sutil. No entanto, à medida em que é revelada, a história de Bashir se entrelaça de uma maneira bonita com a das crianças, uma vez que ambos viveram tragédias. Também são interessantes os diversos

choques culturais que ocorrem conforme o personagem tenta se adaptar a seu cargo de professor, questões que serão analisadas mais à frente.

Segundo o diretor (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2012), ele preferiu não tomar uma abordagem tão explícita da questão migratória no filme, colocando as diferenças vividas por Bashir em situações mais sutis e o retratando apenas como “uma pessoa normal lidando com seus próprios demônios”, sem afirmar, explicitamente, em momento algum que ele é, provavelmente, um muçulmano. Neste sentido, a abordagem do filme se aproxima muito à vida real, uma vez que as diferenças existentes em situações de migração, por exemplo, às vezes são sentidas mais fortemente em situações simples e corriqueiras, como acontece com Lazhar.

Bashir Lazhar: um refugiado em solo canadense

O filme “Monsieur Lazhar” levanta diversas questões, como a relação entre professores e alunos, a educação, os choques culturais, podendo servir de base para diversos estudos. Este trabalho, no entanto, irá focar no personagem principal do filme, Bashir Lazhar, analisando sua trajetória como um refugiado argelino no Canadá, que, embora não seja o centro da história do filme, pode render diversas discussões se analisada conjuntamente com a bibliografia sobre o tema.

Bashir era, em sua terra natal, dono de um restaurante, sendo esta sua única experiência profissional. Sua esposa era uma professora e escritora, que, como exposto no filme, lançou um livro a respeito da liberação da Argélia, afirmando que os responsáveis por tal medida acabaram por libertar uma série de indivíduos presos por crimes hediondos. A denúncia revoltou aqueles responsáveis por tal libertação, o que fez com que eles passassem a ameaçar Bashir e sua família.

A ameaça e a iminência de perigo vividas por Lazhar e família fez com que eles buscassem fugir para o Canadá, em busca de proteção política, algo muito comum entre refugiados que buscam a segurança de outros países, usualmente, fugindo de graves perigos em seus países natais, como evidencia o seguinte trecho de Martha Nubia Bello (2004):

Los desplazados hombres, jóvenes, mujeres, ancianos y niños han sido vulnerados en sus derechos: su integridad física y emocional ha sido violentada a través de distintos mecanismos, todos ellos empleados con el propósito de generar miedo y terror y, en últimas, obligar al sometimiento o al desplazamiento. Quienes se desplazan lo hacen porque sienten que su vida o la de sus familiares peligra; desplazarse es, por lo tanto, una estrategia de salvaguarda y de conservación de la vida y de la unidad familiar.

Antes del desplazamiento las personas enfrentan situaciones violentas, degradantes y humillantes en medio de la desprotección y el desamparo que generan sentimientos de miedo, terror, impotencia y ansiedad. En la mayoría de los casos estas situaciones obligan a tomar la decisión de salir y

convierten a los pobladores en despojados y desarraigados. Por las circunstancias en que se producen, tanto hechos como sentimientos, éstos no pueden ser expresados, socializados ni elaborados fácilmente. (BELLO, 2004, p. 01)

Assim, Bashir parte para o Canadá antes de sua família, o que acaba em tragédia, uma vez que sua mulher, seu filho e sua filha morrem em um incêndio, muito provavelmente criminoso, causado por aqueles que os ameaçaram. Agora sozinho em Montreal ele precisa enfrentar dois desafios: construir uma nova vida neste país, o que inclui encontrar um emprego e construir novas relações; e, enquanto isso, esperar o processo de autorização de seu pedido de refúgio, estando submetido aos trâmites legais e institucionais.

Primeiramente, a indefinição da posição de Lazhar, como indivíduo que espera a aprovação de seu pedido de refúgio, o coloca em uma posição de um indivíduo “sem-lugar”, em sua situação provisória e imprevisível, uma vez que, se seu pedido for recusado, ele terá que voltar para seu país de origem, estando esta ameaça sempre presente. Assim, embora Bashir tenha pretensão de conseguir medida favorável a seu refúgio, sua situação é de provisoriedade e indefinibilidade. Sobre tal tema, SAYAD (1998) define:

Da mesma forma como se que impõe a todos – aos imigrantes, é claro, mas também à sociedade que os recebe, bem como à sociedade da qual provém - , essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da

própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse “provisório” possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse ‘definitivo’ jamais seja enunciado como tal. (SAYAD, 1998, p. 46)

Destaque-se, no entanto, que as teorias de Sayad versavam, basicamente, sobre os imigrantes que iam trabalhar na França por volta da década de 70. Assim, seus conceitos e categorias não são totalizantes, uma vez que diversas modalidades de migrações mais modernas, como o próprio refúgio, passam a colocar em cheque as ideias discutidas pelo autor. Assim, o fato de os imigrantes servirem como mão de obra motivava, na época que Sayad publicou sua obra, esta tentativa de colocá-los em uma situação onde se sentissem como possivelmente permanentes, embora, na verdade, existissem como provisórios e sem garantias. No caso do refúgio, no qual Bashir se enquadra, muitas vezes sequer há o desejo de que os imigrantes sirvam como mão de obra no país que os recebe, tornando tal processo mais difícil. Mesmo assim, a ideia de Sayad foi pioneira no entendimento do migrante como um indivíduo em situação indeterminada e contraditória.

O fato de Bashir estar lutando por seu direito ao refúgio também dialoga com as questões, discutidas por SAYAD (1998), a respeito da relação dos migrantes com o Estado e sua vulnerabilidade, uma vez que o

país de origem é quem decide tudo o que será feito com aquele indivíduo. Fica o migrante, assim, possivelmente excluído de direitos e se torna um ser apolítico. O caso de Bashir assinala que a condição de imigrante se estende à de refugiado, uma vez que foi para o Canadá de forma ilegítima, mas se encontra, supostamente, em vias de legitimação, servindo como mão de obra, enquanto isso. Tais questões serão analisadas mais à frente.

A questão da reconstrução da vida no novo país também é algo abordado no filme. BELLO (2004) discute em sua obra tal ponto, afirmando que o trabalho tem importante papel na vida emocional dos indivíduos e que os refugiados precisam, muitas vezes, se submeter a trabalhos que nunca fizeram antes, sob “condições de sobre-exploração e de grande instabilidade.” (BELLO, 2004, p. 03). Define, assim:

(...) es importante destacar que la dificultad de los desplazados para encontrar trabajos estables y que respondan a sus habilidades y conocimientos contribuye a agudizar sus problemas emocionales. [a falta de trabajo no sólo los pone en condición de dependencia (vivir de la caridad pública o de lo que brindan los programas asistenciales), sino que les impide encontrar “un sitio” en el nuevo lugar. Si bien, para la gran mayoría fue el trabajo el que les permitió ganar independencia y reconocimiento en el pasado, la cesantía los coloca hoy en una situación de “no hacer”, que deteriora su autoimagen y hace eco a los señalamientos de “perezosos, holgazanes y vividores. (BELLO, 2004, p. 03)

A situação de Lazhar reflete bem as ideias da autora. Embora não tenha tido que se submeter a um trabalho de condições desumanas e que o explorasse, ele se vê obrigado a mentir sobre sua situação, afirmando que já viveria no Canadá legalmente há muitos anos, para conseguir um trabalho regular. Assim, para não ficar nesta situação de “nada fazer” e evitar, também, dificuldades econômicas, acaba se candidatando à vaga de professor, mesmo sem ter experiência com tal atividade profissional.

A partir do momento que Bashir passa a trabalhar no colégio, diversas situações inusitadas, criadas pelas diferenças culturais existentes entre ele e o país em que chegou, são suscitadas. Em uma cena, Bashir vê, em um evento da escola, um prato originalmente árabe que foi adaptado para ser consumido no Canadá, o que gera uma situação engraçada, uma vez que Lazhar observa a diferença entre tal prato e aquele que ele consumia, originalmente, em seu país.

Outra relação desenvolvida no filme que é interessante destacar é a de Lazhar com um de seus alunos, que é descendente de muçulmanos, o que gera situações cômicas nas quais o professor e o garoto falam entre si em árabe, para que as outras crianças não possam entender, desenvolvendo uma certa cumplicidade entre os personagens. O menino representa, assim, uma geração mais nova de migrantes, sendo, provavelmente, filho ou neto daqueles que vieram antes, mas mantendo a sua cultura, através da utilização da língua, por exemplo.

A manutenção da ligação de Bashir com a cultura de seu país de origem também é observada em uma cena em que, enquanto acontece uma festa organizada na escola para seus alunos, Bashir se lembra da música de seu país e é visto, por outra professora, dançando uma dança tradicional argelina.

O choque cultural também pode observado na forma como Bashir lida com as crianças, que é diferente daquela que se espera de um professor canadense (ele dá um leve tapa na cabeça de um aluno, fato que incomoda uma colega). Isto faz com que uma das alunas fale que “eles não estão na Arábia Saudita” para o que professor faça aquilo, o que evidencia um preconceito por parte das crianças.

Todos os pontos destacados acima se relacionam à questão, estudada por teóricos das migrações, do múltiplo pertencimento dos indivíduos em situação migratória. Entre estes estudos, se encaixa a perspectiva transnacional dos estudos migratórios, que aponta o fato de que muitos indivíduos em situação de migração se encontram conectados, simultaneamente, à cultura de seu país de origem e ao país de chegada, o que passa a determinar a formação de sua identidade. Assim, existiria um duplo-pertencimento, no qual se formaria o chamado “campo social internacional”. CAVALCANTI e PARELLA (2013) definem da seguinte forma:

Existe cada vez más consenso entre los investigadores a la hora de reconocer que algunos migrantes y sus descendientes están fuertemente influenciados por sus continuos vínculos con sus países de origen o por redes sociales que sobrepasan las fronteras nacionales. Además, estos campos transnacionales tienen, sin lugar a dudas, diferentes impactos, como por ejemplo, la conformación de identidades y sentimientos de pertenencia, las relaciones de género y las relaciones familiares, las relaciones económicas, los procesos de movilidad social, las prácticas religiosas, los mercados de trabajo, las percepciones e imágenes sobre el hecho migratorio, el asociacionismo, la participación política, entre otros. (CAVALCANTI e PARELLA, 2013, p. 13)

Portanto, embora Bashir se encontre em outro país, a sua ligação com seu país de origem permanece por meio das manifestações culturais, como a música, a comida, e certos comportamentos que ele mantém que acabam por “denunciar” sua situação de alguém que chegou há pouco tempo ao Canadá. Neste sentido, muito embora busque o refúgio, isto não significa que tenha se desligado por completo do seu país de origem.

A mesma questão se faz presente no personagem de seu aluno de ascendência árabe. Muito embora se trate de uma geração provavelmente posterior de migrantes, a permanência da conexão com traços culturais característicos do país de origem de sua família, como a língua e o próprio comportamento, evidenciam as chamadas “práticas transnacionais”, que nem sempre ocorrem com todos os imigrantes e seus descendentes (CAVALCANTI e PARELLA, 2013, p. 11).

O ponto que mais chama atenção na história de Bashir, no entanto, é a sua situação de refugiado e o processo pelo qual precisa passar para ser reconhecido como tanto no Canadá. Tal questão origina diversas cenas relevantes na película, dentre as quais cabe destacar algumas.

Ao longo do filme é possível acompanhar diversas audiências nas quais é avaliado o pedido de Lazhar para receber o refúgio. Nelas, é discutido se haveria, de fato, a ameaça à sua vida que era alegada por ele, além de se averiguar se realmente ocorreu o assassinato de sua mulher e de seus dois filhos. Tais cenas mostram todo o trâmite burocrático pelo qual os migrantes que pedem refúgio precisam passar para ter seu pedido atendido.

Estas passagens do filme levantam a questão das dificuldades de integração do refugiado como cidadão do Estado-nação que o recebe, uma vez que, visto como possível ameaça, são impostos a ele diversos empecilhos para que consiga, efetivamente, o direito que busca. O caso particular do Canadá, país onde se passa o filme, é interessante, pois, como define PACÍFICO (2008), embora o país tenha sua relação com imigrantes regida por uma política de multiculturalismo, respeitando, em tese, as origens daqueles, o caso dos refugiados é diferente. Assim define:

Entretanto, o que estes acadêmicos e pesquisadores que vêm trabalhando com multiculturalismo e imigração no Canadá esquecem é que os refugiados não são migrantes econômicos, mas sim migrantes forçados,

sendo impedidos de obterem a nacionalidade canadense complacente e facilmente. *Ipso facto*, enquanto considerados juridicamente apenas como refugiados, ou seja, *no limbo*, eles não tomam parte na sociedade canadense como cidadãos, não possuindo acesso aos direitos que os nacionais possuem, nem valendo-se das metas positivas já alcançadas pelo multiculturalismo. (PACÍFICO, 2008, p. 98)

Pacífico empreende em seu texto uma análise detalhada do processo burocrático pelo qual passam aqueles que tentam obter o refúgio no Canadá, que é bem ilustrado no presente filme.

Uma outra cena que pode ser destacada do filme e que evidencia as dificuldades de Bashir como refugiado é um diálogo com a professora Claire, no qual ela pergunta ao professor por que ele não compartilha sua cultura originária com seus alunos, uma vez que, para ela, a migração seria uma “aventura”. A isto, Bashir responde que, para os migrantes propriamente ditos, a migração é, na verdade, “uma viagem sem papéis onde você é arrancado de seu local de origem e jogado em um lugar com uma cultura estranha”. O fato de ser uma viagem “sem papéis” reafirma a situação transitória e indefinida, submetida a questões burocráticas, vivida pelos refugiados.

Destaque-se que a crescente dificuldade de aceitar os refugiados como tais se deve a uma dificuldade de encaixá-los em uma categoria determinada. Neste sentido, os mecanismos estatais buscam maneiras de

enquadrar estes indivíduos, através de “políticas, programas, códigos e práticas, acionadas cotidianamente nos encontros dos refugiados com os aparatos estatais (hospitais, cortes, serviço social) que visam à formação de tipos particulares de cidadão” (HAMID, p. 27). Assim define:

O refugiado, produzido por essa lógica estatal através de sua expulsão, ao mesmo tempo em que representaria um desafio a ela (nação = um povo e um território), também revelaria a sua força. Ao ser colocado em uma posição ‘liminar’, ‘transitória’ e ‘inclassificável’, conforme aponta Malkki (1995:6-7), ele se transformaria em uma ‘categoria perigosa’ e ‘poluidora’ da “ordem nacional das coisas”. Com efeito, o fato de passarem a não estar associados a nenhum ponto fixo neste sistema de ‘comunidades nacionais imaginadas’, os levariam a ser vistos pelos outros países como um ‘problema’ e uma ‘ameaça à segurança e às fronteiras nacionais’. Ao mesmo tempo, a ideia de não estarem subsumidos a um Estado- Nação os levariam a ser percebidos e tratados como desprovidos de ‘identidade’, ‘cultura’ e ‘direitos’. (HAMID, 2012, p. 22)

Tal questão também é refletida no processor enfrentado por Lazhar para conseguir ver aceita sua solicitação de refúgio, uma vez que a descrença institucional no que ele alega pode ser considerada um símbolo da descrença geral com relação a migrantes forçados, mesmo em países pretensamente “acolhedores” como o Canadá e, até, o Brasil.

Depois do tortuoso processo sofrido por Bashir para conseguir, finalmente, obter a aceitação de seu pedido de refúgio, é possível observar que o filme ilustra, de forma efetiva, embora sutil, diversos processos

vividos pelos indivíduos que precisam realizar a migração forçada para outros países e buscar, no novo lugar, seus direitos e a possibilidade de construção de uma nova vida.

O filme apresenta belamente, assim, inúmeras questões que expressam a experiência de Bashir como migrante e que, à luz dos textos produzidos a respeito do tema, podem acrescentar, com sensibilidade e delicadeza, uma visualização do que vivem as pessoas que passam, de fato, pelo que o personagem do senhor Lazhar passa na história.

Considerações finais

O filme “Monsieur Lazhar – O que traz boas novas” consegue, através de um aparentemente simples “retrato de um homem”, como descrito por seu diretor (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2012), suscitar diversas questões de maneira sutil, porém contundente. Logo de início, ao trazer a questão do suicídio da professora Martine, o filme mostra que se propõe a tratar temas densos, o que fica mais claro com a apresentação do personagem principal.

Lazhar, como um forasteiro no contexto canadense e, especificamente, no Canadá francófono, enfrenta uma série de desafios em decorrência de sua origem, que não é explicitamente declarada desde o início. Assim, ao evidenciar o estranhamento sentido por Bashir quando ele

passa a lidar com os alunos, o filme também problematiza o modelo escolar canadense (que muito se assemelha ao brasileiro), onde as regras a respeito da forma de lidar com as crianças chegam a ser talvez extremas demais.

O filme aborda, ainda, pontos como o luto e o preconceito, mas, para este trabalho, cabe ressaltar que ele evidencia uma série de questões que representam as preocupações atuais daqueles que estudam as questões migratórias, em especial a problemática do refúgio. Embora a situação de Bashir se encaixe, inicialmente, nas teorias de SAYAD (2008), que inauguraram os estudos migratórios modernos, ela também suscita uma série de questões que contestam as teorias mais antigas e trazem a narrativa para o estado da arte de tal área.

Bashir, como um migrante forçado, se vê submetido a uma série de processos e burocracias para se ver reconhecido no Estado em que chegou e receber seu direito ao refúgio. Tal fato levanta a questão da dificuldade de determinados países de lidar com a situação do refugiado, um migrante que não representa a mão de obra que era estudada por SAYAD (1998), e que coloca em cheque as categorias de Estados-nação consolidadas na modernidade.

No mesmo sentido, Bashir, como um personagem que mantém sua ligação com a cultura de seu país de origem, demonstra, em vários

momentos do filme, uma sensação de pertencimento gradual aos dois locais pelos quais passou. Embora o trauma que viveu seja muito grande, ele passa a se adaptar, pouco a pouco, à sua vida no Canadá, se aproximando de seus alunos e de seus colegas de trabalho, sem, no entanto, romper vínculos com seu país de origem, devido a traços culturais como a comida e o seu próprio comportamento. Este pertencimento transnacional, muito atual nos estudos migratórios, também é evidenciado no personagem de seu aluno de ascendência árabe

O filme transcende, no entanto, a questão do refúgio e do deslocamento, embora a ilustre de forma majestosa, pois, ao construir a relação de Lazhar com as crianças, mostra que as perdas vividas pelos dois lados podem, de alguma forma, se relacionar, ajudando-os a entendê-las e, eventualmente, a superá-las.

Neste sentido, “Monsieur Lazhar” é, essencialmente, a história de um homem que busca uma nova vida, lidando com seu próprio passado. Esta narrativa, no entanto, pode ser identificada com a de muitos refugiados, como a do próprio ator que viveu o professor, Mohammed Fellag, argelino que, em 1995, precisou buscar exílio na França após diversas ameaças em seu país de origem, que culminaram com a explosão de uma bomba em um teatro onde ele estava se apresentando (THE GLOBE AND MAIL, 2012).

Em um momento tão conturbado da questão migratória no mundo, onde parece faltar, por parte de alguns, compreensão das situações passadas por pessoas em situação de refúgio, é possível que muitos migrantes possam se relacionar com a história do professor Lazhar, e encontrar em cenas do filme, das mais triviais até as mais densas (como aquelas ocorridas durante o julgamento de seu pedido de refúgio), semelhanças com suas próprias vivências. Da mesma forma, é possível que pessoas que não vivem tal situação, ao assistir ao filme, possam ter um entendimento do que sentem e vivem estes indivíduos, assim como as crianças passam a entender, gradualmente, Bashir, de forma que resta claro que esta história, contada de maneira tão delicada, nada tem de banal.

Referências bibliográficas

BELLO, Martha Nubia. **Identidad y desplazamiento forzado**. In: Revista de aportes andinos, no. 8. Enero, 2004.

CAVALCANTI, Leonardo & PARELLA, Sonia. 2013. **El retorno desde uma perspectiva transnacional**, Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.

HAMID, Sônia C. 2012. **(Des) Integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil**. Tese de Doutorado, PPGAS/UnB.

NATIONAL PUBLIC RADIO (NPR). **‘Lazhar’: In a crisis, an outsider finds his place**. Disponível em:

<<https://www.npr.org/2012/04/15/150520371/lazhar-in-a-crisis-an-outsider-finds-his-place>> Acesso em: 18 de maio de 2018.

PACÍFICO, Andrea Pacheco. **O capital social dos refugiados: bagagem cultural versus políticas públicas**. Tese de doutoramento em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC-SP. São Paulo, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. 1998. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp.

THE GLOBE AND MAIL. **Monsieur Lazhar: A movie that could have been written for Fellag**. Disponível em: <<https://www.theglobeandmail.com/arts/awards-and-festivals/monsieur-lazhar-a-movie-that-could-have-been-written-for-fellag/article548064/>> Acesso em: 22 de maio de 2018.



“Lesbos, a ilha da solidariedade”:

A mídia como uma ferramenta para compreender a crise dos refugiados na Europa

*Bárbara Cruchello**

* Graduada em Ciências Sociais (habilitação em Antropologia),
Universidade de Brasília (UnB). bacrchello@gmail.com.

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender como a mídia vem apresentando determinados fluxos migratórios e de que forma os refugiados são representados nestas notícias. Além disso, busco analisar quais são os desafios vivenciados e os conceitos que marcam a categoria refugiado e de que maneira ela se diferencia, ou não, da categoria migrante. Inspirada pelo trabalho de Sônia Hamid (2012), especialmente na sua utilização de notícias para analisar o caso dos refugiados palestinos no Brasil, este artigo se baseia em uma investigação inicial da crise de refugiados na Europa, mais especificamente em Lesbos, a partir de três notícias divulgadas pela mídia, nos anos 2015, 2016 e 2017 e o diálogo destas com o documentário 4.1 Miles.

Palavras-chave: refugiados; mídia; crise; Lesbos.

Abstract: The purpose of this article is to understand how the media has been showing certain migratory flows and how refugees are represented in these news. In addition, I seek analyze what are the challenges experienced and the concepts marking refugee category and how it differs, or not, of the migrant category. Inspired by the work of Sonia Hamid (2012), especially in your use of news to examine the case of Palestinian refugees in Brazil, this article is based on an initial investigation of the refugee crisis in Europe, more specifically in Lesbos from three news disclosed by the media in the years 2015, 2016 and 2017 and dialogue with the documentary 4.1 Miles.

Keywords: refugees; media; crisis; Lesbos.

Introdução¹²

Lesbos é uma ilha grega localizada no Mar Egeu com 1633 km². Sua economia é baseada na agricultura e no turismo, com uma infraestrutura não mais do que modesta. Além disso, ela fica a 4,1 milhas, equivalente a 6,6 quilômetros de mar que separa a ilha grega da Turquia, por onde, desde 2015, já chegaram mais de 600 mil refugiados da Síria.

O que irá circunscrever este artigo são análises da crise de refugiados na Europa, mais especificamente em Lesbos, a partir de três notícias divulgadas pela mídia, nos anos 2015, 2016 e 2017. Com o intuito de adensar a análise, tais notícias estarão em diálogo destas com o documentário 4.1 Miles, indicado ao Oscar de 2017.

¹² O título do artigo foi inspirado pela fala da advogada grega Christina Valentza, especialista em direito dos refugiados, em uma entrevista concedida ao jornal Público.

Dirigido por Daphane Matziaraki, o curta segue a história do capitão da Guarda Costeira grega que trabalha na ilha e como sua vida passa por mudanças a partir do momento em que ele começa a se engajar no resgate de refugiados, especialmente sírios, durante a crise migratória na Europa. Desse modo, o objetivo deste artigo é compreender como a mídia vem apresentando esses fluxos migratórios e de que forma os refugiados são tratados nestas notícias. Além disso, penso ser essencial apresentar quais são os desafios vivenciados por esse grupo, os conceitos que marcam a categoria refugiado e de que maneira ela se diferencia, ou não, da categoria migrante.

Em março de 2016, Lesbos recebia em torno de 2000 a 3000 pessoas – uma média de 15 barcos por dia e, em todo o território da Grécia, o número de refugiados estava perto de 40 mil que desejavam seguir para outros países – sobretudo para Alemanha. O consequente aumento do número de refugiados e de pessoas deslocadas internamente e o fenômeno do desemprego, conduziu os Estados, apoiados pela opinião pública, a restringir a entrada daqueles que são apontados por esses grupos como estrangeiros pobres e pouco qualificados em seus territórios – os categorizados

como “maus migrantes” por Sayad (1998). Medidas como a imposição do visto de entrada; sanções às companhias aéreas que transportam estrangeiros sem documentos; severos controles de fronteiras; detenções e limitações ao direito de reunião familiar levaram a relações bastantes próximas entre os migrantes econômicos e os refugiados.

Entretanto, os refugiados em Lesbos, por motivos históricos, têm um valor simbólico para a comunidade local. A advogada Christina Velentza afirma que “nos anos 1920, houve grandes movimentos de troca de populações, como gregos que foram expulsos da Turquia, e muitos estabeleceram-se em Lesbos. Muitas pessoas ali têm uma memória do que é ser uma população deslocada à força”. Além disso, apesar de outras ilhas também receberem um número significativo de refugiados, foi em Lesbos que ocorreram grandes mobilizações.

Migrantes e Refugiados: primeiras categorias em debate

Os refugiados são considerados como subespécie singular por serem migrantes forçados que se viram obrigados a fugir de seu país e a buscar asilo (CUNHA, 2011). Ao contrário dos migrantes

econômicos definidos como uma “força de trabalho provisória” (SAYAD, 1998) que se deslocam, muitas vezes, em busca de melhores condições de vida, os refugiados deslocam-se para preservar suas vidas, liberdade e segurança. Dessa forma, o refugiado é, antes de tudo, uma vítima da violação de seus direitos. Além disso, os refugiados se encontram imersos em uma situação que os vence uma vez rompido o vínculo de pertencer à sua comunidade de origem, ou seja, não há obrigatoriedade do retorno (“ser provisório”), característica marcante nos fluxos migratórios.

O debate acerca dos refugiados – quem eles são e quais são seus direitos e obrigações, começou a ter destaque a partir da criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) pós Segunda Guerra Mundial. A criação do ACNUR levou a Comunidade Internacional a elaboração de uma convenção que seria responsável por determinar quais seriam os direitos e obrigações dos refugiados por meio de um estatuto migratório próprio. Desse encontro, que aconteceu em julho de 1951, em Genebra, resultou a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados.

A Convenção de Genebra, também conhecida como Carta dos Direitos dos Refugiados regulamenta a situação jurídica dos refugiados em um marco migratório determinado, cedendo-lhes, entre outros direitos, os de residência, de trabalho remunerado, de propriedade, de acesso aos tribunais, à educação, ao documento de identidade e de viagem e, sobretudo, o direito a não ser devolvido, contra a sua vontade a seu país de origem. Além disso, a Convenção define o termo refugiado, bem como indica que este se aplicará a pessoas que:

[...] em decorrência dos acontecimentos ocorridos na Europa antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a temores fundados de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, ou por pertencer a determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, devido a tais temores, não queira recorrer à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e se achando, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde antes tinha sua residência habitual, não possa ou, devido a tais temores, não queira regressar a ele (ACNUR, 1992 apud CUNHA, 2011, p. 10)

Em 1969, ocorre a criação da Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) para tratar dos aspectos específicos do problema dos refugiados na África, uma vez que nos anos 60, o continente africano se encontrava no processo de descolonização e

de guerras de libertação nacional. A Convenção preserva, em sua totalidade o conjunto de artigos da Convenção de 1951, mas estende o benefício da proteção internacional a outra categoria de pessoas que, segundo a Convenção de 1969, merecia, igualmente, o estatuto de refugiados. Assim,

o termo refugiado será aplicado também a toda pessoa que, devido a uma agressão externa, ocupação ou dominação estrangeira, ou acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública, em parte ou na totalidade de seu país de origem, ou do país de sua nacionalidade, está obrigada a abandonar seu domicílio habitual para buscar refúgio em outro lugar fora de seu país de origem ou do país de sua nacionalidade (ACNUR, 1992 apud CUNHA, 2011, p. 11)

Da mesma forma, mas em contextos distintos, em um Colóquio organizado pelo ACNUR, em 1984, que contou com participação de juristas latino-americanos o conceito ‘refugiado’ previsto tanto na Convenção de Genebra quanto na Convenção da OUA foi ampliado, resultando na Declaração de Cartagena. Nela, propuseram que o conceito de refugiado deveria ser estendido também as pessoas que

[...] fugiram de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação em massa dos direitos humanos ou outras

circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (ACNUR, 1992 apud CUNHA, 2011, p. 12)

Por fim, o que deve ser aqui apreendido é que as definições propostas tanto na OUA quanto na Declaração de Cartagena não substituem a definição do artigo de 1951 e tampouco excluem o regime jurídico de tratamento dos refugiados ali estabelecidos. Na verdade, essas definições incorporam e, ao mesmo tempo, ampliam o conceito clássico de refugiado a outros beneficiários, adaptando-o às novas realidades histórico-políticas do mundo contemporâneo. Dessa forma, podemos reconhecer que a categoria ‘refugiado’ tal como a categoria ‘migrante’ passou por diversas adaptações para conseguir lidar com as constantes transformações do mundo.

De Lesbos para o mundo: aprofundando o estudo de caso

Inspirada pela tese de doutorado de Sônia Hamid (2012), na qual ela fez o uso de notícias para analisar o caso dos refugiados palestinos no Brasil, nesta seção irei apresentar tanto as reportagens que tratam de diferentes etapas da chegada dos refugiados sírios em Lesbos entre os anos 2015 e 2017, como um resumo do

documentário 4.1 Miles e algumas percepções da diretora Daphane Matziaraki durante o processo de gravação.

Nascida e criada na Grécia, Daphane decidiu voltar ao país com o objetivo de documentar a crise dos refugiados, colocando um rosto humano nas circunstâncias de vida e morte enfrentadas por muitos. Para concretizar seus planos, ela ficou em um barco no Mediterrâneo durante três semanas observando poucas autoridades da Guarda Costeira resgatando dezenas de refugiados aterrorizados, cujos frágeis barcos se afundavam diariamente enquanto fugiam da guerra na Síria.

Em uma entrevista para Deadline Hollywood, Matziaraki relata que sentia certa frustração sobre o que estava sendo produzido a respeito da crise dos refugiados – para ela tudo era muito exagerado e, por isso, sentia que não havia lido nada que a fizesse se aproximar do problema de fato. Ela chegou a afirmar que estava em uma zona de conforto, praticamente em uma bolha, na qual chegamos a sentir pena, mas estamos, de certa forma, distanciados da situação. A partir dessas inquietações, a diretora decidiu ver a situação com os próprios olhos e passou a se questionar sobre como poderia contar essa história de uma forma diferente. Depois de

alguns meses internalizando todas as suas questões e pensando em quem poderia ajudá-la a contar essa história, ela conseguiu acessar o barco da Guarda Costeira e foi a partir do contato com o capitão da Guarda Costeira (seu nome não é mencionado no filme) que ela iniciou suas gravações pelo Mediterrâneo.

a) 4.1 Miles:

O filme inicia com uma cena onde o capitão da Guarda Costeira diz para Daphane Matziaraki colocar a câmera no chão e segurar um bebê. Há muitos gritos no fundo e depois do primeiro resgate o barco, apesar de pequeno, fica cheio de pessoas no chão – fato que se repete ao longo de todo o documentário. O capitão em uma das suas falas chega a afirmar que, a cada hora, dez pessoas da Guarda Costeira são convidadas a resgatar um fluxo de 200 pessoas da Turquia. Além disso, ao longo do documentário, ele fala que nos resgates realizados em 2015, ano que aconteceram as gravações, uma das coisas que mais chamou sua atenção foi a grande quantidade de mulheres e crianças entre os refugiados. Esse fato foi confirmado pelas estatísticas do ACNUR e segundo os últimos números, 60% das pessoas que chegaram à Grécia em busca de ajuda são mulheres e crianças.

As cenas que mostram os resgates são bastante impactantes, em algumas delas há mais de um barco com refugiados e a tripulação precisa pensar em qual será a melhor estratégia de resgate – geralmente se dá prioridade para as crianças, porém sempre intercalando a subida com os adultos para evitar que elas fiquem sozinhas no barco enquanto o resgate ainda acontece. Por esse motivo, acredito que uma cena logo nos primeiros seis minutos do documentário que merece destaque é quando uma das crianças que está sendo resgatada cai. Os refugiados que estavam dentro do barco junto com a tripulação ficam perguntando “Quem caiu?”, “É filho de quem?” e enquanto outras pessoas vão sendo colocadas dentro do barco, um menino começa a perguntar desesperadamente se o seu pai tinha conseguido entrar no barco. O que fica claro durante as cenas dos resgates é que as tripulações precisam estar preparadas para qualquer situação, porém, o que Daphane Matziaraki percebeu realizando as gravações é que na Grécia, as tripulações da Guarda Costeira não são treinadas para fazer, por exemplo, uma reanimação cardiopulmonar (RCP) ou para lidar com qualquer crise como essa.

Apesar de Lesbos ser uma ilha que acolheu e realizou grandes mobilizações em favor dos refugiados, ela também não

conseguiu sustentar o número de refugiados que estavam chegando. Durante uma das cenas do documentário, alguns cidadãos estavam dentro de um restaurante conversando sobre a situação – como a ilha não é muito grande, muitas pessoas iam para as docas assistir os resgates e ajudar as tripulações. Eles falam sobre a falta de infraestrutura da ilha para receber tantos refugiados e falam também que os hospitais infantis estão lotados de crianças que perderam seus pais e que não há ninguém para cuidar delas. Ao final do diálogo, uma das pessoas fala que cabe a eles ajudar e questionar onde estão aqueles que deveriam ser responsáveis por essas situações e o que eles estão fazendo a respeito.

Em um dos momentos finais do documentário após o último resgate, é possível ouvir um diálogo ao fundo – “o mundo precisa saber o que está acontecendo aqui”. Por outro lado, é possível perceber a partir das notícias lidas é que somos condicionados a sentir pena dos refugiados a partir de como os veículos midiáticos (re)produzem o papel e as concepções socialmente circulantes de grupos minoritários, como os imigrantes, devido aos valores que lhes são atribuídos e os lugares sociais que podem legitimamente desejar e efetivamente ocupar (MENDONÇA, 2008).

b) Reportagens sobre a crise dos refugiados em Lesbos:

Em 2015, segundo dados do ACNUR, cerca de 800 mil migrantes e refugiados atravessaram o Mediterrâneo para chegar ao território europeu, dos quais a grande maioria passou pela Grécia e pelas ilhas gregas do mar Egeu. De acordo com o ACNUR, Lesbos dispõe unicamente de 2800 lugares de acolhimento, um número bastante pequeno para responder às necessidades dos cerca de **16 mil migrantes e refugiados que estavam na ilha e, até novembro de 2015, os fluxos permaneceram intensos, com uma média diária de 3300 chegadas**. Além disso, até então, segundo representantes do ACNUR, eles eram a única agência das Nações Unidas presente em Lesbos, com aproximadamente 30 trabalhadores humanitários. Dentre as declarações citadas na matéria, destaco duas: a primeira feita pelo então porta-voz do ACNUR, Adrian Edwards (2015), durante um encontro com a comunicação social de Genebra, que destaca a falta de estrutura para manter tantos migrantes; e a segunda feita pela agência das Nações Unidas (2015) que apresenta consequências do superlotamento:

Com o inverno a aproximar-se, as condições de acolhimento e as capacidades de permanecer [em Lesbos] são muito limitadas e insuficientes (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2015)

Muitas pessoas, incluindo mulheres, crianças e recém-nascidos, não têm outra escolha a não ser dormir ao relento, acendendo fogueiras para se aquecerem (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2015)

Após o acordo da União Europeia (UE) com a Turquia, em março de 2016, apesar do número ter se estabilizado, cerca de seis mil migrantes e refugiados ainda estavam em Lesbos. Sem a possibilidade de se registarem e sem autorização para chegarem ao continente como antes do acordo, o clima era definido como tenso. Em uma das partes desse acordo, ficou acertado que os migrantes e os refugiados que chegassem depois do dia 20 de março poderiam ficar detidos em um dos centros localizados nas cinco principais ilhas gregas do Mar Egeu, incluindo Lesbos. Se por acaso eles fossem pegos se movimentando pela ilha sem documentos, eles poderiam ser presos dentro do próprio campo de Moria, onde foi instalado um centro de detenção. Por fim, as condições insalubres e os atrasos na avaliação das solicitações de refúgio (a espera pelo processo em alguns casos passou dos seis meses) são alvo de

constantes protestos. O então presidente de câmara, Spyros Galinos em uma entrevista para a Euronews (2016) declarou que:

Há muito tempo que me dei conta dos riscos que envolve este acordo UE-Turquia. A essência é o encarceramento das pessoas e isto não pode continuar. Já começa a haver uma grande tensão não só entre os refugiados, mas também entre a população local. Já há vozes a protestarem e a tentarem agitar as águas. É preciso descongestionar a zona o mais depressa possível, diria mesmo, imediatamente (EURONEWS, 2016)

Apesar da situação ser colocada como preocupante desde 2015, no dia 20 de novembro de 2017, Lesbos realizou uma paralisação exigindo a transferência de milhares de refugiados para a Grécia continental que há meses se concentram em seu território. A manifestação aconteceu em Mitilene, principal cidade da ilha. Os serviços públicos e muitos estabelecimentos comerciais fecharam as portas – entre os cartazes levantados durante a manifestação havia um com os dizeres: "Lesbos não é um local de deportação, é uma ilha". Atualmente, no campo de Moria, a concentração de refugiados está próxima dos sete mil.

A ação foi estimulada pelo presidente do município local, Spyros Galinos e recebeu o apoio das principais organizações

profissionais e sindicatos da ilha. O município não solicita o reenvio de todos os migrantes presentes, mas que o seu número não ultrapasse os 4.000 lugares disponíveis, entre Moria e as demais instalações. Os exilados, em princípio, seriam reenviados em direção à Turquia no âmbito do pacto União Europeia-Turquia concluído em março de 2016 para interromper a rota migratória do Egeu. Todavia, no momento, apenas as pessoas categorizadas como vulneráveis (mulheres grávidas, doentes), podem ser transferidas para o continente após terem concluído o procedimento de asilo. Por fim, Spyros Galinos, presidente do município, receia que Lesbos se transforme de "ilha da solidariedade" para "ilha prisão".

Mídia e migração: relações delicadas colocadas em debate

Quando decidimos trabalhar com a mídia para entender de que forma ela está lidando com assuntos que envolvem uma minoria, neste caso, os refugiados, é importante ter em mente que os meios de comunicação são considerados, na maioria das sociedades ocidentais, grandes formadores de opiniões e ocupam um lugar central nas disputas pela hegemonia e pela fixação de significados sociais (MENDONÇA, 2008).

Cabe reconhecer, da mesma forma, que as disputas político-ideológicas acontecem também na esfera da produção cultural e que os sentidos circulados socialmente são construções histórica, política e economicamente estáveis, mas de forma alguma são permanentes. Por esse motivo, os significados atribuídos aos diferentes grupos sociais indicam, de certo modo, os lugares que estes ocupam no conjunto das representações e dos valores que lhes são atribuídos bem como norteiam as diferentes maneiras de percebê-los e representá-los, possibilitando a aparição de diferentes perspectivas a respeito desses grupos.

Devemos nos atentar também ao fato de que o Estado molda os fluxos migratórios (HAMID, 2012) e o ataque midiático à minorias é um dos reflexos da homogeneização da mídia. De modo geral, o estrangeiro é apresentado e reconhecido como um ser apolítico, uma vez que reconhecer a humanidade é diferente de reconhecer o ser político, isto é, o cidadão¹³. Aliás, é válido ressaltar

¹³ Hamid (2012) toma a cidadania como um processo social contínuo de produção e autoprodução de sujeitos cidadãos (sujeitos integrados) que não se resume ao status legal do refugiado ou a seus direitos e deveres frente ao Estado que o acolhe, mas também engloba o conjunto de práticas cotidianas, mediadas por valores referentes à família, ao trabalho e ao gênero (Hamid, 2012, p. 16). Para Sayad (1998), a ideia de cidadão está associada ao “nascido em”. Desse modo, o

que há justificativa política por trás desses discursos que recusam os refugiados por suas características e que o status do refugiado influencia sua aquisição de direitos.

A partir do documentário 4.1 Miles e, principalmente, das notícias apresentadas na seção acima é possível perceber que o processo de imigração, nesse caso dos refugiados, registra, especialmente as dificuldades das travessias, que ilustram as condições e os riscos desse processo. A partir das dimensões teóricas e do material aqui discutidos, percebe-se que, no geral, são noticiados pela mídia de forma mais ativa determinados tipos de notícias. Destaco aqui quatro desses registros: **a)** as tragédias e as vidas perdidas, com menção atenciosa para as mulheres, as crianças e os jornalistas; **b)** os relatos de desordem e de instabilidade após a chegada de um número significativo de refugiados; **c)** o registro de conflitos cujos suspeitos são apresentados como refugiados e **d)** há uma tendência a se referir a essas questões de modo genérico, como “guerra civil” ou “conflito étnico”. Nos registros audiovisuais, como

migrante ao aceitar seu estatuto de não nacional, também aceita sua condição de não cidadão em todo lugar, tornando-se um sujeito sem posse de qualquer tipo de cidadania e de direito de cidadania, privado da possibilidade de falar por si e do direito de se defender em nome próprio.

documentários e programas de televisão, Facundo (2017) percebe também um padrão, segundo ela:

[...] trata-se de uma voz em off que fala de alguma guerra, da qual nunca se explicam suas causas ou seu contexto, enquanto são exibidas imagens de destruição, pobreza, êxodos massivos e, novamente mulheres e crianças em um ambiente de desolação. Logo em seguida, aparece o rosto, às vezes dissimulado pelos efeitos visuais, de uma pessoa que dá seu depoimento na sua condição de refugiada (FACUNDO, 2017, p. 59)

Não pretendo a partir dessas análises afirmar que a associação de risco aos refugiados é uma construção da mídia. Entretanto, verifica-se que é possível associar o fato de que a veiculação de determinados fatos, sem alguns esclarecimentos conceituais, pode induzir a pensamentos equivocados. Além disso, penso que a construção e reprodução de imagens dos refugiados pelos meios de comunicação tende a ser homogênea, descaracterizando e tirando a agência dos que estão em situação de refúgio. Para Facundo (2017):

As imagens construídas, especialmente para pensar os refugiados como seres humanos sofrendores, despossuídos de bens e relações e desprovidos de uma ordem política, se entrelaçam com outros ideais sociais atravessados por relações de gênero, idade, classe, raça, geração, militâncias e pertencimentos políticos, de ideias associadas às diferentes

regiões de origem, de ofícios e empregos, entre outras (FACUNDO, 2017, p. 62)

Frequentemente, a questão migratória quando é abordada pelas notícias se baseia na importância que a mídia confere aos fatos e, são transmitidas a partir da perspectiva local. Além disso, as notícias nos divulgam situações que justifiquem a atenção jornalística dada àquele acontecimento. Por outro lado, a indústria de filmes acerca do debate de migrações e refugiados está cheia de produtos riquíssimos em qualidade e informação, porém muitos deles não chegam ao grande circuito, provavelmente porque os diretores escolhem não só apresentar os fatos por trás desse fluxo migratório, mas também denunciar toda a violência e as complicações que constituem essas travessias. No Oscar de 2017, além do documentário 4.1 Miles, o filme italiano *Fuocoammare* (Fogo no Mar) concorreu na categoria de melhor filme estrangeiro. Dirigido por Gianfranco Rosi, o filme se passa na ilha italiana de Lampedusa. O local, assim como Lesbos e as demais ilhas do Mar Egeu, virou manchete mundial nos últimos anos por ser a porta de entrada de centenas de refugiados de seus países de origem, principalmente da África e do Oriente Médio.

Considerações finais

Conforme pontuado, o refugiado é, antes de tudo, uma vítima da violação de seus direitos e o refúgio está historicamente associado a um fundado temor de perseguição (TEIXEIRA E ZACKSESKI, 2017), pois o refugiado era caracterizado a partir do pertencimento a grupos reconhecidamente perseguidos. Além disso, “o refúgio é um registro possível do sofrimento” (FACUNDO, 2017, p. 365) uma vez que as sociedades conduzem o sofrimento como uma forma de legitimação de si mesmas, “separando por meio dele o mundo sagrado do profano e tornando-o o preço do pertencimento à sociedade (DAS, 1997b apud FACUNDO, 2017, p. 365). Ao falar de refúgio, não nos esquecendo de suas causas e dos poderes que o mantém, “nos encontramos em um duplo movimento que, como proposto por Fassin, faz com que nos mobilizemos entre os efeitos de dominação dos quais o sofrimento é a expressão e os jogos de construção nos quais o sofrimento é objeto” (FASSIN, 2010a apud FACUNDO, 2017, p.365).

O desenvolvimento técnico-científico, de modo geral, ampliou as ferramentas à disposição dos meios de comunicação, bem como seu alcance (TEIXEIRA E ZACKSESKI, 2017). Sendo

assim, todos que têm acesso às informações propagadas podem acompanhar os fluxos migratórios a partir dos atores da comunicação global que recorrem aos mais diversos meios e discursos. Em contrapartida, diante do elevado fluxo de informação e da velocidade de sua produção, podemos nos questionar quais são os possíveis impactos desse processo da comunicação na concepção do refúgio, ou seja, em que medida o refúgio passa de instrumento subsidiário de proteção internacional para ser visto como um problema em si.

O que se percebe é que a falta de uma posição comum europeia tem um grande impacto na vida das pessoas que decidem procurar por refúgio. Porém, é notável a presença de um discurso constante: os líderes europeus, na maioria de suas falas, descrevem a situação no Mediterrâneo como uma crise de imigrantes, não de refugiados. A partir desses posicionamentos, podemos notar que “o foco não está nos problemas que originaram o êxodo das populações, mas assume-se que as populações em êxodo são o problema que tem de ser resolvido” (FACUNDO, 2017, p. 25). Além disso, a insistência em culpabilizar e acusar os refugiados tanto por parte dos Estados como da população que os recebem faz com que os mesmos

se sintam culpados e se auto acusem, característica indissociavelmente constitutiva da condição de migrante (SAYAD, 1998).

A partir do documentário e das notícias aqui apresentadas, penso que a linguagem audiovisual tem tido sucesso em transmitir mensagens que vão além de noticiar e/ou reforçar um estereótipo. Os diretores têm buscado nos trazer denúncias menos sensacionalistas e gerais, nos mostrando as dores e dificuldades do que é ser um migrante e o que é permanecer nesse estado de não pertencimento. Por outro lado, penso que as notícias são opiniões públicas e publicadas que acabam por reforçar os estereótipos associados aos migrantes, uma vez que a questão migratória quando é abordada pelas notícias se baseia na importância que a mídia confere aos fatos, ou seja, o nosso acesso fica limitado ao que nos querem transmitir e ao como querem nos transmitir.

Referências Bibliográficas

CUNHA, Guilherme da. *Migrantes e refugiados: marco jurídico e estratégia no limiar do século XXI*. Seminário Direitos Humanos no Século XXI. Rio de Janeiro, 1998.

EURONEWS. *Grécia: cresce a tensão entre residentes e refugiados na ilha de Lesbos*. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2016/10/07/grecia-cresce-a-tensao-entre-residentes-e-refugiados-na-ilha-de-lesbos>>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

FACUNDO NAIVA, Ângela. *Êxodos, refúgios e exílios colombianos no Sul e Sudeste do Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017, v. 1. 388p.

HAMID, Sônia C. *(Des)Integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil*. Tese de Doutorado, PPGAS/UnB, 2012.

JORNAL DE NOTÍCIAS (JN). *Ilha grega de Lesbos está sobrelotada*. Disponível em: <<https://www.jn.pt/mundo/interior/ilha-grega-de-lesbos-esta-sobrelotada-4883630.html>>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

JORNAL DE NOTÍCIAS (JN). *Protesto em Lesbos exige transferência de parte dos refugiados para a Grécia continental*. Disponível em: <<https://www.tsf.pt/lusa/interior/protesto-em-lesbos-exige-transferencia-de-parte-dos-refugiados-para-a-grecia-continental-8931222.html>>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins de. *Mídia e minorias: migrações e imigrantes nos diários gratuitos de Barcelona*. In: Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación, 2008, v. 6, n. 12, pp. 141-156.

PÚBLICO. *E se a Europa fosse mais como “Lesbos, a ilha da solidariedade”?* Disponível em: <<https://www.publico.pt/2016/03/14/mundo/noticia/e-se-a-europa-fosse-mais-como-lesbos-a-ilha-da-solidariedade-1725885>>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

TEIXEIRA, Gabriel Haddad e ZACKSESKI, Cristina Maria. *O refúgio que você pode ver: uma análise do discurso da mídia brasileira sobre o refúgio*. In: Revista Interin, 2017, v. 22, n. 1, pp. 168-183.



A mulher indígena em contexto urbano:

O associativismo na construção de um espaço social migrante

*Beatriz Lima Ribeiro**

* Bacharel em Antropologia e Mestranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB).

Resumo: Este artigo tentará analisar parte da realidade de mulheres indígenas que residem na capital do estado do Amazonas. Levando em conta o fenômeno migratório comum de mulheres que compõe a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), visa-se compreender tal mobilidade através das especificidades as quais as populações indígenas em contexto citadino encontram. Nesse sentido, questões de identidade e etnicidade aparecem neste contexto, bem como as condições de trabalho características pelas quais essas mulheres encaram ao estarem dentro de um processo migratório. Dentro das condições materiais e históricas da região, este trabalho visa, assim, articular alguns relatos de tais mulheres indígenas migrantes, juntamente com a literatura relacionadas à migrações internas, internacionais, bem como acerca da identidade indígena e migrante no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Migrações internas, mulheres indígenas, indígenas urbanos

Introdução

O presente artigo buscará tratar de questões relacionadas à imigração de mulheres indígenas de comunidades ao longo do Alto Rio Negro para a capital do estado do Amazonas, Manaus. O fenômeno migratório dessas mulheres encontra especificidades ligadas ao recorte de gênero e, portanto, o modo como vivenciam a cidade, bem como a demanda do mercado que irão suprir com os empregos adquiridos por elas. Sua identidade indígena também atribui caráter diferenciado a este fenômeno, o qual expressa desigualdades existentes dentro da sociedade brasileira ao encararmos a condição indígena e a imagem construída em torno deste no imaginário nacional. Assim, afim de discutir as diferentes dimensões deste campo e ampliar as reflexões, utilizarei uma bibliografia que discute a migração em escala internacional, mas que encontra similaridade aos dados de campo a serem aqui descritos, em elementos relacionados à identidade e ao deslocamento. Além disso, utilizarei autores

que discutem migrações internas entre o rural-urbano, ainda tangenciando o fenômeno migratório indígena. Por fim, uma literatura que aborda o gênero como categoria analítica de importância também complementará minha discussão afim de compreender parte de meus dados de campo.

O grupo de mulheres, em específico, recortado neste trabalho é entre as associadas da Associação de Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN), uma das mais antigas associações indígenas formadas em Manaus, contando atualmente com 68 associadas. A especificidade da AMARN encontra-se no fato de que todas aquelas associadas são migrantes do interior do estado e vão a Manaus com objetivos e experiências de vida semelhantes.

Assim, ao depararem-se com uma dinâmica distinta e específica dentro de um contexto citadino, a questão de identidade migrante, discutida amplamente na literatura, aparece neste caso etnográfico conectada com o reconhecimento da identidade indígena, em um espaço que não é tido como “de índio”. É em face à vida na cidade, e suas condições específicas que esse trabalho se assenta junto à experiência de mulheres indígenas vindas do interior. Essa experiência indígena citadina varia em intensidade, nas especificidades de cada caso e, portanto, nas relações com este ambiente. A urbanidade, assim, respalda um modo de viver e, portanto, pressupõe agenciamentos e demandas específicas no que diz respeito às

relações sociais e à materialidade da vida social, ao mesmo tempo que em face à sua condição de migrante.

A AMARN enquanto um espaço de migrantes

A Região Norte do Brasil é lar da maior população indígena do país com o total de 342,8 mil indígenas. O estado do Amazonas, especificamente, compreende um total de 183,5 mil indígenas, onde 29% destes residem fora de terras indígenas. Manaus, por sua vez, de acordo com o censo do IBGE de 2010, ocupa o 9 lugar no ranking das cidades com maior população indígena, com 3.837 mil indígenas autodeclarados. Essa presença indígena na cidade pode ser percebida através da quantidade de organizações indígenas neste espaço urbano, que de acordo com Marlise Rosa (2016), a partir de dados apurados pela Coordenação Regional da Funai, totalizam 37 associações/comunidades indígenas espalhadas pela cidade.

O aumento populacional da cidade, ao longo das últimas décadas, tem como uma de suas consequências o maior número de indígenas oriundos do interior que migram para a cidade. Este aumento populacional, em linhas gerais no país, segundo Albuquerque e Nakashima (2011) é devido ao movimento migratório em razão de difíceis condições no local

de origem, ao crescimento vegetativo em áreas urbanas, a transformações de espaços antes considerados rurais em urbanos e ao aumento da taxa de autodeclaração de indígenas.

Assim, ao estudar a Associação de Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN) não se pode deixar de fora a importância da imigração das mulheres que a constituem. A criação da AMARN, desde seu início, perpassa a história de mulheres que vieram a se instalar em Manaus, após um fluxo migratório advindo das cidades e comunidades do interior do Amazonas e localizadas ao longo do Alto Rio Negro. Após seus 30 anos de existência, as 68 mulheres associadas da AMARN até hoje instalaram-se na capital do estado após migração, lidando com um locus de vida específico e diferente daquele experienciado no interior.

O seu associativismo nasce a partir das experiências comuns e compartilhadas por mulheres que vêm à capital em busca de trabalho e também melhores possibilidades de completar seus estudos. É na AMARN que através do artesanato, essas mulheres migrantes se reúnem na produção manual de joias, cestos e peneiras a partir de matérias primas conseguidas através de sua rede de contatos com os “parentes” no interior. Como um ponto de apoio, a associação constitui-se não somente como um ambiente físico, onde as festas em datas comemorativas acontecem e onde a coordenação da AMARN frequenta no seu dia a dia. Mas também

constitui-se enquanto um espaço de rede, tanto de contatos quanto simbólica: de contatos, pois as possibilitam conhecer outras mulheres indígenas que experenciam uma vida e história semelhante a sua; simbólica, pois na sua história de vida comum, o viver indígena na cidade relaciona-se com questões de identidade.

Como uma das primeiras associações indígenas da Região Norte, e a primeira associação de mulheres indígenas do país, a AMARN tem um protagonismo político de referência, sendo sempre convidada a participar dos inúmeros encontros regionais e nacionais ligados ao movimento indígena. Assim, está sempre em contato com outros “parentes”, principalmente aqueles da região Norte que se organizam em associação, formando uma rede de contatos e relações entre essas pessoas. Além disso, sempre que se promove alguma festa – aniversário de associação ou comemorações de feriados – seja na AMARN ou em outra associação, a comunidade é convidada, o que torna estes momentos um espaço de encontro e compartilhamento de experiências.

No estatuto da associação coloca-se que só podem ser sócias as indígenas que moram na cidade, uma determinação institucional que não exclui as redes de contatos com as “parentas” no interior (SACCHI, 2003), mas define-se como parte do ethos da associação: mulheres indígenas que passaram pela experiência migratória. O início desse fluxo migratório

ocorre durante a década de 1970 e 1980, com muitas dessas mulheres compartilhando a experiência comum de vida em internatos/conventos salesianos nas cidades próximas a suas comunidades como São Gabriel da Cachoeira e Iauaretê, fato este que aparece em outros trabalhos como os de Cavalcante (1997) e Melo (1997).

Dessa forma, o entendimento enquanto indígena, a partir da troca de experiências com outras mulheres, torna-se uma questão sensível para elas, ao encarar o estilo de vida do mundo dos “brancos”, a cidade, a partir de uma disparidade significativa quando comparada à vida no interior ao lado dos “parentes”. Assim, pensar a dinâmica migratória também dimensiona questões de caráter emocional, como a saudade da terra e da família que fica, além de toda a insegurança que aparecem nos relatos de vida relacionados a este fluxo. Ao mesmo tempo, a temática da provisoriedade e o desejo de retorno à terra emigrada, muito trabalhada na discussão teórica de Sayad (1998), também aparece nos relatos de vida juntamente com as dificuldades ligadas à ideia desse retorno.

Partindo do olhar metodológico de Sayad (1998) na análise de fenômenos migratórios, é pela construção da memória, o seguir dos passos e relatos de indivíduos que podemos ter uma produção que torne sujeito aqueles que muitas vezes são invisibilizados na construção de uma identidade não só migrante, mas indígena. Afim de melhor discutir tais

pontos, trarei neste artigo os relatos de imigração de duas mulheres, de diferentes gerações: Dona Lili¹⁴, primeira coordenadora da associação e Rosa, vice coordenadora da AMARN à época de meu campo.

Dona Lili

Assim, no desenvolvimento de minha argumentação dentro dessa específica experiência migrante, trago esse relato inicial de uma das mais antigas associadas da AMARN e primeira coordenadora, D. Lili. A cuidadosa artesã fez parte desse primeiro processo migratório entre os indígenas do Alto Rio Negro para a capital do estado do Amazonas, e em específico, parte do fluxo de mulheres, muitas indo à cidade para ocupar trabalho enquanto empregadas domésticas.

“Fomos traficadas pelas freiras e pelos militares” foi uma frase dita a mim em campo, não só por D. Lili, mas também por outras mulheres da associação, e a senhora de 67 anos a reforça ao contar-me um pouco de sua história. Natural de São Gabriel da Cachoeira, município do interior do Amazonas localizado na margem do Alto Rio Negro, D. Lili viveu uma

¹⁴ Foram utilizados nomes fictícios afim de minimamente garantir o anonimato das interlocutoras.

parcela de sua vida em internato salesiano¹⁵, junto a outras meninas índias e as freiras católicas. No internato, que também funcionava como escola, aprendeu parte do artesanato com o qual hoje pratica seu ofício, e outros manuseios como a tecelagem em palha de tucum, aprendeu com sua mãe. Segundo D. Lili, as freiras adquiriram esse conhecimento com as indígenas mais velhas, e o passavam em parte para as crianças do internato, afim de que pudessem “ter algo com o que trabalhar”. Dentro do próprio internato já haviam trocas dessas produções feitas pelas meninas índias com as freiras, por objetos como cadernos, roupas e sabão.

A permanência de D. Lili neste internato se deu por dez anos e sua saída foi mediada diretamente para o trabalho em “casa de família”, pela freira denominada irmã Maria. O trabalho como doméstica é fator central para o movimento migratório para Manaus, sendo, portanto, por meio de irmã Maria, que uma jovem Lili estabelece esse primeiro contato. Sua ida inaugural à Manaus não é definitiva, ficando apenas um ano na cidade, e volta para São Gabriel afim de cuidar do pai doente. É depois deste episódio que vai trabalhar na casa de um coronel novamente em Manaus, com

perspectiva inicial de lá permanecer por somente por um ano, no entanto acaba estendendo seu trabalho por 15 anos, até a primeira metade dos anos 80, e sua estada em Manaus pelo restante de sua vida.

O trabalho, entretanto, na “casa de família” não era o que esperava e nem o que lhe foi dito inicialmente; irmã Maria disse-lhe que somente precisaria cuidar das crianças e como “sempre gostei muito de criança”, aceitou a empreitada. Diz D. Lili que não sabia cozinhar, “nem nada”, a freira lhe garantindo que seu único trabalho seria com as crianças e, no entanto, este se estendeu para o cuidar da casa, da cozinha, do lavar de grandes quantidades de roupa e louça, que segundo ela, não estava acostumada. O pagamento por seu trabalho, muitas vezes não se deu em forma de salário, mas em troca de alimentos, roupas; situação esta apontada fortemente na literatura sobre este tipo de migração, acerca da forma como os patrões não pagam o que foi acordado, criando precárias condições de trabalho. Há um tom casual na sua fala, quando me conta sobre essa trajetória, como se contingências da vida tivessem se arranjado de tal forma que a levou para tais situações, as coisas foram acontecendo, como em acasos. Nessa trajetória, D. Lili conta como foi o difícil lidar

¹⁵ No início do século XX, missionários salesianos, com apoio do Estado brasileiro interessado em obter controle econômico e político na região, instalam internatos para os índios e empreendem um amplo projeto missionário, bem como tomam frente na educação indígena na região (Weigel, 2004).

inicial da saudade da família, as inseguranças diante de uma nova vida, segundo ela, numa completa nova dinâmica na capital quase sem saber falar o português.

Nessa dimensão emocional da saudade, é lembrado um diferente modo de vida, entretanto quando questiono sobre a vontade do retorno ao interior, D. Lili responde-me que não a possui, pois já teria se acostumado à vida na cidade, depois de muitos anos vivendo em Manaus. Ao mesmo tempo, a volta ao interior para visitas é frequente devido à dinâmica dentro da associação, com muitas viagens a São Gabriel, Iaraúeté, Rio Cuieiras, Maués, dentre outras, em razão da ligação da AMARN com o movimento indígena, voltada principalmente a pautas na educação.¹⁶

É por volta de 1983 que D. Lili escuta sobre a criação da AMARN entre outras mulheres indígenas de seu convívio, bem como conhece Janet, antropóloga americana que trabalhou anos em São Gabriel da Cachoeira e, possuía contato com as mulheres indígenas em Manaus. É com o apoio dela que as mulheres se

reúnem e pensam na formação da primeira coordenação, com a antropóloga auxiliando no processo institucional e de adquirir documentos. Com a criação da AMARN em outubro de 1984, D. Lili se torna a primeira coordenadora de uma das primeiras associações indígenas do Norte, que se torna presente no apoio, anos depois, da criação de outros grupos, coordenações e associações, como a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). A importância da AMARN, então, coloca-se na vida de cada uma das associadas que viriam à cidade ao longo desses 30 anos de existência, tanto num auxílio econômico (no artesanato como complemento de renda), quanto no próprio desafio de viver na cidade sendo mulher indígena migrante. Além disso, sua importância perpassa também um caráter maior dentro do movimento indígena, enquanto uma instituição pioneira e que deu força à criação de outras.

Rosa

A trajetória migrante de Rosa vem através de um fluxo mais recente e, portanto sua chegada à Manaus se dá com uma maior rede e a presença mais significativa de uma comunidade migrante na cidade.

¹⁶ D. Lili mesmo após muitos anos, trabalha muito pela AMARN e está com frequência presente na sede da associação, bem como nas viagens feitas para representar a AMARN, em congressos, encontros e fóruns (indígenas e não indígenas). Ainda, produz artesanatos em ligação com a associação, como complemento de sua renda.

Natural de São Gabriel da Cachoeira, Rosa vai para o internato aos onze anos, no município de Itacoatiara, e junto às freiras aprendeu a fiar, permanecendo neste internato até os dezoito anos. Após sua saída, fica na casa de um de seus tios por um ano e começa a receber cartas de outro tio chamando-a para ir à Manaus, ajudar no cuidado de seus primos. Antes de decidir ir à capital, ainda vai à São Gabriel e lá permanece por um período, ainda recebendo convite de seus tios para ir à Manaus, para qual decide ir em 1999, permanecendo na cidade desde então. Seu fluxo migratório dá-se, portanto, em etapas, com lugares de parada e períodos específicos, antes de uma migração definitiva para a capital do estado; ainda sempre em contato com a família, seja em Itacoatiara, São Gabriel ou Manaus, demonstrando a existência de uma rede já formada de circulação de pessoas pelos municípios do Amazonas.

Em sua vinda para a capital, trabalha por muitos anos como doméstica, em “casa de família”, emprego este muito comum entre as mulheres associadas. Em 2005, conhece a AMARN por meio de sua prima, que à época constituía parte da coordenação da associação e chama Rosa para participar pois ela possuiria um trabalho diferenciado no artesanato, produzindo diferentes tipos de bolsas. Entretanto, é em 2006, que Rosa entra na AMARN, o que a ajudou a complementar a renda e, segundo ela, também a afirmar sua identidade enquanto indígena.

Ao comparar a vida no interior com a vida na cidade, Rosa relata que no interior não tinha medo de dizer que era índia, mas que “na cidade é diferente”¹⁷. Nunca falava que era indígena, seja no grupo da igreja católica de seu bairro, que sempre participou, ou na escola dos filhos. Começou a falar para outros que era indígena quando entra na associação e, ainda mais, com o trabalho dentro da coordenação, a partir da qual possui maior contato com a militância, e o discurso de identidade.

Nas diferenças entre o viver no interior e na cidade, a saudade da vida na aldeia vem quando há falta de alimentos em casa, pois lá não se comprava nada, tirava-se tudo da terra, plantava-se a sua roça. Entretanto, as dificuldades da volta para Rosa, relacionam-se com os preços das passagens, que estariam cada vez mais caras, e da dificuldade de também levar os filhos que ainda não são casados e dependem financeiramente dela. Além disso, a vida no interior também apresenta suas limitações e dificuldades, como para conseguir roupas, calçados, bem como emprego, afim de sustentar seus filhos. Essa seria, segundo ela, a razão principal pela

¹⁷ Há um episódio na jornada de Rosa, em que ao ir ao posto de saúde vacinar os filhos, se declara indígena, tendo o direito constitucional de ser atendida primeiramente no posto. Entretanto, é questionada sobre sua identidade étnica por ser moradora da cidade. Esse episódio demonstra um olhar para o indígena numa cidade marcada pelo contato interétnico, onde as reações pela presença indígena e o reconhecimento de ascendência indígena se mostram embebidas pelo preconceito no cotidiano.

qual decide pelo movimento migratório, a dificuldade de sustentar duas filhas pequenas no interior a fez optar pelo movimento para Manaus.

Rosa, ao se desgastar com atitudes de fofoca entre as associadas da associação, entende tal prática como algo atrasado e que não corresponderia à vida na cidade. Estas outras associadas agiriam “como se morassem no interior”, onde as famílias moram próximas umas das outras.

As características da migração e a questão laboral

O modo como a migração se dá entre estas mulheres indígenas se assemelha ao que recorrentemente é discutido em textos acerca do fenômeno migratório camponês para as grandes cidades. De acordo com esta literatura, a migração campo-cidade dentre suas formas mais comuns, focaliza-se no deslocamento masculino e sua motivação central seria o escasseamento de terra no tempo devido ao avanço latifundiário e em razão de dinâmicas específicas no que diz respeito à herança pelo parentesco¹⁸.

¹⁸ A pouca terra que, muitas vezes, a família mais empobrecida do campo possui, passa para só um dos filhos, geralmente o filho homem mais velho. Parte do processo migratório, portanto, é para evitar um conflito. Enquanto consequência da migração para as grandes cidades, há a proletarização da mão de obra daquele camponês emigrado, em trabalhos precarizados, de pouca especialização dentro do ambiente urbano, encontrando uma situação de vulnerabilidade nesse espaço. (Ritter, 2013); (Singer, 1976) ;(Woortman, 2009).

Apesar de virem de um espaço camponês, a comunidade no interior do Amazonas, creio que não podemos caracterizar essas mulheres enquanto camponesas, e seu processo migratório a partir dos elementos pensados por esta literatura. Se pensarmos o recorte deste trabalhador camponês de acordo com a definição de Otávio Velho (2009), enquanto “o pequeno agricultor empresário de sua própria produção”, ela pouco nos ajuda para a compreensão da realidade dessas mulheres indígenas que habitam Manaus. As especificidades que perpassam sua experiência vêm de sua identidade, em suas camadas, de mulher, migrante, trabalhadora e indígena e o lidar com elas dentro da cidade. Como mulheres, sua realidade e vivências encontradas nesse espaço são ampliadas em outras mais que diferem da experiência masculina. Entretanto, ao trazer a literatura acerca de migrações internas, a relação do campesinato com as consequências da expansão de um sistema capitalista de produção são um foco de importância visto que também relacionam-se com as condições de desigualdade e subalternização aos quais os povos indígenas também são submetidos.

Assim, trago Singer (1976) que busca apontar em suas formulações uma análise estrutural dos processos migratórios nos marcos da sociedade capitalista. O autor questiona as formulações teóricas que pensam a lógica migratória de forma economicista, diretamente relacionadas à industrialização, a qual toma força no país na segunda metade do século

XX¹⁹. Nesta lógica, após detonado o processo de industrialização, há um fluxo populacional para as cidades acarretando forte crescimento demográfico, o que, por sua vez, traz um aumento do consumo de bens e serviços, atraindo novas atividades produtivas. Para Singer (1976), quando centramos a análise dentro de uma visão economicista, as condições estruturais e históricas são apagadas. A industrialização, visando a acumulação fazem parte de arranjos institucionais específicos conforme o contexto histórico, o que acarreta em disparidades regionais, de modo que algumas áreas ficam esvaziadas e outras muito adensadas. Desse modo, as populações das regiões empobrecidas, as quais não oferecem oportunidades econômicas, “vivem um quadro de rebaixamento do nível de vida, surgindo uma situação favorável à expulsão de grandes contingentes demográficos” (BARCELLOS, 1995, p.301).

Entretanto, Singer e, numa perspectiva comum, Eunice Durham tendem a perceber o processo migratório enquanto resultante do deslocamento de regiões que se tornam estagnadas economicamente, para regiões mais desenvolvidas e modernas. O discurso de desenvolvimento e modernização leva à concepções dualistas e que esconde a geração de desigualdades de desenvolvimento no espaço sócio-econômico. Assim, no

caso da migração indígena para as cidades, o perigo de tal dualismo se acentua em razão do estigma específico no qual os indígenas estão inseridos no contexto brasileiro, onde a ideia do “ser índio” é idealizada e exotizada. As condições estruturais e históricas constituintes na vida dessas mulheres influenciam diretamente no modo como sua migração se dá e nas ferramentas que se utilizam ao migrar para o espaço urbano. Este dualismo característico de uma teoria da modernização, também dicotomiza ações e práticas específicas que seriam características da população do interior e no seu oposto da população citadina. Tal dicotomia aparece também em parte do discurso de minhas interlocutoras ao compreender certas ações de associadas da AMARN como atrasadas, típicas do interior e que não corresponderiam à vida na cidade, como a fofoca que seria constante dentro da associação.

Dessa forma, ao mesmo tempo que para compreender a condição de migrantes das mulheres indígenas em Manaus, é necessário um entendimento estrutural e histórico da região, a dimensão subjetiva e de sentimentos é de importância na medida que coloca o migrante como sujeito desse processo. A migração pode ser aqui entendida, portanto, como uma ação social de caráter individual ou coletiva ocorrendo por um deslocamento interno, em diferentes escalas geográficas, que ocorrem por razões diversas de acordo com causas econômicas, políticas, históricas específicas e também por dimensões subjetivas (Lisboa, 2007).

¹⁹ Em 50 anos, na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1% (Brito, 2006).

A migração indígena, portanto, apresenta características específicas e, segundo autores como Baines (2001), o crescimento da população indígena em área urbana extrapola o fenômeno industrial. Segundo o autor, a mobilidade indígena em direção à cidade, pode ser entendida como uma ação política indigenista, de Estado, realizada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O SPI teria como parte de sua ideologia, uma pressuposta integração rápida dos indígenas à sociedade nacional, o que “favorecia o estabelecimento de áreas reduzidas para os índios e a liberação das demais terras para a ocupação dos brancos. A falta de terras adequadas para sua sobrevivência é um dos fatores que leva à migração indígena e à busca de trabalho assalariado nas cidades” (Baines, 2001, p.16).

Como apresentado por Nascimento e Vieira (2015), nos dias atuais, a razão de ir em busca de um projeto de vida seria a partir da procura do que falta na aldeia, como mercadorias e educação formal, sendo o “mundo dos brancos” representado por bens importantes simbolicamente como as mercadorias e a escola.

No caso das mulheres indígenas migrantes em Manaus, a especificidade de suas narrativas de vida se coloca em face do processo histórico pelo qual a região passou e suas características demográficas. Com o desejo do governo brasileiro de possuir maior influência na região,

lança mão de uma parceria com a ordem salesiana da igreja católica, com a missão também de evangelizar os indígenas da Amazônia Brasileira. Com isso, a influência da igreja na vida dos jovens indígenas e na dinâmica das comunidades se coloca como central para entender este processo migratório, visto que muitas dessas mulheres tiveram o convento e internato como parte de sua experiência de vida. É por meio das freiras, como me contou D. Lili, que muitas vezes se estabeleciam as pontes de trabalho em casa de família de militares, classe de número considerável na região Norte do país.

A especificidade da mulher indígena em contexto urbano

Os indígenas urbanos chegam à cidade de forma marginalizada, habitando bairros de periferia onde o fornecimento de serviços pelo governo, como educação, saúde e saneamento básico, é precarizado. Nestes locais de habitação, muitos indígenas moram em ocupações/assentamentos irregulares pela cidade, como o Parque das Tribos e o Assentamento Povo Indígena Sol Nascente, sendo este último local de campo de Marlise Rosa (2016)²⁰. Enquanto mão de obra barata e sem

²⁰ Aos interessados, a dissertação da autora citada discorre acerca dos casamentos interétnicos de mulheres indígenas em Manaus. As mulheres com as quais teve contato em campo eram, em sua maioria, habitantes do Assentamento Povo Indígena Sol Nascente. Segundo a autora, a dissertação “se propõe a analisar o

especialização, os indígenas são inseridos na dinâmica econômica regional em empregos pouco valorizados e onde as condições de trabalho são, muitas vezes, precárias. Nascimento e Vieira (2015) destacam a falta de elaboração de leis, por parte do governo federal, para o amparo de populações indígenas em contexto urbano. Esta ação pode ser entendida como estratégica para manter esses povos invisíveis e silenciados, através dessa prática de controle, o governo buscava manter nas cidades os “bons cidadãos”, de identidades homogeneizadas que tornem viável um projeto moderno de governabilidade.

Assim, essa não-ação de governo, age diretamente no mundo e na vida dessas populações, reforçando o pensamento ocidental moderno que reforça o imaginário brasileiro de que se trataria de uma população habitante da floresta e preguiçosa. Os autores ainda trazem as concepções de Baumann (1998) de forma a compreender que a presença de indígenas na cidade causa uma certa desordem e estranheza à ordem social citadina. A modernidade teria dentre as suas concepções a exaltação de uma ordem, afim de definir um mundo estável, e o que estivesse fora desta ordem, seria considerado algo sujo e poluidor. Dentro do imaginário brasileiro entorno do indígena e da construção de uma brasilidade, o

processo de construção, apropriação e expropriação identitária de mulheres indígenas e seus descendentes, em face ao casamento com homens brancos” (2016:9).

indígena urbano seria uma contradição em termos, visto que o índio “real” é associado à natureza, à floresta e, portanto, oposto à cidade e à modernização. Na associação entre índio e floresta/natureza; e não-índios e cidade/ civilização, a presença do indígena na cidade tende a ser pensada como um processo de aculturação, como um perder-se de seu próprio *self* (Nunes, 2010)- o “índio-urbano” torna-se uma contradição de termos, a partir dessa lógica, em oposição à ideia de “índio puro”.²¹

Tais questões, entretanto, não podem ser separadas das especificidades do ser mulher, de forma transversal à experiência indígena na cidade. Dentro do espectro do trabalho feminino, o trabalho doméstico é o principal foco das mulheres indígenas migrantes, com pouca escolaridade e com uma rede de relações e contatos fragilizada. É comum que nesses trabalhos em “casas de família”, não haja carteira assinada e o “salário” nem chegue a um mínimo, situação esta descrita em monografias como as de Cavalcante (1997) e Rosa (2016). Assim, as redes de trabalho formadas também são informais, visto que muitas no passado adquirem o emprego enquanto doméstica através de combinados orais entre as freiras e os militares; bem como através de redes com

²¹ O indígena sendo relacionado com um caráter exotizado, tem como consequência a utilização de expressões e formação de concepções como da do “índio puro”. O imaginário do “índio puro” perpassou os séculos que se passaram e, nas novas realidades que se encontra o indígena no Brasil, esbarramos na discussão da concepção de identidade indígena, do ser ou não índio.

parentes que vão indicando as mulheres em outras “casas de família”. Ao mesmo tempo, parte da renda dessas mulheres vêm com o conhecimento artesanal aprendido durante o tempo passado nos conventos, na produção de diferentes bijuterias tukano.

Dessa forma foi partindo da literatura sobre migrações em que o gênero aparece como categoria analítica de importância, que pude ter contato com reflexões teórico-metodológicas rentáveis para pensar meus dados de campo. Tais trabalhos são também mais contemporâneos onde a crítica feminista é inserida nas teorias não só em torno da migração, mas em muitos outros dentro das ciências sociais.

Quando nos voltamos ao âmbito internacional, os fluxos migratórios atuais numa congruência com a globalização formam um novo tipo de economia que segundo Lisboa (2007) é parcialmente desterritorializada conectando vários pontos do globo em uma rede submersa, informal e ilegal acarretando em uma precarização do trabalho. A autora ainda traz Sassen, que aponta para a invisibilidade “da dinâmica de gênero na articulação com a economia global” (2007, p.807) com o crescente fenômeno de feminização da força de trabalho em países periféricos. Dessa forma, destaca a crescente feminização da pobreza, tanto em nível global como local (regional) quando encaramos a dinâmica migratória. Ainda de acordo com Lisboa (2007): “Segundo dados da ONU,

70% dos pobres de todo o mundo são mulheres, que, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos” (2007, p.807).

Segundo Lisboa (2007), com o crescente fluxo migratório de mulheres do terceiro mundo para países da Europa e Estados Unidos, forma-se uma massa de trabalhadoras no mercado doméstico partindo do desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo neoliberal. Excluídas racialmente, etnicamente e economicamente, as mulheres migrantes internacionais encontram-se em situações e enfrentam desafios paralelos àqueles das mulheres de migração regional no estado do Amazonas. Tanto em nível local como global, a dinâmica migratória é reflexo de desigualdades resultantes de processos históricos específicos e do capitalismo enquanto sistema econômico dominante.

A ida para a cidade, portanto, torna-se uma realização com suas vulnerabilidades, características do fenômeno urbano, como as dificuldades com o transporte público, a violência e a caoticidade da cidade em face à sua grande massa de pessoas. Por outro lado, a vida citadina teria suas vantagens como a facilidade de conseguir produtos que no interior não seria possível, como sapatos e roupas, maiores oportunidades de emprego e possibilidade de ter uma melhor educação para os filhos e para

si próprias. Tais queixas, como também vantagens da cidade, são expostos por minhas interlocutoras ao longo de conversas e a associação aparece nesse espectro como um espaço de apoio, tanto para um complemento à renda em um primeiro momento- a partir do artesanato, quanto também um espaço onde há a troca de conhecimentos e experiências entre mulheres indígenas de diferentes etnias.

A identidade

A dinâmica migratória regional dessas mulheres, portanto, coloca-se de forma semelhante a outras trabalhadas na literatura, no que diz respeito a questão da identidade do indivíduo migrante, que em linhas teóricas distintas, sua condição é visualizada como um “não lugar” (SAYAD, 1998) ou como um “transmigrante”, em uma dupla ausência e dupla presença, bem como um estar e pertencer entre dois mundos (HANNERZ, 1998).

O argelino Sayad é um autor de grande importância na teoria migratória, pois inaugura uma nova perspectiva e metodologia ao focar nas histórias de vida e relatos dos imigrantes afim de constituir sua teoria. Para ele, o imigrante encontra-se em uma situação de dupla ausência, sem lugar na sociedade para qual migrou e também deslocado do lugar do qual é originário. Dessa forma, o autor inova quando enxerga o fluxo migratório

enquanto um “fato social total” por si mesmo, e, assim, para se estudar imigração significa necessariamente falar de emigração. Nessa sua formulação, encontramos sua crítica a um conjunto de estudos anteriores que possuíam um olhar desumanizado sobre o imigrante, este sendo enxergado como um problema a ser solucionado.

Para o autor, então, o imigrante seria um *sem lugar*, de várias formas, tanto na materialidade da vida social na condição de imigrante, quanto em simbolismos ligados a esta condição. No caso da AMARN, onde essas mulheres estão? Em um não lugar ou num espaço social simbólico que as localiza em ambos os lugares ao mesmo tempo? Creio que a associação presente na vida dessas mulheres, forma-se enquanto um *novo lugar*, ao pensarmos localidade enquanto um espaço social. Enquanto um lugar institucionalizado, a associação também torna-se um ponto de apoio para essas mulheres migrantes da cidade, possibilitando a formação de uma rede única entre indivíduos de experiências tão específicas e semelhantes entre si, além de também facilitar economicamente sua permanência na cidade. Assim, um ambiente híbrido, talvez possamos assim chamar, converge tais experiências de forma única, podemos pensar a AMARN enquanto a expressão física desse espaço “translocal”, ou melhor, nesse caso, transcidade-campo ou transindígena. Atribuir tais categorias à AMARN vem da compreensão de que este espaço representa

uma contradição intrínseca ao próprio entendimento de identidade indígena, a qual não é associada ao espaço citadino.

Ser indígena na cidade contradiz a concepção essencialista em torno do índio, sendo sua presença nesse espaço questionada em momentos de reivindicação de direitos. Rosa me conta que nunca falou ao seus vizinhos de bairro ou colegas de igreja que era indígena, sempre escondeu, e só teria tido maior abertura para falar sobre sua identidade ao se associar na AMARN. Este silêncio, segundo ela, veio de um receio de alguma discriminação em um ambiente dispare que desafia sua presença na cidade em diversas situações. Um desses desafios que foi relatado a mim por Rosa, aconteceu em um posto de saúde ao buscar vacinação para si e seus filhos. Por ser indígena, Rosa clama seu direito de atendimento prioritário e no posto, segundo define a constituição federal a partir da constituinte de 1988, entretanto é questionada pela atendente, como é índia se mora na cidade?

Nesses questionamentos, a dimensão da identidade é latente e a literatura nos ajuda a refletir. Hall (2005), ao discutir a identidade cultural na pós modernidade, entende que grupos étnicos não podem ser um fato dado, mas como algo em construção; não é uma questão ontológica do ser, mas um produzir-se constante em referência à materialidade da vida social. Essa noção se torna extremamente importante no contexto da AMARN,

devido a condição dessas mulheres enquanto indígenas na cidade, condição esta que reflete um desafio ao imaginário nacional que coloca o índio relacionado à floresta, além de outras simbologias que os relacionam à “selvageria”. Os atributos da população indígena seriam o exotismo, uma alteridade radical em um universo que deve ser traduzido, na necessidade de incorporar e, ao mesmo tempo (em um aspecto romântico) proteger a cultura- o indígena como um objeto de possível contaminação (Arruti, 1997). Esse discurso pode ser visualizado entre os habitantes da cidade de Manaus, mesmo que em contato maior e direto com os povos indígenas do Alto Rio Negro. Se para alguns autores, como Sayad, que estudam o fenômeno migratório em nível internacional, o imigrante desafia ao imaginário de estado nação, o indígena na cidade é o desafio ao imaginário nacional ligado a seus povos originários, e portanto, do próprio mito de criação da sociedade brasileira.

Assim, a identidade indígena na cidade pode ser pensada a partir do adquirir de um caráter político, na medida em que a sociedade determina quem ela quer incluir e quem quer excluir. Tal exclusão, no seu processo histórico, torna-se estrutural e o sistema adquire sua lógica interna onde muitas pessoas permanecem sendo excluídas (Lisboa, 2007). Compreender a dimensão da identidade dentro da migração é comum tanto na sua amplitude internacional, quanto regional entre os indígenas em Manaus; a partir das ideias de Lisboa, o modo como a desigualdade é

construída nesses contextos, ao migrarem, as mulheres começam a tomar consciência de suas diferenças, tanto de classe como de etnia. Ao mesmo tempo, tendo que encarar diferentes faces da discriminação, a identidade indígena é manejada de formas diversas, através de estratégias, afim de circularem em diferentes espaços. Nesse sentido, o relato de Rosa é ilustrativo quando descreve seu receio de declarar-se como indígena na escola dos filhos, ou entre o grupo da igreja; e em outros momentos assumir uma identidade indígena. Baines (2001) aponta que aquele mesmo indivíduo que pode se considerar indígena em alguns contextos, pode em outros negá-lo, ou mesmo apelar a outras identidades genéricas características do contato interétnico como caboclo, mulato, descendente de índio.

Passam, assim, a confrontar-se com um conflito de identidade, partindo de uma concepção relacional desta, a identificação étnica do grupo torna-se “o resultado da capacidade do mesmo em manter simbolicamente as fronteiras de diferenciação dos grupos vizinhos” (2007: 813). A AMARN torna-se o espaço dessa diferenciação ao reafirmar elementos da identidade indígena como o falar diário da língua Tukano, tanto no cotidiano quanto nas reuniões bimestrais, o consumo de alguns alimentos específicos ligados à alimentação indígena, o contato direto com o movimento militante indígena e a ampliação da rede de contatos entre os outros indígenas de Manaus. Além disso, sua institucionalidade enquanto

associação embebe também legitimidade ao trabalho dessas mulheres e torna visível a presença dessas mulheres perante o estado brasileiro. Ao mesmo tempo que por estar inserida na cidade, a AMARN incorpora-se às dinâmicas características desta, numa construção constante e reatualizada da identidade indígena neste contexto e um desafio a compreensões essencialistas do indígena.

Considerações Finais

Apreender a dimensão migratória de meu trabalho de campo entre as mulheres indígenas em Manaus traz à tona dimensões inúmeras e que nesse artigo pretendi focalizar na especificidade deste fenômeno e sua dimensão laboral, bem como pensar a identidade dessas mulheres nesse contexto. Partir do interior do Amazonas, em uma diferente relação com a terra e também através de uma história com presença incipiente de missionários à região, traz ao fenômeno migratório narrativas que se assemelham entre as mulheres, que ao chegarem na cidade, encontram na AMARN um espaço de apoio à sua situação de precariedade econômica, ajudando no complemento da renda, bem como na criação de redes entre indígenas de outras partes da cidade, da região norte e do país, onde a luta por direitos e a identidade indígena é sempre reafirmada enquanto também estratégia política.

A dimensão política da afirmação da identidade indígena nesse contexto de migração é de importância na medida que traz à tona as desigualdades presentes em tais contextos e que se expressam de formas diversas. Com essa perspectiva, Lisboa (2007) aponta a importância da atenção do movimento de mulheres ao fluxo migratório feminino e continuar incentivando na luta pela “equidade de gênero nas políticas públicas que levem em conta a emancipação das mulheres no sentido de tirá-las da condição de servas e transformá-las em sujeitos políticos” (2007, p.820). A AMARN representa um espaço de autonomização desse sujeito político na sua participação dentro do movimento que traz à tona a voz e especificidade da vida de mulheres, ao mesmo tempo que um espaço de convivência e trocas de comuns experiências. Ao mesmo tempo, a vida na cidade traz desafios e questionamentos específicos para aqueles que vêm de um diferente contexto e onde sua identidade/etnicidade e modo de vida são diariamente questionados. É através do dia a dia da associação e da atuação militante dentro do movimento indígena que a possibilidade de manejo e resignificação da identidade indígena é repensada e batalhada.

Desse modo, a importância política da AMARN é tal devido à sua história e presença constante no movimento indígena regional amazonense e também nacional, a coordenação estando presente em vários dos encontros ligados à militância. Ao pensar a associação, portanto, busquei a

descrição de seu cotidiano em suas diversas práticas, bem como pude presenciar a força dessas mulheres na vida diária na cidade de Manaus.

Referências bibliográficas

ARRUTI, José Maurício. 1997. *A emergência dos ‘remanescentes’: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas*. Mana 3(2).

ASSIS, Gláucia de Oliveira. 2007. *Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional*. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, pp. 745-722.

BAINES, Stephen. 2001. *As chamadas ‘aldeias urbanas’ ou índios na cidade*. Brasil Indígena, Fundação Nacional do Índio, v.7.

BAUMANN, Zygmunt. 1998. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BARCELLOS, Tanya. 1995. *Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década*. Porto Alegre: Ensaios FEE, pp.296-309.

BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. s/e, s/d

CAVALCANTE, Olendina C. 1997. *Migração e gênero: mulheres indígenas em Manaus*. (Monografia de especialização em Antropologia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas.

DURHAM, Eunice. 1978. *O caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva.

GILROY, Paul. 2001. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: Editora 34.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2005. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. *Da Diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 25-48. 2009.

HANNERZ, Ulf. 1998. *Conexiones transnacionales. Cultura, gente, lugares*. Madrid: Ediciones Cátedra, pp. 165-180

LISBOA, Teresa Kleba. 2007. *Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência*. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, pp. 805-821.

MELO, Maria Auxiliadora S. 1997. *Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro residentes em Manaus- AMARN: organização política e identidade étnica*. (Monografia de especialização em Antropologia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas.

NAKASHIMA, Edson Yukio; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. *A cultura política da visibilidade: os Pankararu na cidade de São Paulo*. In: Est. Hist., Rio de Janeiro, vol.24, n47, p.182-201, janeiro-junho de 2011.

NASCIMENTO, Adir & VIERIA, Carlos. 2015. *O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade*. São Paulo: Cordis, história: cidade, esporte e lazer, n.14.

NUNES, Eduardo Soares. 2010. *Aldeias urbanas ou cidades indígenas?* . Espaço Ameríndio, v.4, n.1, p.9-30, Porto Alegre.

ROSA, Marlise Mirta. “*Catarinas e Iracemas: sobre casamentos interétnicos de mulheres indígenas em Manaus*”. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SACCHI, Angela. 2003. *Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas*. Revista Antropológicas, ano 7, vol.14 (1 e 2).

SAYAD, Abdelmalek. 1998. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

SINGER, P. 1976. *Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo*. In: Economia política da urbanização. 3 edição. São Paulo: Brasiliense.

Fontes

IBGE. 2010. “Os indígenas no Censo Demográfico 2010:”. Brasília.



A força da diáspora cabo-verdiana: Dos fluxos emigratórios ao comércio transnacional

*Vinícius Venancio**

* Bacharel em Antropologia, Licenciando em Ciências Sociais e Mestrando em Antropologia Social, todos pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do Laboratório de Estudos em Etnologia em Contextos Africanos (ECOA). vini.venancio2@gmail.com.

Resumo: O presente artigo pretende, à luz das práticas comerciais tecidas em torno dos fluxos migratórios que emergem do arquipélago de Cabo Verde, compreender a centralidade da noção de circulação para os cabo-verdianos, em especial na vida das mulheres de lá que buscam e recebem produtos em e de outros países para revender em Mindelo, principal cidade da ilha de São Vicente. Para atingir tal compreensão, será traçado um caminho que passa pela revisão do conceito de diáspora e sua aplicação no caso cabo-verdiano, para, assim, compreender a força que mobiliza os habitantes do arquipélago a estarem sempre em movimento, representado, aqui, por meio do comércio transnacional.

Palavras-chave: diáspora cabo-verdiana; mulheres; comércio transnacional.

Considerações iniciais

Parece ser quase impossível falar sobre Cabo Verde sem mencionar, mesmo que brevemente, os fluxos migratórios que perpassam o arquipélago. A maior prova desse fenômeno são os estudos sobre o país, que, mesmo que não tenham a emigração enquanto principal tema, acabam esbarrando nela em algum momento.²² Esse é, também, o caso do meu objeto de estudo. Na tentativa de compreender os fluxos comerciais transnacionais desenvolvidos por mulheres cabo-verdianas na ilha de São Vicente, acabei percebendo a centralidade da emigração para o desenvolvimento dessa atividade econômica.

²² São alguns exemplos de trabalhos que versam, direta ou indiretamente, sobre o tema Braz Dias (2000), Defrayne (2016), Fortes (2016) Laurent (2016), Lobo (2014) e Trajano Filho (2005; 2016).

Para dar conta da confluência desses dois mundos – o comércio transnacional e as práticas emigratórias – na vida comercial mindelense, o presente artigo se dividirá em duas partes. Na primeira, será realizada uma revisão acerca da noção de diáspora e sua adequação ao caso cabo-verdiano, seguida pela análise da força exercida pela diáspora cabo-verdiana no cotidiano de quem permanece no país.

Na segunda sessão, a fim de ilustrar essa situação, apresentarei as histórias de três comerciantes com quem mantive diálogo durante a realização do meu trabalho de campo. Uma em que a emigração foi bem-sucedida, outra em que houve uma sequência de tentativas de emigração que falharam e, por último, um caso em que, embora a comerciante não tivesse emigrado até o momento, a emigração de familiares era crucial para a continuidade do seu negócio. Os dados apresentados ao longo desse trabalho foram obtidos durante a pesquisa de campo realizada na cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente, entre os meses de janeiro e março de 2017.²³

²³ O trabalho de campo não teria sido realizado sem o apoio financeiro prestado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, a partir do projeto

Diáspora: um conceito antropológico

É inegável que a publicação de “A Imigração ou os paradoxos da alteridade”, o livro já clássico do argelino Abdelmalek Sayad (1998), é tido como um marco nos estudos de migrações, possibilitando a consolidação de uma agenda de pesquisa sobre o tema dentro das diferentes áreas das humanidades. É importante pontuar, também, que desde a sua primeira publicação, em 1991, novas visões sobre o ser migrante foram apresentadas, indo além da postulada por Sayad, que via o imigrante sobretudo enquanto uma força de trabalho provisória (1998, p.54).

Entre as proposições apresentadas por Sayad, uma das mais criticadas foi a ideia de dupla ausência que os e/imigrantes causariam, que ocorreria tanto no local de partida quanto no de chegada. Dentre os seus críticos, uma corrente específica vem, desde o final da década de 1990, suscitando o debate acerca dos múltiplos pertencimentos e identidades que os imigrantes podem adquirir, os teóricos da noção de diáspora.

“Formas familiares em um mundo de mobilidades: gênero, infância, juventude e identidades em contextos migratórios”, coordenado pela professora Andréa Lobo.

Como na maior parte dos conceitos dentro das ciências sociais, não há um consenso acerca do que podemos entender por diáspora. Stuart Hall (2005; 2009), um dos principais pesquisadores da temática, compreende os imigrantes enquanto portadores de múltiplas identidades, que vão para além do trabalho, estando vinculados a diversas localidades, que não precisam se restringir, necessariamente, aos locais de partida e chegada. Em seu texto “Pensando a Diáspora”, Hall (2009) critica fortemente a noção de perda da identidade devido ao deslocamento que a migração causaria, fomentando a ideia de que, na diáspora, as identidades são múltiplas. Retomando o mito de origem da noção de diáspora, no qual os filhos de Israel, após fugirem do Egito, acabam se espalhando pelo mundo, Hall aponta que não podemos reduzir apenas aos judeus ao papel de povo diaspórico, uma vez que, se fizermos isso, seremos obrigados a criar um termo sociológico para cada evento específico. Por isso, a diáspora judia pode ser vista como tipo ideal no sentido weberiano do termo, não como a única forma de diáspora e parâmetro para se medir as demais.

Para o autor, uma das principais características da diáspora é a esperança pelo retorno, mesmo que ele nunca se concretize,

característica essa compartilhada por outros autores, como Clifford (1999). Hall aponta a diáspora como resultado do processo colonizador europeu porque ele vê a pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidade enquanto legados do Império que podem forçar as pessoas a migrar. Esse processo causaria o espalhamento das populações outrora subjugadas – a dispersão (Hall, 2009: 28, 31).

Em confluência com o debate apresentado por Hall, James Clifford (1999) argumenta que uma das principais funções das diásporas é conectar “comunidades múltiplas de uma população dispersa” (1999:302), que fazem usos dos meios de comunicação para reduzirem as distâncias. Ainda em seu apanhado teórico, Clifford vai definir a diáspora enquanto “redes dispersas de povos que compartilham experiências históricas comuns de deslocamento, adaptação, etc” (1999:310).

Bebendo da fonte de Gilroy (2001) em sua argumentação sobre os fluxos negros que cortaram o Atlântico nos últimos séculos, Clifford ainda aponta para a diáspora negra e seus fatores constitutivos, como o tráfico transatlântico de escravizados, a escravidão nas colônias americanas, assim como o sistema racista de

exploração da mão-de-obra (p. 322). Esses fatores apresentados formam uma estrutura de dominação, cuja compreensão faz-se necessária quando se tenta compreender os fluxos de gente que ocorrem pelo globo terrestre, especialmente os que partem do Sul em direção ao Norte global.

Para além dos fluxos de gente, Hall (2009) aponta que a diáspora, dentro da lógica colonial e como resultado da mesma, fomenta o processo de criouliização das culturas, onde os elementos vindos dos centros são ressignificados ao modo dos habitantes das periferias globais, em um processo de retrofertilização das culturas. Nesse sentido, Gilroy (2001) aponta que com a dualidade de formação causada pelos processos de criouliização, algumas sociedades faziam questão de não focar apenas na origem europeia, mas também na africana, que possibilitaria a formação de um duplo olhar, mesmo que as ideias de nação e nacionalismo gerem um inclusivismo cultural, que é bem menos inclusivo e muito mais assimilacionista.

Assim, compreendida a noção que Clifford e Hall possuem do conceito de diáspora, partamos para um dos países do atlântico negro que muito foi (e ainda é) impactado pelo fenômeno da

diáspora: Cabo Verde. Tendo em vista a discussão aqui levantada, poderemos compreender o impacto da diáspora cabo-verdiana para o funcionamento do país e para a estruturação das famílias que lá vivem.

***Mas, se ca bado, ca ta birado*²⁴: uma breve reflexão sobre os impactos da diáspora cabo-verdiana**

Apontar Cabo Verde enquanto um país de diáspora não é um equívoco, uma vez que os fluxos emigratórios do país se encaixam em todas as características postuladas pelos autores supracitados. Ainda, se bem observarmos, os primeiros trabalhos acerca dos fluxos migratórios do país tiveram como base teórica as pesquisas realizadas nas sociedades afro-americanas e diaspóricas caribenhas (BRAZ DIAS, 2000; LOBO, 2014), mesmo ponto de partida de Hall (2009), tendo em vista que a formação de ambos é marcada pela diáspora africana atlântica (GILROY, 2001) e processos de criouliização cultural (cf. TRAJANO FILHO, 2018).

²⁴ Trecho da “Morna de Despedida”, de Eugénio Tavares, que, em tradução livre, significa “Mas, se não partir, não há como regressar”.

A força da diáspora cabo-verdiana pode ser compreendida por uma série de fatores. Seus fluxos se iniciam devido à sua posição geográfica estratégica marcada pela insularidade que possibilitou a triangulação entre os três continentes banhados pelo Atlântico – África, América e Europa –, o que tornou Cabo Verde ponto central na rota transatlântica do tráfico negreiro por ser o “último ponto de parada possível na rota entre Europa e América do Sul” (BRAZ DIAS, 2004, p. 96). Foi a mesma triangulação que possibilitou o início de parte dos fluxos emigratórios, como no caso dos cabo-verdianos que partiram para países como Estados Unidos nos conveses dos navios baleeiros, além das tradicionais rotas para Portugal e São Tomé e Príncipe, este último devido ao projeto colonial português de *plantations*.

Com as suas levas emigratórias que datam desde o final do século XIX, atualmente é um país onde o principal produto de “exportação” é a mão-de-obra, uma vez que se estima que o país conte com a mesma quantidade de cabo-verdianos espalhados pelas ilhas e além-mar, estimativa esta que estava próxima de 518.180

emigrados no ano de 1998.²⁵ Para se ter uma noção do impacto da emigração para a vida do país, apenas em 2008 as remessas de emigrantes para o país representaram 10 bilhões de escudos a mais circulando na economia do país, que corresponde à aproximadamente 10% do PIB nacional (INE, s.d.) (OIM, 2010).

A força da diáspora, assim, se faz presente de diferentes formas na vida do cabo-verdiano. O impacto na vida de quem fica é bem explicitado pelo antropólogo português João Vasconcelos (2012) que, através de suas pesquisas locadas na ilha de São Vicente, percebeu que o desejo de sair da ilha – e consequentemente do país – faz parte da identidade dos sanvicentinos, que, ao migrarem, teriam na *sodade* a contraposição desse desejo. Para quem vai, a constituição de redes e família no estrangeiro, além de outros fatores, acabam por retardar ou inviabilizar o retorno, o que fomenta a criação de grandes comunidades de cabo-verdianos em países da diáspora, como na cidade de Brockton,²⁶ EUA.

²⁵ Os dados apresentados pelo INE-CV mais recentemente entram em descompasso com o apresentado no relatório da OIM (2010). Segundo o estudo sobre migrações do INE-CV (2014), apenas Cabo Verde contava com apenas 16420 cidadãos emigrados efetivamente.

²⁶ Cidade no estado estadunidense de Massachusetts, que conta com uma expressiva comunidade de cabo-verdianos. Cerca de 10% dos 95,630 habitantes de Brockton possuem ancestralidade cabo-verdiana, sendo a cidade com o maior

Ao analisar a emigração cabo-verdiana a partir da ilha de Boa Vista, Lobo (2014), assim como Vasconcelos, discorre sobre a importância da mobilidade para a vida cabo-verdiana, apresentando a migração enquanto um projeto familiar, mesmo que o comprometimento com os que ficam seja diferente entre homens e mulheres. O caso apontado por Lobo (2014) ainda carrega uma especificidade dentro do contexto cabo-verdiano, visto que, na ilha onde a antropóloga realizou o seu trabalho de campo em meados dos anos 2000, as mulheres emigravam muito mais que os homens. Essa feminização dos fluxos emigratórios acabou ganhando força nas últimas décadas, não só em Cabo Verde, mas também em outros países do Sul global, no que algumas autoras vêm apontando como globalização dos cuidados e dos afetos (LISBOA, 2007), o que vai em contraste com a masculinização das diásporas observada por Clifford (1999) no início das mesmas.

Nesse contexto, é importante ressaltar que não apenas a questão econômica determina os fluxos emigratórios de mulheres cabo-verdianas. Como apontam Braz Dias (2000), para a ilha de Santiago, e Assis (2007), para o caso de Criciúma/SC, algumas

mulheres – e suas famílias – enxergam na emigração a oportunidade de acabar com relacionamentos abusivos ou indesejáveis por parte dos familiares. No mesmo caminho, as mulheres podem emigrar a fim de atingir níveis de emancipação – econômica, social e política – que elas não chegariam a ter em sua terra natal, o que pode postergar ou até impedir o retorno, mesmo que o desejo de o realizar apareça na vida dessas mulheres (FORTES, 2016).

Embora o trânsito de pessoas cuja finalidade é permanecer no país de chegada tenha centralidade no que diz respeito à emigração, há outros fluxos que funcionam paralelamente a este, como, por exemplo, o de produtos enviados pelos e para os parentes emigrados (DEFREYNE, 2016; LOBO, 2014), o de remessas de dinheiro por quem está no exterior (BRAZ DIAS, 2000; LOBO, 2014) e o de mulheres que vão para outros países comprar produtos que abastecerão parte do comércio cabo-verdiano (GRASSI, 2003; LOBO, 2012; VENANCIO, 2017). É sobre esse último fluxo que nos desdobraremos na próxima sessão.

nível nos EUA. Fonte: <http://www.epodunk.com/ancestry/Cape-Verdean.html> acessado em 10.07.17.

A confluência da diáspora cabo-verdiana e dos fluxos comerciais

Como apontado, existem outros regimes de circulação que perpassam o país e que vão além do de pessoas, sendo o de produtos um dos mais importantes. Uma vez que a maior parte dos itens que abastece o mercado cabo-verdiano e/ou chega às casas dos habitantes do arquipélago Cabo Verde vêm do exterior,²⁷ muitos grupos se envolvem nesse processo de fomento de bens para consumo no país. Todavia, um grupo se distingue devido as particularidades do seu fluxo, o das mulheres que fazem viagens regulares para outros países para abastecer suas boutiques.

Dentro desse grupo, um fator que logo chama a atenção de quem o vê pela primeira vez é a predominância de mulheres na vida comercial mindelense – embora os trabalhos acerca do comércio em Cabo Verde já atestem esse fator também para outras ilhas.²⁸ O domínio do comércio local pelas mulheres está bem representado nos dados estatísticos: em uma lista que conta com 473 profissões

²⁷ A forte demanda por produtos importados faz com que a balança comercial cabo-verdiana siga um padrão deficitário, como pode ser visto em <https://pt.tradingeconomics.com/cape-verde/balance-of-trade> (acesso em 19/05/2018).

²⁸ Sobre o assunto, ver Fortes (2015), Grassi (2003), Lobo (2012), Muniz (2008), Pólvara (2013) e Silva (2012).

apresentada no documento “Cabo Verde em números”, cinco correspondiam aos trabalhos realizados dentro do âmbito das práticas comerciais - vendedor em quiosque e em mercado; vendedor ambulante de produtos alimentares; comerciante de loja (estabelecimentos); encarregado de lojas (estabelecimentos); e vendedor em loja (estabelecimentos). Essas cinco categorias representam 6822 pessoas envolvidas com comércio no país inteiro, sendo o número de mulheres 4 vezes maior que o de homens.²⁹

As mulheres estavam presentes no comando das atividades, sendo raros os estabelecimentos que eram chefiados por homens cabo-verdianos. Elas dominam o comércio não apenas no ramo dos gêneros alimentícios, como hortaliças e peixes, mas também nas boutiques, as lojas onde revendem produtos adquiridos no exterior.

Há uma variedade de termos cunhados para se referir ao trabalho que essas mulheres desempenham, como importadoras internacionais, empresárias, entre outros. Todavia, um termo com maior difusão na ilha de Santiago, frente à de São Vicente, explicita bem a diversidade de itens que podem ser vendidos por essas

²⁹ Informações extraídas do documento Cabo Verde em números (INE, s.d.). Infelizmente não existiam dados relativos à quantidade de pessoas que trabalham com comércio apenas no concelho de São Vicente.

mulheres, que é *rabidante*. Essa palavra de origem crioula pode designar

1. vendedoras eventuais que, a depender do contexto e da necessidade, expõe produtos na calçada de suas casas para dali obterem um dinheiro extra; 2. comerciantes que vendem em feiras, mercados, ou mesmo em um ponto fixo na rua, mas que não viajam para adquirir os produtos da venda; 3. mulheres que realizam viagens regulares para outros países e que vendem no mercado local, em estabelecimentos próprios ou para terceiros (LOBO, 2012, p. 321).

Ainda, de acordo com Grassi (2003), podemos compreender *rabidantes* enquanto

mulheres e homens que fazem negócios no espaço de mercado a que a ciência econômica chama setor informal. Informações recolhidas no terreno esclareceram que o nome significa, em crioulo de Cabo Verde, “dar a volta”, “desenrascar-se”, e é utilizado para indicar alguém que é muito hábil a convencer os outros (*rabida bô*, o que “engana” o outro) (pp. 23-4).

Embora o uso do termo não tenha a mesma aderência na cidade de Mindelo, a etimologia apresentada expressa bem a ideia de movimento que perpassa as ações que essas mulheres desenvolvem no âmbito do trabalho, sem muita diferenciação de uma ilha para outra.

A ideia construída sobre a profissão é dotada também de uma certa expertise, combinada com a circulação, sendo compreendida

como “são pessoas que têm mais conhecimento, sempre conhecem todo lugar, que vão buscar coisas lá fora para vender cá” (VENANCIO, 2018:34). Ainda, algumas vezes elas são comparadas com as sacoleiras brasileiras, principalmente quando o destino de compras delas é o Brasil. A comparação das *rabidantes*³⁰ com as sacoleiras internacionais³¹ acontece por não existir um termo melhor no português brasileiro para expressar o trabalho que elas desempenham e, comparativamente, o comércio transfronteiriço de altas quantidades de produtos é algo que elas possuem em comum.

Todavia, o fenômeno de ir para outros países buscar produtos para revenda não é algo restrito ao contexto cabo-verdiano, mas sim uma prática rotineira dentro do cenário de globalização popular, que é construída justamente a partir desses centros de comércio, viagens e fluxos desenvolvidos pelas e pelos comerciantes, embora cada caso seja dotado de suas especificidades (RIBEIRO, 2010, p. 31). Contudo, o que singulariza a circulação internacional das cabo-

³⁰ Devido à controversa adesão ao termo entre as mulheres em Mindelo (cf. VENANCIO, 2018), farei uso de comerciante para designar o conjunto de mulheres supracitado a partir deste ponto do trabalho.

³¹ A comparação entre os dois já aconteceu na mídia brasileira, como em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2907200420.htm> acesso em 02 de agosto de 2017.

verdianas, tendo como foco o comércio, em comparação com outras, como a brasileira, é a confluência das redes comerciais tecidas por elas com os fluxos emigratórios que partem de Cabo Verde.



Figura 1- Principais rotas das comerciantes de Mindelo

Como aponta a Figura 1, as rotas mais frequentes traçadas pelas comerciantes são Portugal, Itália, Estados Unidos, Brasil, Canárias e Senegal, enquanto Luxemburgo, Bélgica, Alemanha, Guiné Bissau, Holanda, França e Inglaterra são destinos menos frequentes, mas também utilizados pelas comerciantes. Dentre esses

países, apenas o Brasil, Canárias, Alemanha e Inglaterra são destinos menos frequentes de migração laboral, enquanto o primeiro é um importante receptor de estudantes cabo-verdianos em suas universidades.

O fluxo desenvolvido pelas comerciantes cabo-verdianas muitas vezes é visto como alternativa à impossibilidade de realizar o projeto emigratório, uma vez que garante às suas participantes uma certa mobilidade internacional, que a emigração forneceria a quem se aventura e consegue se manter nela, ao mesmo tempo que é um afastamento com menor durabilidade que a emigração em si.

Mesmo que a ideia de saídas rotineiras do país possa ajudar a atrair as pessoas para esse ramo, creio que é errôneo conceder a ela todo o crédito da entrada das donas das boutiques no negócio, como fazem Haugen e Carling, ao pontuarem que “as boutiques são geridas exclusivamente por mulheres, e muitas delas não dependem do lucro de suas lojas, mas são motivadas pela perspectiva das frequentes viagens para comprar os itens”³² (2005, p. 648). Apesar de a pesquisa de campo do casal ter sido realizada há mais de uma

³² Tradução do autor para, “the boutiques are run exclusively by women, many of whom do not depend on the income from their shop but are motivated by the prospect of frequent travel to purchase goods” (HAUGEN e CARLING, 2005:648).

década, muitas das comerciantes por mim entrevistadas já exerciam esse tipo de profissão nesse período e mostraram um cenário contrário do apontado pelos autores, onde a maioria das mulheres dependia dos recursos das boutiques para sustento de suas famílias.

Ainda, é raro começar o negócio já dentro de sua boutique. É um trabalho progressivo, que muitas vezes tem início na casa das próprias comerciantes, até que elas consigam o dinheiro para alugar ou comprar os estabelecimentos, assim como pode depender da ajuda de parentes emigrados, tanto para envio de itens que serão vendidos nas ilhas, ou mesmo para possibilitar a permanência delas nos países de destino para compra dos produtos de forma menos onerosa financeiramente.

Para exemplificar os vínculos entre a emigração cabo-verdiana e a vida comercial, trarei a história de vida de três moradoras da ilha de São Vicente que, mesmo com suas diferentes experiências em relação à migração, acabaram no mesmo ramo, o comércio transnacional, que será melhor compreendido.

Mulheres e(m) fluxos

Como apontado, as ligações entre os fluxos emigratórios e os comerciais podem ir para além da simples não-possibilidade de sair do país. Muitas mulheres entram nesse ramo por ser uma atividade que facilita o vínculo entre o mundo doméstico e o do trabalho, tendo em vista que muitas delas começam o seu negócio na própria casa, reflexo da centralidade feminina na vida doméstica no país, ou mesmo por ser a família a primeira (e contínua) fonte de mercadoria para revenda.

Nas mais diferentes histórias e trajetórias de vida que me deparei ao decorrer da realização do meu trabalho de campo que visava primariamente entender a relação entre as práticas comerciais transnacionais na cidade de Mindelo e a estrutura familiar de tal localidade, algumas delas me chamaram a atenção pela estreita relação com a emigração, tão forte no contexto cabo-verdiano, embora cada uma a sua maneira. Vejamos os casos.

O comércio apoiado na emigração de parentes

Júlia,³³ a mais jovem comerciante dentre as que conheci, que na época tinha 33 anos, contou que começou a trabalhar com comércio há 15 anos, quando engravidou do namorado que tinha na época. Por conta da gravidez, foi expulsa da escola, não podendo concluir os estudos, e quase foi colocada para fora de casa pelo seu pai. Vendo a situação delicada que tomava forma, sua mãe, que na época já estava emigrada nos Estados Unidos, viu como estratégia para viabilizar o sustento de filha o início de sua vida no comércio. Assim, enviou-lhe dois *bidões*³⁴. A partir desse estímulo inicial dado por sua mãe, o negócio foi crescendo e, em 2007, ela conseguiu garantir os recursos para realizar a sua primeira viagem com o objetivo de comprar produtos que abasteceriam sua loja. Todavia, sua mãe nunca deixou de lhe enviar os *bidões*, já que, segundo a moça, o forte de sua boutique são os produtos estadunidenses. Na época, sua mãe costumava enviar cinco ou seis *bidões* por vez e, por

isso, a loja estava abarrotada de produtos, mesmo que o início do ano, época da pesquisa, seja um período marcado pela queda nas vendas.

Para além da manutenção dos laços familiares na construção da família à distância, os *bidões* assumem certo grau de importância no comércio em Mindelo, uma vez que, em função da crise econômica que Cabo Verde vem enfrentando nos últimos anos, são eles que estão permitindo a continuidade de muitos negócios. Júlia, que reduziu pela metade o número de viagens que realizava, continua com a sua boutique cheia de mercadorias graças às remessas enviadas por sua mãe, que vive em Brockton.

O comércio como alternativa para emigração

Aos 17 anos, Clementina, então mãe de uma menina de 2 anos, viu na emigração para Itália a forma de prover um futuro melhor para as duas. Na ausência de sua mãe, que na altura também estava emigrada no mesmo destino e que, idealmente, seria a pessoa com quem ela poderia contar para deixar a filha (cf. LOBO, 2014), Clementina conseguiu auxílio do pai de sua filha e da avó paterna

³³ Os nomes das interlocutoras foram alterados a fim de preservar sua privacidade.

³⁴ Os *bidões* são “tambores repletos de artigos enviados por emigrantes aos familiares que ficaram nas ilhas e que se constitui em um negócio familiar que envolve pontas distantes de um campo social que se alimenta do ir e vir de coisas e afetos” (LOBO e VENANCIO, 2017, no prelo).

para que eles *aguentassem*³⁵ a criança. As avós ganham centralidade nesse jogo de cuidados porque,

se a filha fica grávida, então fica morando na casa da mãe. Se ela sai para onde quer que for, os filhos ficam com a avó. É sempre a avó, até hoje ainda é assim, a vó que ajuda, que fica com os netos, quando a filha não tem trabalho e o que comer é a avó que ajuda, que faz todas essas coisas assim, a mãe da mãe (Trecho da entrevista realizada com Clementina em fevereiro de 2017).

Assim como em alguns casos apresentados por Lobo (2014), Clementina aponta que a possibilidade de construir essa rede de apoio que contava com a família paterna da filha de Clementina deve ser lida pela ótica da sorte, uma vez que para ela “os cabo-verdianos fazem muitos filhos e o pai não assume, às vezes nem dão o nome para o próprio filho, são poucos que assumem”.

Já na Itália, tendo garantido apoio financeiro e afetivo para a criação de sua filha por parte do seu *pai-de-filha*³⁶, com quem dividiu todas as despesas provenientes da criança, Clementina trabalhou como babá e em agências de limpeza, cuidando da faxina de hotéis e albergues, até que conheceu o seu ex-marido, um

italiano, com quem ficou casada por 20 anos. Após se casar com ele, parou de trabalhar e começou a se dedicar aos estudos, concluindo o ciclo básico de educação e realizando cursos de datilografia e informática, além de ter tirado a licença de motorista. Após quase 30 anos na Itália e já divorciada, Clementina, decidiu retornar para Mindelo, sua terra natal e onde administrava à distância uma boutique, que só contava com produtos italianos. Para complementar a sua renda doméstica e se garantir financeiramente abre um bar-restaurante.

Pode-se dizer que Clementina foi uma emigrante de sucesso por ter conseguido construir a sua casa, sinal de êxito para quem emigra, e, ainda, por ter adquirido um passaporte italiano, que possibilita e facilita a sua entrada e permanência na Europa, e, entre outros fatores, minimiza os custos com visto que as viagens para comprar mercadoria demandam.

Enquanto a história de Clementina é marcada pelo que a literatura sobre migrações aponta como projeto migratório exitoso, devido à garantia de uma casa e da livre circulação em território europeu, a história de Célia, 50 anos, segue a direção contrária. Célia começou as viagens transfronteiriças para países tais quais Portugal,

³⁵ Lobo (2014) apresenta, a partir da ilha da Boa Vista, a ideia de *aguentar* as crianças como análoga a ajudar a criar.

³⁶ Termo que designa os homens com quem as mulheres têm filhos, sem a garantia de um relacionamento sério, mas que, ainda assim, pode ser usado para definir o atual companheiro delas (Lobo, 2014).

Brasil, Senegal e Estados Unidos há 15 anos, embora tenha começado a trabalhar com comércio dois anos antes. Antes de trabalhar com comércio emigrou três vezes diferentes – por um ano e seis meses para Holanda, 9 meses em Luxemburgo e na França por 3 meses –, mas todas elas “fracassaram”, ou seja, ela não conseguiu se fixar por tempo suficiente para garantir coisas que dão status aos emigrantes, como a aposentadoria ou a construção de uma casa.

O insucesso de suas tentativas de emigração é atribuído por ela ao fato de que seus filhos eram pequenos e não se adaptaram muito bem à convivência com os parentes que cuidavam deles. Um problema encontrado por Célia para concretizar as suas tentativas de emigração foi o fato de que suas duas irmãs não estavam lá em Cabo Verde, reduzindo a possibilidade de parentes que poderiam *aguentar* os seus filhos. Ao se fixar definitivamente em Cabo Verde, viu no comércio a possibilidade de garantir o sustento doméstico como alternativa ao projeto migratório que não deu certo.

As histórias apresentadas mostram como o comércio desenvolvido por mulheres cabo-verdianas muitas vezes acaba por se cruzar com as histórias de emigração, tão marcantes no

arquipélago. Enquanto a entrada na vida comercial por parte de Júlia se dá justamente porque sua mãe está emigrada e, assim, tem a possibilidade de lhe enviar remessas para que ela dê início ao seu comércio, a inserção de Clementina e Célia ocorre justamente pelo fim do processo de emigração. Embora as histórias das duas últimas tenham seguido rumos diferentes, elas findam no mesmo ponto: na realização de comércio transnacional. Ao contrário do processo desenvolvido por elas, enquanto lá estive, Júlia dava entrada na solicitação de visto estadunidense, o que iniciaria sua vida como emigrante, seguindo esse destino tão comum aos cabo-verdianos.

Várias são as causalidades que podemos apontar para a entrada dessas mulheres na vida comercial. Para além da necessidade de garantir o sustento de suas famílias, podemos compreender a opção delas por esse tipo de atividade econômica devido a alguns fatores, tais como a maior liberdade de circulação, como já apontado para o caso de Clementina, assim como por possibilitar transitar com maior liberdade entre os âmbitos da casa e do comércio, algo de suma importância para todas as mulheres com quem conversei durante o período de trabalho de campo. Não à toa, a loja de Célia ficava na garagem de uma casa e o bar-restaurant de

Clementina funcionava no que, outrora, deveria ser a sala e a cozinha de sua casa. Ser a própria chefe e poder levar os filhos para o trabalho, assim como empregá-los em momento de necessidade, são fatores que fazem com que esse ramo seja tão atrativo para as mulheres cabo-verdianas.

Não podendo mais fazer parte em sua integralidade da diáspora cabo-verdiana, elas assumem um papel que também pertence aos que emigraram, o de serem cosmopolitas. Segundo Hannerz, ser cosmopolita “comporta uma atitude intelectual e estética aberta as experiências culturais divergentes, uma busca maior por contrastes do que por uniformidade. Uma predisposição para se abrir caminho em outras culturas, escutando, observando intuindo e refletindo” (1998:168).

O caráter cosmopolita dessas mulheres é marcado pela circulação entre lugares diferentes, o que as torna conhecedoras de realidades e saberes outros, que, mesmo com o intenso advento das tecnologias de informação, quem não possui a mesma circulação que elas em Mindelo não os detêm. A elas cabe saber o que está na moda no exterior, mesmo que muitas vezes elas estejam apenas ressignificado positivamente o valor de bens por meio da origem que

eles têm,³⁷ mesmo que eles não sejam de alta qualidade ou sejam produtos de coleções passadas (ou seja, “saíram de moda”).

O meu intuito ao apresentar essas três histórias é mostrar como a ideia de circulação de pessoas, bens e informações, que ganhou força dentro da diáspora cabo-verdiana, embora seja anterior ao processo diaspórico que marca o arquipélago, marca as vidas da população do arquipélago, até mesmo de quem já realizou o tão sonhado projeto migratório, tendo ele sido concluído com sucesso ou não. A mobilidade é o desejo tanto de quem ainda não a pôs em prática, quanto o de quem já a realizou, uma vez que não se pode estagnar, com o receio de voltar a ser o que era antes, mesmo que as comunidades diaspóricas em si não permitam que nada seja como era antes (HALL, 2009).

Considerações finais

Ao longo desse artigo, pretendi, a partir da conceituação do termo diáspora, compreender a sua aplicação no caso cabo-verdiano e a forma como o país, inserido nessa prática diaspórica, a replica

³⁷ A discussão sobre a ressignificação da mercadoria por elas vendida foi realizada com maior atenção em Venancio (2017).

em outros âmbitos da vida que não são marcados diretamente pela emigração. Nesse contexto, vale retomar a noção de movimento como intrínseca ao ser cabo-verdiano (LOBO, 2016; VASCONCELOS, 2012), dando foco especial à como ela se dá na vida das mulheres que, apesar de já terem emigrado, retornaram à sua terra natal e hoje trabalham com atividades que estão intimamente ligadas aos fluxos emigratórios por elas anteriormente desenvolvidos, ou mesmo são influenciadas por essa intensa circulação de bens, informações e pessoas e a transformam, também, em sua fonte de renda.

Assim, não fazendo (mais) parte do projeto migratório, elas encontram no comércio a forma de possibilitar a mobilidade para fora do pequeno arquipélago, mobilidade essa atrelada à possibilidade de se manter próxima à sua casa, devido a centralidade feminina no âmbito doméstico que demanda a presença delas no contexto doméstico, mesmo que essa presença seja marcada pela distância e envio de remessas, como no caso analisado por Lobo (2014).

Por elas terem sido impactadas, direta ou indiretamente, pela força da diáspora cabo-verdiana, elas precisam pôr em agência a

capacidade de movimentar-se que a elas foi conferida, não podendo jamais parar, tendo em vista que estar parado é uma péssima situação. Ao mesmo tempo, as que já tiveram a possibilidade de emigrar não podem deixar que compreendam o retorno o seu retorno como uma regressão. Assim, o comércio e sua mobilidade conferem a elas a continuidade da circulação entre mundos.

Dentro do contexto diaspórico em que “os fluxos não regulados de povos e culturas são tão amplos e tão irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados do capital e da tecnologia” (HALL, 2009:45), essas mulheres contribuem para a intensificação e maior continuidade do fluxo de informações e mercadorias, colocando, mais uma vez, Cabo Verde no centro das trocas que perpassam o Atlântico. Com isso, elas acabam por atrelar ainda mais os âmbitos global e o local, assumindo o papel de cosmopolitas postulado por Hannerz (1998). Dado esses fatores, chegamos ao ponto chave desse artigo, que é mostrar que essas mulheres não apenas se põem em fluxo, aproveitando os que já existem, mas também colocam os diferentes mundos em diálogo, circulando valores de e entre as localidades que elas frequentam.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Gláucia. 2007. “Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional”, *Revista Estudos Feministas*, 15(3): 745-772.

BRAZ DIAS, Juliana. *Entre Partidas e Regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2000. 211f.

CLIFFORD, James. 1999. “Las Diásporas” In *Itinerarios transculturales*. Editorial Gedisa, pp. 299-442.

DEFRAYNE, Elisabeth. *Au rythme des tambor. Ethnographie des mobilités des “gens de Santo Antão” (Cap-Vert, Belgique, Luxembourg)*. 333f. Thèse présentée en vue de l’obtention du grade de Docteur en Sciences Politiques et Sociales: Anthropologie, 2016.

FORTES, Celeste. 2015 “As vendedeiras de Cabo Verde: circulação de produtos, informalidade e mulheres no espaço público de Cabo Verde”. In José Rogério Lopes (Org). *Visagens de Cabo Verde: Ensaios de Antropologia Visual e outros ensaios*. Brasil. Editora Cirkula, pp.101-121.

_____. 2016. ““Regressar é regredir”: estudantes cabo-verdianas em Lisboa e discursos sobre os projectos de retorno a Cabo Verde” In Évora, Iolanda. *Diáspora Cabo-verdiana. Temas em debate*. pp. 88-105.

GILROY, Paul. 2001. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34. 427f.

GRASSI, Marzia. *Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*. Instituto de Ciências Sociais e Spleen Edições. 2003. 354f.

FOLHA DE SÃO PAULO. Presidente quer regularizar os “rabidantes”.
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2907200420.htm> Acesso em 02 de agosto de 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2005. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. *Da Diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 25-48. 2009.

HANNERZ, Ulf. 1998. “Cosmopolitas y locales em la cultura mundial”. In: *Conexiones transnacionales. Cultura, gente, lugares*. Madrid: Ediciones Cátedra, pp. 165-180

INE, s.d. “RGPH 2010 – Cabo Verde em Números”. Disponível em: <http://ine.cv/quadros/rgph-2010-cabo-verde-em-numeros/>

INE-CV, 2014. Inquérito Multiobjectivo Contínuo - 2014. Estatística das migrações. Disponível em: http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/10/Migracoes2014_Rev1.pdf

LAURENT, Pierre-Joseph. “Famílias sob influência de leis migratórias dos países de acolhida: comparação das migrações cabo-verdianas nos Estados Unidos e na Itália”. In: Lobo, Andréa & Braz Dias, Juliana. *Mundos em circulação: perspectivas sobre Cabo*

Verde. Brasília: ABA Publicações; LetrasLivres/Cidade da Praia: Edições Uni-CV, 2016.

LISBOA, Teresa. “Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência”, *Estudos Feministas*, 15(3): 805-821, 2007.

LOBO, Andréa de Souza. “Negociando pelo mundo: as *rabidantes* cabo-verdianas e suas rotas comerciais.” In: Wilson Trajano Filho. (Org.). *Travessias Antropológicas: estudos em contextos africanos*. 1ed.Brasília: ABA Publicações, 2012, v. 1, p. 317-338.

_____. *Tão Longe Tão Perto. Famílias e “movimentos” na ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. Revised ed. E-Book. Brasília: ABA Publicações, 2014.

_____. “Seguindo famílias em movimento: reflexões sobre os desafios da pesquisa etnográfica em contextos de mobilidade”. In Lobo, A. e Braz Dias, J. (orgs.) *Mundos em circulação: perspectivas sobre Cabo Verde*. Brasília: ABA Publicações, pp. 111-136, 2016.

LOBO, Andréa; VENANCIO, Vinícius. 2017. “Com parente se negocia? Redes migratórias e o comércio transnacional em Cabo Verde”. *Revista Cadernos de Campo*. n. 23. No prelo.

MUNIZ, Antônio Walber Matias. *Tributação e comércio internacional informal: estudo das relações Cabo Verde/Ceará*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade de Fortaleza, 2008. 108f.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES (OIM), 2010. Migração em Cabo Verde - Perfil Nacional 2009.

PÓLVORA, Jacqueline Britto. “Cidades informais: o caso da cidade de Praia.” *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 49, p. 97-103, 2013.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não-hegemônico.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, p. 21-38, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. 1998. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

SILVA, Tatiana R. R. *A arte de comerciar: gênero, identidades e emancipação feminina no comércio transatlântico das rabidantes em cabo-verdianas*. Tese de Doutorado. Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, 2012.

TRADING ECONOMICS. *Cabo Verde- Balança Comercial*. Disponível em <https://pt.tradingeconomics.com/cape-verde/balance-of-trade> acesso em 19 de maio de 2018.

TRAJANO FILHO, Wilson. “A Sociabilidade da Diáspora: o retorno.” *Série Antropologia*, Brasília, n.380, p. 1-27, 2005.

_____. 2016. “O quão frágeis são os valores modernos: o fratricídio em Germano Almeida” In Lobo, A. e Braz Dias, J. (orgs.) *Mundos em circulação: perspectivas sobre Cabo Verde*. Brasília: ABA Publicações, pp. 29-46.

_____. 2018 “Influence and Borrowing: Reflections on Decreolization and Pidginization of Cultures and Societies”, In Knörr, J. e W. Trajano Filho (eds.), *Creolization and Pidginization in Contexts of Postcolonial Diversity*. Leiden/Boston: Brill. p. 334 – 359.

VASCONCELOS, João. Manera, ess muv?l: a mobilidade como valor em São Vicente de Cabo Verde. In: BRAZ DIAS, Juliana, LOBO, Andréa de Souza (orgs.). *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

VENANCIO, Vinícius. *“Compra ali, vende aqui”*: Comércio transnacional e relações familiares em Mindelo - Cabo Verde. Monografia de Graduação, Departamento de Antropologia. Brasília: UnB, 2017. 121f.

